

Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Unisol Brasil

A Economia Solidária do Grande ABC



Filiado a:



A Economia Solidária do Grande ABC

Jerônimo de Almeida Neto
Wenderson Gasparotto
(Organizadores)

A Economia Solidária do Grande ABC

1ª edição



Santo André — SP
Agosto/2023

Ficha técnica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Economia solidária do Grande ABC / Jerônimo de Almeida Neto, Wenderson Gasparotto (organizadores). -- Santo André : Coopacesso, 2023.
173 p.

ISBN: 978-65-89139-99-7

1. Economia solidária. 2. Cooperativismo. 3. Trabalho.
4. Geração de renda. I. Almeida Neto, Jerônimo de.
II. Gasparotto, Wenderson. III. Título.

CDD-334

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1. Cooperativismo 334

DIREÇÃO GERAL

Leonardo Penafiel Pinho - Presidente (SP)

Maysa Ayres da Motta Benevides Gadelha - Vice-presidente (PB)

Tarcisio Secoli - Tesoureiro (SP)

Nelsa Ines Fabian Nespolo - Secretária Geral (RS)

Edvaldo Andrade Pitanga - Secretário de Movimento Sindical (BA)

DIRETORIA

Carlos Omar da Silva - Diretor Regional Norte

Rejane Meyson Vieira de Sousa - Diretora Regional Nordeste

Suelen Vieira do Nascimento Borralho - Diretor Regional Centro-Oeste

Clea Venina Ruas Mendes Guimaraes - Diretora Regional Sudeste

Jair Antunes - Diretor Regional Sul

CONSELHO FISCAL – TITULARES

Djenane Martins - (SP)

Lenildo de Lima e Silva - (PI)

Júlia Batista de Sousa Tenório - (SP)

EQUIPE TÉCNICA

Wenderson Gasparotto

Vanderli Ferrarezi

Jerônimo de Almeida Neto

Adriana Marcolino

Marcos Vinícius de Paula

David Roberto Oliveira

Daniel Freitas Porto

Victor Dimitrov

IMAGENS

As imagens dessa publicação fazem parte do Banco de imagens da UNISOL BRASIL e constam dos documentos de prestação de contas do referido projeto.

REVISÃO

Jerônimo de Almeida Neto

DIAGRAMAÇÃO

Leonardo J. D. Campos

Edital de chamamento público Nº 001/2021 processo nº 062/2020 do Consórcio Intermunicipal Grande ABC

EXECUÇÃO

Unisol Brasil - Central de cooperativas e Empreendimentos solidários

Desenvolvimento de trabalhos na área da Economia Solidária com comunidades e empreendimentos econômicos solidários, que possam cumprir com as diretrizes metodológicas que norteiam o projeto para o mapeamento, estruturação e articulação da rede existente e potencial Economia Solidária na região do Grande ABC

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
Alguns elementos econômicos e sociais da Região do ABC.....	13
Alguns elementos do perfil socioeconômico da Região do ABC.....	19
Mercado de trabalho na Região do ABC.....	28
Notas metodológicas	35
A Economia Solidária da Região do ABC	39
As políticas públicas para a Economia Solidária na região do ABC.....	39
Diadema.....	46
Mauá.....	48
Ribeirão Pires	50
Rio Grande da Serra	50
Santo André	50
São Bernardo do Campo	53
São Caetano do Sul	55
Mapeamento da Economia Solidária na Região do ABC	56
Perfil dos empreendimentos da economia solidária na Região do ABC	64
Total nos últimos 12 meses.....	81
Perfil dos associados e associadas da Economia Solidária na Região do ABC	111
Atributos pessoais.....	114
Características dos domicílios e das famílias dos entrevistados	118
Rendimentos.....	122
Participação na Economia Solidária	125
Considerações e recomendações	129

Nessa seção, buscaremos retomar alguns desses pontos, de modo sistematizado....	130
ANEXOS.....	136
1 - Forma como é realizada a produção e executados os serviços em cada EES.....	136
2 - Demandas por formação, assessoria e consultoria dos EES entrevistados	143
Número de EES interessados em assessoria, consultoria e/ou formação por tema	143
Empreendimentos entrevistados e demandas por formação	144
Outras atividades realizadas no projeto.....	147
Oficinas de formação:.....	147
Registro fotográfico	150
Para os gestores de políticas públicas de Economia Solidária	153
Registro fotográfico	155
Formação de 14/03/2023	156
Proposta de atuação em redes.....	157
Redes do Grande ABC:.....	157
A Rede de Produção e Comercialização Consumo Consciente ABC.....	158
Funcionamento da Rede Consumo Consciente ABC.....	158
Espaços de comercialização:	161
Formalização da Rede de Agricultura do ABC	162
O Centro de Distribuição	162
A Agroindústria	162
O Sistema Logístico Integrado	163
Considerações sobre as redes:	163
Elaboração de diretrizes para site responsivo.....	165
Critérios para identificação dos Empreendimentos como integrantes da Economia Solidária	167
Considerações finais	169
Referências Bibliográficas	170

Apresentação

A Região do ABC é pioneira em diversos aspectos do debate sobre o desenvolvimento econômico, político e social do país. Desde a industrialização do país até soluções de políticas públicas, esse território é marcado por refletir sobre seus desafios e apresentar propostas que repensem sua trajetória.

A UNISOL BRASIL nasce nesse espaço de reflexão e ação, de pensar o território e as possibilidades de superação de gargalos econômicos e sociais. Desse modo, é com grande prazer que executamos o presente projeto, que busca descrever um panorama da Economia Solidária na região do ABC, para pensar novos passos.

A UNISOL Brasil foi fundada em 2000, com o objetivo de organizar, representar e articular, de forma ampla e transparente, as cooperativas, as associações e outros empreendimentos auto gerenciados da Economia Solidária, resgatando e promovendo a intercooperação, a igualdade social e econômica, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável. Esses objetivos são concretizados através de ações que propiciem e estimulem a integração dos diversos sujeitos da Economia Solidária. O resultado é a promoção efetiva da melhoria socioeconômica de seus integrantes, garantido trabalho e renda com dignidade, mas também do resgate de práticas comunitárias, identidades culturais, de saberes ancestrais, do sentimento de pertencimento.

A UNISOL Brasil atua nas áreas de consultoria e assistência técnica, econômica, educacional e ambiental. Além disso promove ações de fortalecimento das cadeias produtivas e Redes de Cooperação Solidária (Redes). Possui Empreendimentos da Economia Solidária (EES) filiados, de setores de atividade econômica como: agricultura familiar; alimentação; agricultura; artesanato; confecção e têxtil; cooperativismo social; construção civil; fruticultura; metalúrgica e plásticos; reciclagem; e turismo.

As ações desenvolvidas pela UNISOL Brasil colaboram com o desenvolvimento regional, sustentável e solidário dos empreendimentos; incentiva e apoia à organização de trabalhadores e de populações carentes, desempregados ou grupos em risco de desemprego; promove a eficiência econômica e excelência na elaboração e comercialização dos produtos e serviços, como mecanismo fundamental para assegurar a perenidade e o progresso dos

empreendimentos; garantindo o respeito às normas de medicina e segurança do trabalho, buscando a melhoria contínua das condições de trabalho.

É com esse acúmulo que a UNISOL BRASIL está executando o presente projeto, que tem como objetivo central do projeto foi o de *“fortalecer e fomentar iniciativas*

associativas, com foco na geração de trabalho e renda, que estimulem o envolvimento comunitário, a consciência coletiva e ambiental, efetivadas nas práticas produtivas, de comercialização e consumo, viabilizar práticas de desenvolvimento econômico baseadas em princípios de solidariedade, como maneira de promover a transformação sociocultural em prol de uma sociedade mais consciente, justa e igualitária, na Região do Grande ABC” (Edital de Chamamento Público Número 001/2021, Processo Nº 062/2020, p. 2).

Esperamos que o presente diagnóstico seja uma ferramenta importante para ampliar a capacidade de atuação da Economia Solidária na Região do ABC.

Leonardo Penafiel Pinho - Presidente

Introdução

O presente relatório busca elaborar um diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, como parte das ações previstas no projeto *“O desenvolvimento de trabalhos na área da Economia Solidária com comunidades e empreendimentos econômicos solidários, que possam cumprir com as diretrizes metodológicas que norteiam o projeto para o mapeamento, estruturação e articulação da rede existente e potencial Economia Solidária na região do Grande ABC”*.

Através de termo de colaboração, o projeto é executado pela UNISOL BRASIL, selecionada a partir do Edital de chamamento público Nº 001/2021 processo nº 062/2020, com recursos do Consórcio Intermunicipal do ABC, entidade demandante do projeto.

O objetivo geral do projeto é *“fortalecer e fomentar iniciativas associativas, com foco na geração de trabalho e renda, que estimulem o envolvimento comunitário, a consciência coletiva e ambiental, efetivadas nas práticas produtivas, de comercialização e consumo, viabilizar práticas de desenvolvimento econômico baseadas em princípios de solidariedade, como maneira de promover a transformação sociocultural em prol de uma sociedade mais consciente, justa e igualitária, na Região do Grande ABC”* (Edital de Chamamento Público Número 001/2021, Processo Nº 062/2020, p. 2).

O projeto conta ainda com objetivos específicos, que se desdobram da meta geral:

- (1) Identificar e diagnosticar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) existentes na região do ABCDMRR;
- (2) Identificar e diagnosticar as potencialidades e desenvolvimento de novos EES na região do ABCDMRR;
- (3) Estruturar e articular EES em suas áreas de atuação buscando organizar a produção, comercialização e consumo (Arranjo Produtivo Local Solidário – APLS).

O público-alvo tanto do projeto como do diagnóstico são os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), formais ou informais, tanto os coletivos como os individuais, as Redes de Cooperação Solidária (RCS), e as cooperativas de segundo grau. Também são

público-alvo do projeto os gestores públicos da Região do Grande ABC, que participarão das atividades de formação, que serão elaboradas a partir dos elementos apresentados pelo presente relatório.

O diagnóstico está dividido em cinco seções. A primeira recupera e sistematiza

dados secundários sobre a Região do ABC, particularmente relacionadas às características econômicas e sociais dos municípios que a compõem. Esse primeiro capítulo apresenta também dados do mercado formal de trabalho, gerados a partir da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

A seção seguinte apresenta as questões metodológicas tanto as debatidas em conjunto com o Conselho Gestor do projeto que foram delimitando o objeto de pesquisa, como as opções metodológicas e de mobilização durante a pesquisa de campo.

O capítulo 3 apresenta o diagnóstico da Economia Solidária na região do ABC, propriamente dito, e está dividido em três partes:

(1) As políticas públicas para a Economia Solidária na região do ABC. Também apresenta nessa primeira parte o histórico da Economia Solidária na Região e as atuais políticas públicas para esse tema que são executadas atualmente pelas municipalidades;

(2) O mapeamento da Economia Solidária na Região do ABC. Os dados sobre os EES entrevistados estão organizados por setor de atividade de modo a dialogar com os objetivos específicos 1 e 3 do presente projeto.

(3) o Perfil dos Empreendimentos da Economia Solidária na Região do ABC, onde apresentamos a sistematização dos questionários aplicados juntos aos 70 EES entrevistados, buscando identificar os EES, diagnosticar as dificuldades e potencialidades, destacando os principais elementos relacionados à organização da produção, comercialização e consumo, também em sintonia com os objetivos geral e específicos do presente projeto.

No quarto capítulo, apresentamos a sistematização e análise dos questionários que buscam identificar as características socioeconômicas dos associados e associadas da Economia Solidária.

No último capítulo procuramos retomar os principais pontos que pareceram relevantes no diagnóstico. Com isso, buscamos relacioná-los com os objetivos geral e específicos, indicando também recomendações que podem ser pertinentes para os municípios e para o

Consórcio atuarem nesse tema, buscando fortalecer a Economia Solidária na Região do Grande ABC.

Alguns elementos econômicos e sociais da Região do ABC

A região do Grande ABC é um território formado por sete municípios da Região Metropolitana de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Além disso, algumas dessas cidades apresentam importantes subdistritos, como são os casos de Santo André (Utinga e Parapiracicaba), São Bernardo do Campo (Riacho Grande e Rudge Ramos), Diadema (Piraporinha) e Ribeirão Pires (Ouro Fino Paulista e Santa Luzia). Juntos, esses municípios representam uma extensão territorial de 841 km², o que representa 0,33% dos 248.600 km² que compõem o território total do Estado de São Paulo (Nascimento, 2005).

A região do Grande ABC é considerada um dos principais polos industriais do Brasil e um dos mais importantes destaques no contexto da economia da América Latina (Moraes, 2003). A história do Grande ABC remonta ao Brasil colonial, no início do século XVI, quando a região servia de passagem e descanso para as tropas da colônia portuguesa. Posteriormente, próximo a São Bernardo do Campo e São Caetano, formou-se um núcleo urbano, na época da chegada dos imigrantes. Nessa região, começou-se a investir na infraestrutura urbana, a partir do século XIX, com a instalação da ferrovia São Paulo Railway Company, mais tarde denominada Santos-Jundiaí. Esse empreendimento visava à *“melhoria do transporte de produtos agrícolas do interior para o Porto de Santos, em especial do café, que começava a ser produzido em larga escala na Província de São Paulo”* (Santos, 1992, p. 215). Tal estrutura começou a atrair indústrias, que se beneficiavam das facilidades de transporte, da disponibilidade de áreas próximas à linha férrea e ao rio Tamanduateí, além dos incentivos fiscais oferecidos por alguns municípios. As ferrovias incentivaram a vocação industrial e o povoamento suburbano, valorizando-se as áreas próximas à ferrovia e desvalorizando as regiões mais distantes (Moraes, 2003, p. 34).

As indústrias que se instalavam na região eram ligadas às produções químicas, cerâmicas, têxteis e de móveis. Além disso, *“foram surgindo pequenos negócios, como carpintarias, funilarias, sapatarias, barbearias, pequenas pensões e restaurantes, que foram dando feição mais urbana a toda região”* (Santos, 1992, p. 247). Assim, a expansão industrial, ao final do século XIX, por muito tempo, caracterizou a região por um misto de produção industrial e artesanal. De maneira mais específica em áreas, como na cidade de São Caetano,

o interesse dos trabalhadores era pela várzea compreendida entre os rios

Tamanduateí e dos Meninos, local rico em excelente argila. Ali surgiram os primeiros estabelecimentos, que se dedicaram à fabricação de telhas, tijolos e louças, seguindo a tradição dos antigos monges beneditinos, os quais possuíam fazendas na região; mais tarde, começou a produção em larga escala (Martins, 1957). Na cidade de Ribeirão Pires, também houve produção de tijolos e telhas em olarias, devido à matéria-prima ser farta na região em função do solo argiloso. Além disso, a construção da ferrovia impulsionou o crescimento e o desenvolvimento da extração de madeiras destinadas à produção de dormentes e para uso em fornalhas.

Nos anos 1950, a via Anchieta tornou-se o grande eixo de localização do setor industrial automobilístico no Brasil. Na região, particularmente na cidade de São Bernardo do Campo, instalaram-se empresas, tais como a Volkswagen, a Willys (mais tarde, Ford), a Mercedes-Benz e a Scania. *“A indústria automotiva acabou por abrir mercado para áreas complementares na cidade, como o setor de autopeças e de embalagens, transformando-se rapidamente no ramo de atividade econômica mais intensa do município”* (Borba et al, 2005, p. 13). A urbanização de Diadema ocorria em consequência da expansão industrial de São Bernardo do Campo.

As estratégias, a partir da década de 1950, e, mais particularmente por meio do “plano de metas de 1956, objetivavam assegurar as bases materiais para endogenizar o padrão de acumulação brasileiro num patamar mais elevado” (Bortoletto, 2002, p. 36). Para Klink (2000), a indústria automobilística e seus setores derivados receberam impulsos decisivos nessa época. O apogeu da indústria automobilística deu-se na década de 1970, período marcado pelo aprofundamento da globalização, implicando o aumento quantitativo e a mudança qualitativa nos fluxos de informações, mercadorias, trabalho e capital, e o início de seu declínio, na década de 1980, devido ao esgotamento do modelo de crescimento, o qual marcou as cinco décadas anteriores. Nos anos 1990, a produção industrial continuou desacelerada, com os incentivos fiscais voltados para outras áreas do Estado de São Paulo e outras unidades da federação, além das dificuldades de transporte e dos custos mais elevados do trabalho na região metropolitana de São Paulo.

Esses fatores somados a uma crise econômica instalada nacionalmente provocaram falências, reestruturações produtiva e de negócios e o consequente fechamento de milhares de postos de trabalho na região.

Buscando alternativas para a recuperação econômica da região, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sindicato dos Químicos do ABC, entre outros sindicatos, constituíram uma missão internacional para conhecer a experiência italiana do pós-guerra na recuperação de empresas em processo de falência pelos trabalhadores.

A partir desta troca de experiência, em meados de 1997 a empresa forjaria nacional teve a sua falência decretada, foi criada pelos trabalhadores então, a UNIFORJA, com apoio do movimento sindical.

A criação de uma cooperativa, administrada pelos trabalhadores, se tornou referência para os trabalhadores e outras 13 cooperativas foram criadas na região nos mesmos processos de recuperação de empresas pelos trabalhadores.

No mesmo período surge o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, constituído como uma associação civil de direito privado em 19 de dezembro de 1990 para atuar como órgão articulador de políticas públicas setoriais. Uma série de condicionantes políticas, econômicas e sociais presentes no país e especialmente na região do Grande ABC no final dos anos 80 levou à criação desta instituição que tem apresentado significativos resultados para o desenvolvimento econômico e social da região.

O perfil e as características econômicas do Grande ABC vêm se transformando desde então, há um esforço do setor público e da sociedade para a manutenção das indústrias existentes, tem-se observado o aumento de atividades nos setores de serviços e no comércio.

A região do Grande ABC vem se movimentando para formar governanças regionais para o fortalecimento de cadeias produtivas, arranjos produtivos locais ou polos. Para Cassiolato e Lastres (1999), o processo de globalização não é excludente quanto à região, ou seja, por meio da interação dos atores locais é que a inovação ocorre principalmente pela construção de elos de confiança mútua. Ainda na visão desses autores, a região possui um conjunto de instituições de ensino e pesquisa, poder público e privado, em um processo de interação, obtendo, assim, experiências positivas, numa perspectiva de aprendizado por interação ou *learning region*. A visão do desenvolvimento local não é de exclusão, mas de agregação, complementariedade e interação. Alguns países e concentrações geográficas começaram a centralizar esforços e políticas industriais para o desenvolvimento de sistemas produtivos

localizados em busca de maior competitividade, promovendo, dessa maneira, uma melhor compreensão entre os envolvidos nesse processo. A regionalidade dessas economias ainda é muito discutida na literatura e assume diversos significados.

Segundo Gil (2001, p. 28), *“delimitar uma região não é tarefa simples, pois os conceitos são diversos, e os limites regionais são dinâmicos, por levar em consideração diferentes estágios de desenvolvimento econômico”*. Já Klink (2001) afirma que para ser possível o planejamento voltado às questões de desenvolvimento econômico local, torna-se imprescindível à cidade equacionar todos os conflitos que possam interferir no projeto de competitividade. A conscientização da região acerca do momento crítico pelo qual ela passa viabiliza as coalizões locais.

A partir do diagnóstico da própria crise é que a liderança local se dá conta de que precisa criar um projeto consensual de interação e revitalização econômica (Klink, 2001, p. 58-9). O Grande ABC retrata esse ambiente regional: o de uma sociedade que tem em sua história, por meio dos séculos (em especial, o último), grandes transformações econômicas e que hoje busca novas formas de estruturação com

agências de desenvolvimento, tais como o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e a Câmara Regional do Grande ABC. Ambas atuam na criação de redes de cooperação nos diversos setores econômicos, como plástico, moveleiro e cosmético, entre outros.

Na visão de Klink (2000, p. 11), a cidade-região enfrenta o desafio de elaborar novas formas de participação e democracia local, buscando na sua redefinição da identidade local e da cidadania o novo regionalismo que prega a necessidade de sistemas locais baseados em relações mais cooperativas. Amato Neto e Olave (2001, p. 78) comentam que *“a opção das empresas pela estratégia de cooperação deve estar baseada em compromisso, preço justo, lealdade ou outros motivos, de forma a reduzir o risco”*. Mas, ao se discorrer sobre cooperação, faz-se necessário uma melhor compreensão sobre o que são os aglomerados.

Porter (2003, p. 220) os define como *“um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares”*, assumindo, assim, diversas formas, dependendo da sua profundidade e sofisticação. O escopo geográfico varia de uma rede de países vizinhos, todo um país, um estado ou uma única cidade. Atualmente, esse enfoque recai sobre aglomerados produtivos locais e não apenas sobre agrupamentos tradicionais de

empresas ou áreas de serviços, pois os APLs têm uma natureza da competição como fontes de vantagens competitivas. Assim sendo, acabam por tornarem-se mais amplos que os setores, captando importantes elos em termos de tecnologia, qualificações, informações e necessidades dos clientes, características que transpõem as empresas e os setores envolvidos.

Ainda segundo Porter (2003, p. 221) *“a maior parte dos participantes de aglomerados não compete de forma direta, mas serve a diferentes segmentos setoriais, proporcionando um foro construtivo e eficiente para o diálogo entre empresas correlatas e seus fornecedores”*. O autor argumenta ainda que:

[...] os aglomerados influenciam a competição de três maneiras amplas: através do aumento da produtividade das empresas ou setores componentes; pelo fortalecimento da capacidade de inovação e, em consequência, pela elevação da produtividade e; finalmente, pelo estímulo à formação de novas empresas que reforçam a inovação e ampliam o aglomerado (Porter, 2003, p. 225).

O conceito de “rede” também pode ser considerado ao se falar em APL por denotar diversas interpretações. As Redes existem em diversos formatos e com diferentes níveis de institucionalidade. A definição de Mance (1999) para Redes é:

“Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas

unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCE, 1999, p. 24).

Martinho (2001) adiciona à definição de rede um aspecto tridimensional, onde os nós ligam-se uns aos outros por meio de várias linhas e estão em constante movimento, com novos elos sendo criados entre nós, novos nós sendo adicionados à figura, além de nós e linhas desaparecendo, tudo se reconfigurando e se realinhando sucessivamente.

Silva (2000, p. 14) comenta que, *“ao se aplicar o conceito de rede à realidade das relações organizacionais, metaforicamente os ‘nós’ seriam o ponto de encontro entre atores e atores; atores e organizações; organizações e organizações”*. Assim sendo, os fios ou as

linhas representariam as ligações entre os agentes e as organizações, os quais funcionariam em forma de sistema e que, trasladados para a rede de empresas, tais elementos *“representam as empresas ou atividades, a estrutura de divisão do trabalho, o relacionamento entre empresas (qualitativo) e o fluxo de bens tangíveis e de informações intangíveis”* (Figueiredo, Paulillo, 2005, p. 429).

Figueiredo e Paulillo (2005, p. 490) comentam ainda que *“a organização do futuro funcionará mais como um conjunto dinâmico de comunidades inter-relacionadas, do que como uma rígida série de hierarquias verticais”*. Essa comunidade pode ser entendida como um agrupamento de indivíduos alinhados em torno de um interesse comum, no qual a consolidação de redes pode proporcionar ganhos competitivos os quais vão além da dimensão estritamente técnica produtiva, em decorrência de uma diminuição da instabilidade ambiental pela coordenação Inter organizacional existente. As redes podem ser interpretadas também como sistemas, que, na compreensão de Koontz-O’Donnell-Weihrich (1989, p. 87), são *“um conjunto ou combinação de coisas ligadas ou interdependentes, e que interagem de modo a formar uma unidade complexa”*.

A formação desses APLs dá-se, segundo Casaroto (1999, p. 67), devido *“à crescente complexidade das tarefas nas organizações, de forma que essas procuram estabelecer parcerias para trabalharem associadas às empresas, pois é muito difícil uma única empresa dominar todas as etapas de uma cadeia de produção”*. A partir da formação de redes de cooperação, as pequenas e médias empresas tornam-se mais competitivas por serem mais ágeis e flexíveis em seus processos que as grandes empresas e, assim, tornam-se igualmente competitivas em tecnologia e logística, como o são as grandes empresas.

A configuração econômica do Grande ABC paulista tem se reestruturado em aglomerados e arranjos produtivos, os quais também podem ser chamados de polos por serem empresas agrupadas em uma mesma região ou cidade. Alvarez e Melo

(1997, p. 35) notam que tais “*polos procuram a modernização de setores tradicionais como o têxtil, as confecções, os calçados, a alimentação e a construção, entre outros*”. Nesses polos, há um esforço compartilhado e conjunto entre as instituições geradoras de conhecimento e tecnologia, as empresas pertencentes a um mesmo setor e outros agentes do governo, sendo fundamental essa cooperação nas micro e pequenas empresas devido às suas limitações e restrições particulares.

A formação de polos é um fenômeno recente no Brasil, pois a internacionalização da economia acentuou-se na década de 1990, alterando significativamente o mercado e gerando concorrências externa e interna. Alvarez e Melo (1997, p. 42) observam os polos como um conjunto de empresas, o qual atende principalmente ao mercado nacional, existindo, entretanto, segmentos econômicos heterogêneos exportadores. Em geral, os parceiros do polo são as empresas, suas associações de classe, institutos tecnológicos e universidades, secretarias, prefeituras, envolvendo, muitas vezes, o Sebrae e o Senai, como ocorre na região do Grande ABC.

Os polos e parques tecnológicos são recursos importantes por serem favoráveis à inovação e à competitividade, provendo a transferência das tecnologias de ponta desenvolvidas nos institutos de ensino e pesquisa para o setor produtivo, assim como induzindo o nascimento de novas empresas. Esses esforços para o desenvolvimento local com tecnologias de produto e melhorias nos processos organizacionais e de gestão são conduzidos, muitas vezes, em arranjos produtivos, nos quais as empresas cooperam em um processo mútuo de crescimento (Melo, Alvarez, 1997, p. 72). Ainda, segundo os autores, a experiência brasileira no desenvolvimento de polos vem pautada em polos tecnológicos e de modernização, sendo que os primeiros focalizam o desenvolvimento e a transferência de tecnologias inovadoras e a criação de novas empresas, enquanto os últimos objetivam a introdução de tecnologia não necessariamente inovadora nos setores produtivos existentes.

A história e o desenvolvimento econômico da região, ao longo de um século e seu caminhar por um denso sentido de regionalidade, com o apoio de distintas instituições locais, trazem sucessivas iniciativas, cada vez mais ousadas, estimulando a formação de novos polos de atividade econômica. Com isso, tornam a região um lócus em processo contínuo de aprendizagem, propiciando condições para a construção de um ambiente favorável ao dinamismo e à inovação e, por consequência, fortalecem e revigoram, apesar das restrições ainda presentes, a competitividade regional desse relevante território para toda a economia brasileira.

No campo da Economia Solidária, o principal desafio é se apropriar dessa expertise de desenvolvimento regional, de atuação em redes, APLs, com sentido de complementariedade, para incluir os EES. Esse processo promoveria a Economia Solidária da região a outro nível, com ganhos de escala e aumento de produtividade.

Alguns elementos do perfil socioeconômico da Região do ABC

Nessa seção não iremos realizar uma exaustiva análise socioeconômica da Região do ABC. Nosso objetivo é apresentar alguns dados mais atualizados, dentro do possível, visto que o Censo Demográfico, que atualiza um conjunto de dados municipais, foi adiado em 2020, devido à pandemia da covid-19. Com os dados apresentados a seguir, espera-se compor um pano de fundo onde a Economia Solidária está inserida, possibilitando pensar os desafios e oportunidades nesse território.

A Tabela 1 apresenta alguns dados demográficos da Região do ABC. A população desse território, segundo estimativas do IBGE, somou 2.699.487 habitantes em 2021, o que representa 6% do total do estado de São Paulo e 12,7% da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Os municípios mais populosos são: São Bernardo do campo, com 815,1 mil habitantes; Santo André com 694,7 mil habitantes; seguidos por Mauá e Diadema com 463,3 mil e 405,6 mil, respectivamente. Os demais municípios são menores em população: São Caetano do Sul (151,1 mil habitantes); Ribeirão Pires (119,3 mil habitantes) e Rio Grande da Serra (50,3 mil habitantes).

Importante destacar que há uma diversidade bastante grande no que diz respeito à densidade demográfica desses município, sendo que 4 deles apresentam uma taxa bastante superior à da RMSP. Cidades com alta densidade demográfica enfrentam dificuldades relacionadas à vida urbana, como mobilidade, tratamento de resíduos sólidos, habitação, preservação ambiental, acesso à equipamentos públicos, entre outros. As cidades com maiores densidades demográficas são Diadema (13.198,70 hab/Km²), seguida por São Caetano do Sul (9.857,21 hab/Km²) e depois, por Mauá (7.484,06 hab/Km²). A título de comparação, a densidade demográfica da RMSP é de 2.674,27 hab/Km².

Em conjunto a esses dois dados, população e densidade demográfica, é relevante observar também a Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (TGCA), que procura medir o ritmo de crescimento da população durante determinado período, neste caso, de 2010 a 2021. Utilizando como base de comparação a taxa da RMSP que está em 0,71 ao ano, o crescimento médio anual da população nas cidades de Mauá e de Rio Grande da Serra estão acima dessa média: 0,97% e 1,24% ao ano, respectivamente. Esse crescimento é influenciado pela dinâmica de natalidade, mortalidade e migrações.

Todas as cidades da Região do Grande ABC tem grau de urbanização de 100%, à exceção de São Bernardo do Campo, com 98,4%, ou seja, praticamente a totalidade da

população da região reside em núcleos urbanos.

Em relação aos indicadores etários da população residente na Região do Grande ABC, o Índice de Envelhecimento (IC) demonstra um envelhecimento da população maior do que o encontrado na média da RMSP e mesmo do estado de São Paulo, nas cidades de São Caetano do Sul (161,9%), Santo André (106,01%), Ribeirão Pires (96,66%) e São Bernardo do Campo (85,52%). As demais cidades tem um IC muito menor, comparativamente. Esse Índice possibilita avaliar a evolução do ritmo de envelhecimento da população, e assim, subsidiar a elaboração de políticas pertinentes a essa transição demográfica.

As cidades com maiores IC tem maiores percentuais de população idosa comparativamente ao estado de São Paulo e à RMSP, e inversamente, aquelas com menor IC tem percentuais maiores da população com menos de 15 anos.

Por fim, entre os dados relacionados à demografia da região do ABC aqui destacados, a Razão entre os sexos, que identifica o número de homens para cada grupo de 100 mulheres, em determinada localidade e ano, busca ilustrar a relação quantitativa entre os sexos. Essa relação é influenciada por taxas de migração e de mortalidade que pode sofrer impactos distintos de acordo com sexo e idade. Quando o resultado é maior que 100 indica predominância de homens, e abaixo, predominância de mulheres. Nos dados por cidade, temos a predominância de mulheres, com destaque para a maior presença desse público na cidade de São Caetano do Sul, com 86,92 homens a cada 100 mulheres.

Em relação a indicadores de saúde, destacamos as taxas relacionadas a mortalidade de crianças. A Taxa de Mortalidade Infantil indica o universo de crianças que morreram antes de completar um ano de idade, enquanto a Taxa de Mortalidade na Infância identifica a proporção de óbitos de menores de quatro anos de idade. Essas taxas consideram os óbitos a cada mil nascidos vivos, em determinado limite geográfico. Chama atenção os dados relacionados às taxas das cidades de Diadema e Ribeirão Pires, com percentuais consideravelmente acima dos registrados tanto no estado de SP como na RMSP para os dois indicadores, tanto de crianças menores de 1 ano quanto para crianças menores de 4 anos.

Em relação à quantidade de leitos hospitalares, a Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que são necessários de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes. Como podemos observar na Tabela 2, a quantidade de leitos ofertados pelo SUS é insuficiente para a população local, ainda que consideremos que a esse número demonstrado na tabela se somam os leitos privados, o atendimento público hospitalar à saúde enfrenta problemas de oferta adequada à população local, especialmente em Rio Grande da Serra, Mauá e Ribeirão Pires. O melhor indicador nesse caso, melhor inclusive que o do estado de SP e da RMSP, é em Diadema.

A oferta de médicos também está abaixo da recomendada nas cidades de Mauá,

Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, nesse caso, já inclusos aqueles vinculados à rede privada de saúde. Segundo estudo que resultou nos parâmetros para elaboração do Programa Mais Médicos, o mínimo deveria ser de 2,7 médicos a cada mil habitantes.

Em relação à educação, a cidade de Diadema, mas especialmente a cidade de Rio Grande da Serra, possuem percentuais de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade de 4,36% e 5,41%, respectivamente, número superior ao registrado na RMSP, que estava em 3,6%. Por outro lado, o percentual de pessoas com idade entre 18 e 24 anos com ao menos o ensino médio completo, dessas cidades é superior ao registrado na RMSP (Tabela 3).

Ainda em relação à educação, as notas do IDEB nos municípios da região do ABC em 2019, foram todas iguais ou acima da meta para a avaliação dos anos iniciais do ensino fundamental, à exceção da cidade de Santo André. Ao contrário, para os anos finais do ensino fundamental todas as cidades ficaram abaixo da meta prevista, nesse caso, a única exceção foi a cidade de São Caetano do Sul. E por fim, em relação ao ensino médio, todas as cidades registraram notas superiores às metas definidas para o ano de 2019.

Conforme destacado na tabela 4, as moradias das cidades da região do ABC tem uma boa cobertura no que diz respeito à coleta de lixo, abastecimento de água pela rede pública e esgotamento sanitário.

No caso do acesso à coleta de lixo, os indicadores estão acima de 99%, à exceção de Rio Grande da Serra, com 98,69% dos domicílios com acesso a esse serviço. Vale destacar que mesmo assim ainda há problemas de coleta, particularmente em áreas de mais difícil acesso. E ainda, há limites consideráveis relacionados à reciclagem desse material.

Em relação ao abastecimento de água, Diadema, Mauá, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul tem percentuais de cobertura acima do registrado pela RMSP (98,29%), enquanto os demais municípios registram percentuais inferiores, com destaque para Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra que possuem coberturas em torno de 95%. Novamente, apesar do acesso, ainda há problemas relacionados à regularidade do fornecimento.

Por fim, em relação ao esgotamento sanitário, que registra a menor cobertura dentre esses três serviços intimamente ligados à qualidade de vida da população local, a RMSP registra uma cobertura de 87,98% de domicílios. Do total de municípios do Grande ABC, cinco registram coberturas mais significativas do que a da RMSP, no entanto, as cidades de Ribeirão Pires (80,7%) e Rio Grande da Serra (61,16%) possuem coberturas menores.

Em relação à habitação, um problema relevante nos grandes centros urbanos, o déficit habitacional da RMSP estava em 590.706 moradias no ano de 2019, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), a partir de dados do IBGE.

A tabela 5 apresenta os dados relacionados à pobreza e pobreza extrema nos municípios da região do ABC. As informações têm por base o CadÚnico e o Programa Auxílio Brasil, substituto do Programa Bolsa Família. No CadÚnico podem ser registradas as famílias (inclusive famílias unipessoais) com renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa. As famílias com renda maior que meio salário mínimo por pessoa também podem se cadastrar, desde que o procedimento esteja vinculado à inclusão ou acompanhamento de programas sociais em alguma das três esferas do governo, e por fim, podem se cadastrar também as pessoas que vivem em situação de rua (sozinhas ou com a família).

Nos municípios que compõem a região do ABC são 588.360 pessoas inseridas em 244.978 famílias registradas no CadÚnico. Esse total de pessoas representa 21,8% da população desse território. Em relação ao recebimento efetivo do Auxílio Brasil, temos

114.284 famílias beneficiárias, somando um total de 297.380 pessoas que recebem os diferentes benefícios desse programa, o que representa 11% da população da região do ABC.

Em relação à pobreza extrema, o CadÚnico indica que a região possui 122.258 famílias com renda per capita de até R\$ 105,00 em abril de 2022, sendo que dessas, 102.128 recebem o Auxílio Brasil.

Ainda em relação à pobreza, 40.869 pessoas recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada), sendo 24.452 idosos e 16.417 de pessoas com deficiência. Esse benefício é concedido às famílias com renda per capita igual ou inferior a 1/4 do salário-mínimo (atualmente, está em R\$ 303,00) que tenham um ente familiar idoso com 65 anos ou mais ou pessoa com deficiência.

Em relação à atividade econômica, destaque-se que o PIB da região do ABC representa 10,7% do total da RMSP e 5,7% no PIB estadual, tendo como principal destaque uma relevante participação do valor adicionado da indústria. Enquanto o valor adicionado da indústria na RMSP representa 14,33%, nos municípios da região do ABC variam entre 24,48% (Santo André) a 38,33% (Mauá).

Vale destacar, que a participação da indústria na região já foi maior e que vem sofrendo com o processo de desindustrialização em curso no país, que acomete principalmente polos industriais mais tradicionais.

Os principais setores industriais presentes nas cidades da região são:

- Borracha e material plástico;
- Derivados de petróleo;
- Máquinas e equipamentos;

- Metalurgia;
- Moveis;
- Produtos alimentícios;
- Produtos de metal;
- Produtos químicos;
- Veículos automotores, reboques e carrocerias.

Ainda que tímida, existe a presença de produção ligada à agropecuária, como a produção de leite, ovos de galinha e criação de galináceos.

Já no setor de serviços, responsável pela maior parte do valor adicionado ao PIB, há um conjunto bastante heterogêneo de setores, desde comércio, sistema financeiro, serviços de cuidados pessoais, de saúde e também de serviços de apoio à atividade industrial.

Esse conjunto de indicadores demonstram que a região do Grande ABC possui uma inserção socioeconômica de maior qualidade do que a registrada em outras localidades do país. No entanto, os dados também demonstram que ainda é necessário solucionar problemas de acesso e qualidade nas áreas da saúde, educação e habitação. Em relação à questão demográfica também há uma transição em curso, que precisa ser considerada nas políticas públicas. O polo industrial local sofre com o processo de desindustrialização, reduzindo a capacidade de geração de riqueza e de empregos de qualidade a partir desse setor - como requalificá-lo é uma questão urgente para a região.

Por fim, apesar da região ser fortemente interligada cultural e economicamente, mas também geograficamente e do ponto de vista da infraestrutura viária, há desigualdades relevantes entre os municípios.

TABELA 1 - Dados demográficos da Região do ABC, 2021

Localidade	Estado de SP	RMSP	Diadema	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	Santo André	São Bernardo do Campo	São Caetano do Sul
População	44.892.912	21.252.384	405.596	463.338	119.339	50.313	694.681	815.109	151.111
Densidade demográfica (habitantes/km ²)	180,86	2.674,27	13.198,70	7.484,06	1.204,47	1.384,50	3.951,99	1.990,35	9.857,21
Taxa geométrica de crescimento anual da população (em % a.a.; 2010/2021)	0,78	0,71	0,46	0,97	0,5	1,24	0,25	0,58	0,12
Grau de urbanização (Em %)	96,56	98,91	100	100	100	100	100	98,4	100
Índice de envelhecimento (Em %)	83,88	76,17	58,91	69,17	96,66	62,1	106,01	85,52	161,9
População com 60 anos ou mais (Em %)	15,75	14,9	12,27	13,05	16,89	12,16	18,27	15,61	23,69
População com menos de 15 anos de idade (Em %)	18,77	19,55	20,83	18,87	17,47	19,59	17,23	18,25	14,63
Razão entre os sexos	94,8	92,7	93,68	95,46	95,6	97,33	92,47	93,57	86,92

Fonte: Perfil do município, Fundação Seade. Acesso em junho de 2022: <http://perfil.seade.gov.br/>
 *RMSP - Região Metropolitana de São Paulo.

TABELA 2 - Estatísticas vitais e de saúde da Região do ABC, 2019

Localidade	Estado de SP	RMSP	Diadema	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	Santo André	São Bernardo do Campo	São Caetano do Sul
Taxa de natalidade (por mil habitantes)	13,09	13,84	13,38	11,25	11,5	11,05	12,94	12,24	10,9
Taxa de fecundidade geral (por mil mulheres entre 15 a 49 anos)	41,4	49,9	46,75	39,0	42,69	38,14	48,94	44,41	43,82
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	10,93	11,15	12,43	9,94	16,15	7,35	7,59	10,21	9,11
Taxa de mortalidade na infância (por mil nascidos vivos)	12,65	12,77	15,03	11,5	18,36	12,87	8,6	12,33	9,11
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)*	1,18	1,07	1,38	0,41	0,42	(Inexistente)	1,02	0,73	1,17
Médicos (por mil habitantes)**	2,7	ND	2,7	2	1,8	0,3	4,3	2,7	5,2

Fonte: Perfil do município, Fundação Seade. Acesso em junho de 2022: <http://perfil.seade.gov.br/>
 *OMS (Organização Mundial da Saúde) indica que o percentual de leitos adequado é de 3 a 5 para cada mil habitantes.
 **Indicador utilizado pelo MS no programa mais médicos: mínimo de 2,7 por mil habitantes.

TABELA 3 - Estatísticas da Educação na Região do ABC

Localidade	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais (2010) Em %	População de 18 a 24 anos com pelos menos o ensino médio completo (2010; Em %)	IDEB 2019 Resultado e meta (anos iniciais)	IDEB 2019 Resultado e meta (anos iniciais)	IDEB 2019 Resultado e meta (anos iniciais)
Estado de SP	4,33	57,89	6,7 (meta 6,7)	5,5 (meta 5,9)	4,6 (meta 5,2)
RMSP	3,60	57,52	ND	ND	ND
Diadema	4,36	57,80	6,5 (meta 6,5)	5,4 (Meta 5,6)	4,4 (meta 4,2)
Mauá	3,94	61,84	6,7 (meta 6,5)	5,3 (meta 5,7)	4,3 (meta 4,1)
Ribeirão Pires	3,47	66,84	7,0 (meta 6,8)	5,4 (meta 5,9)	4,8 (meta 4,5)
Rio Grande da Serra	5,41	60,65	6,6 (meta 6,1)	5,0 (meta 5,7)	4,4 (meta 4,0)
Santo André	2,78	69,01	6,5 (meta 6,7)	5,2 (meta 5,8)	4,5 (meta 4,1)
São Bernardo do Campo	3,04	62,03	6,9 (meta 6,6)	5,6 (meta 5,9)	4,4 (meta 4,1)
São Caetano do Sul	1,55	75,53	7,3 (meta 7,0)	6,2 (meta 6,1)	5,1 (meta 4,9)

Fonte: Perfil do município, Fundação Seade. Acesso em junho de 2022: <http://perfil.seade.gov.br/>. ND - Não disponível.

TABELA 4 - Estatísticas condições da habitação na Região do ABC, 2010

Localidade	Coleta de lixo - nível de atendimento (Censo demográfico 2010)	Abastecimento de água - nível de atendimento (Censo demográfico 2010)	Esgoto sanitário - nível de atendimento (Censo demográfico 2010)
Estado de SP	99,96	97,91	89,75
Região	99,67	98,29	87,98
Diadema	99,61	99,43	96,55
Mauá	99,80	99,31	90,36
Ribeirão Pires	99,52	95,17	80,70
Rio Grande da Serra	98,69	95,25	61,16
Santo André	99,91	97,61	94,48
São Bernardo do Campo	99,87	99,05	90,26
São Caetano do Sul	100	99,96	99,85

Fonte: Perfil do município, Fundação Seade. Acesso em junho de 2022: <http://perfil.seade.gov.br/>.

TABELA 5 - Indicadores de pobreza na Região do ABC, abril de 2022

Localidade	Estado de SP	Diadema	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	Santo André	São Bernardo do Campo	São Caetano do Sul
Famílias no CadÚnico	5.109.361	52.970	27.790	11.122	7.538	67.013	71.816	6.729
Pessoas no CadÚnico	12.470.208	122.706	70.664	26.686	18.689	160.327	173.201	16.087
Famílias no Auxílio Brasil	2.174.398	22.877	12.686	4.992	3.379	33.635	35.112	1.603
Pessoas no Auxílio Brasil	5.935.733	60.380	36.642	13.132	9.023	84.361	89.714	4.128
Famílias no CadÚnico com renda per capita de até R\$ 105,00 em abril de 2022 (extrema pobreza)	2.194.717	24.283	12.110	5.165	3.330	37.026	38.863	1.481
Famílias no Auxílio Brasil com renda per capita de até R\$ 105,00 em abril de 2022 (extrema pobreza)	1.813.611	20.601	10.864	4.585	2.751	30.569	31.502	1.256
BPC total	762.445	8.834	6.131	2.404	638	8.294	11.898	2.670
BPC idosos e participação no total de idoso com 65+	426.430 (8,9%)	5.019 (15,8%)	3.773 (9,7%)	1.604 (11,8%)	355 (8,9%)	5.205 (5,9%)	6.792 (8,0%)	1.704 (6,7%)
BPC pessoas com deficiência	336.015	3.815	2.358	800	283	3.089	5.106	966

Fonte: Seade Paineel, Fundação Seade. Acessado em junho de 2022: <https://painel.seade.gov.br/cadastro-unico-e-bolsa-familia-estado-de-sao-paulo/>

TABELA 6 - Indicadores econômicos na Região do ABC

Localidade	Estado de SP	RMSP	Diadema	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	Santo André	São Bernardo do Campo	São Caetano do Sul
Participação nas exportações do Estado (Em %; 2019)	100,00	24,87	0,39	0,31	0,26	0,001	0,84	5,05	0,41
Participação da Agropecuária no total do VA (Em %; 2018)	1,71	0,12	0,01	0	0,04	0,11	0	0,02	0
Participação da Indústria no total do VA (Em %; 2018)	21,12	14,33	33,37	38,33	23,33	26,3	24,48	29,29	28,04
Participação dos Serviços no total do VA (Em %; 2018)	77,17	85,55	66,62	61,67	76,63	73,59	75,51	70,69	71,96
PIB (Em mil reais correntes; 2018)	R\$ 2,21 bilhões	R\$ 1,18 bilhões	R\$ 14,67 milhões	R\$ 15,29 milhões	R\$ 3,04 milhões	R\$ 566,84 mil	R\$ 28,99 milhões	R\$ 50,57 milhões	R\$ 13,44 milhões
PIB per Capita (Em reais correntes; 2018)	R\$50.247,86	R\$56.649,03	R\$36.573,96	R\$33.825,83	R\$25.805,69	R\$11.651,85	R\$41.987,75	R\$62.914,30	R\$89.018,52
Participação no PIB do Estado (Em %; 2018)	100	53,45	0,66	0,69	0,14%	0,03	1,31	2,29	0,61

Fonte: Perfil do município, Fundação Seade. Acesso em junho de 2022: <http://perfil.seade.gov.br/>

TABELA 7 - Principais setores econômicos na Região do ABC

Localidade	Participação dos principais setores no VA da indústria (2017)	Produção agrícola (2020)	Rebanho (2020)
Diadema	Borracha e material plástico (18,9%); máquinas e equipamentos (14,2%); produtos químicos (13,7%); veículos automotores, reboques e carrocerias (11,1%); produtos de metal (5%); produtos alimentícios (6,4%)	NSA	NSA
Mauá	Produtos químicos (48,5%); Derivados de petróleo (27,4)	Leite (69,2%); Ovos de galinha (30,8%);	Galináceos (37,%; bovino (19,4%); caprino (18,7%); Equino (13,1%); Suíno (10,4%)
Ribeirão Pires	Produtos de metal (43,6%); Produtos alimentícios (15%); Veículos automotores, reboques e carrocerias (7,6%); Borracha e material plástico (7,3%)	Ovos de galinha (61,6%); Leite (38,4%);	Galináceos (94,2%)
Rio Grande da Serra	Produtos alimentícios (78,8%); Veículos, reboques e carrocerias (18,4%)	Ovos de galinha (54,5%); Leite (45,5%);	Galináceos (80,6%); Equino (7,6%); Bovino (7,1%)
Santo André	Produtos químicos (52,9%); Borracha e material plástico (26%); Metalurgia (5,8%)	NSA	NSA
São Bernardo do Campo	Veículos automotores, reboques e carrocerias (52,6%); produtos químicos (15,5%); Máquinas e equipamentos (8,6%); Metalurgia (5,3%)	NSA	NSA
São Caetano do Sul	Veículos automotores (52,7%); produtos alimentícios (18,3%); moveis (10,2%);	NSA	NSA

Fonte: Seade Municípios, Fundação Seade. Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/economia/>

Mercado de trabalho na Região do ABC

O mercado de trabalho tem passado por transformações relevantes e de forma acelerada. Com a recessão econômica de 2015 e 2016 os indicadores de desemprego praticamente dobraram e as principais formas de ocupação geradas posteriormente, em um contexto de baixo crescimento econômico, foram oportunidades marcadas pela precarização e informalidade. A economia e o mercado de trabalho nem haviam se recuperado quando fomos atingidos novamente por mais um período recessivo em 2020, diante da pandemia da Covid-19.

Soma-se a esse cenário econômico medidas que fomentaram a ampliação da precarização do trabalho, como a reforma trabalhista de 2017, o enfraquecimento dos órgãos de fiscalização do trabalho, o abandono de políticas de geração de trabalho, emprego e renda, dentre essas, as de fomento à Economia Solidária.

Ainda, há mudanças significativas nos processos produtivos e organizacionais das empresas, adoção de novas tecnologias poupadoras de mão de obra ou que requerem novas competências profissionais.

Desse modo, segundo dados da PNADC/IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil registrou 172,9 milhões de pessoas com 14 anos ou mais no trimestre terminado em maio de 2022, distribuídas em:

- 108,1 milhões na força de trabalho (4,6%): todos e todas que estão trabalhando e também aqueles que estão procurando um emprego.

- 64,8 milhões fora da força de trabalho (-4,7%): todos e todas que não trabalham porque não precisam, ou porque estudam, ou porque são aposentados e aposentadas, ou porque não têm condições para procurar um novo emprego.

Os dados mostram que aquelas pessoas que saíram da força de trabalho durante a fase aguda da pandemia, pela impossibilidade de sequer poder procurar uma nova oportunidade, retornaram. Mas encontraram um mercado de trabalho ainda mais precário do que o anterior à pandemia.

Entre as pessoas que compõem a força de trabalho, 10,6 milhões estão desocupadas, o que representa uma taxa de desocupação de 9,8%. Importante lembrar que mesmo com uma taxa de desemprego em queda pós a fase aguda do pandemia do coronavírus, estamos falando de um universo de 10,6 milhões de pessoas sem emprego. E ainda, parte significativa são oriundas da informalidade/sem carteira de trabalho assinada, que não têm acesso ao seguro-desemprego. Além disso, há um contingente relevante de pessoas em desemprego de longa duração (procurando emprego há mais de 2 anos), que mesmo que fossem formais, já tiveram o

encerramento da cobertura do seguro-desemprego, limitado a 5 meses.

No cenário atual, não temos políticas adequadas de proteção aos desempregados e desempregadas nem de intermediação da mão de obra pública, o que reforça a busca por qualquer tipo de ocupação, particularmente a chamada “viração”, que gere algum tipo de renda para a sobrevivência dos trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias. Desse modo, temos ainda 6,6 milhões de pessoas que encontram-se na categoria de subocupados por insuficiência de horas (6,8% do total de ocupados), ou seja, pessoas que trabalham menos de 40 horas semanais e gostariam de trabalhar mais horas, em especial, para aumentar a sua remuneração - não são desempregados, mas, precisam de mais horas de trabalho ou de um outro emprego porque o atual não dá conta das necessidades do orçamento familiar. Dentre estes, estão aqueles trabalhadores que fazem um “bico” para sobreviver até que encontrem uma nova oportunidade com condições de trabalho e salário dignos.

O Brasil registrou ainda no trimestre terminado em maio de 2022, cerca de 4,3 milhões de pessoas no desalento, que deixaram de procurar emprego porque não tem condições financeiras de procurar uma nova ocupação ou porque as oportunidades que apareceram são muito ruins e precárias que não valem a pena. Esse contingente poderia desaparecer se tivéssemos políticas públicas de emprego atuando para proteger os desempregados e ajudá-los à procura de uma nova ocupação.

Mas, mesmo para quem está trabalhando a situação não é positiva. A informalidade cresceu de 36,9 milhões para 41,7 milhões de pessoas em um ano. Isso representa 41,7% do total de pessoas ocupadas - ou seja, a cada 10 pessoas, cerca de 4 estão na informalidade. No último ano, das 9,4 milhões de ocupações quase 5 milhões foram informais, sem direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais. E ainda, 1 a cada 4 trabalhadores do setor privado

não tem carteira de trabalho assinada; 3 a cada 4 trabalhadoras domésticas não têm carteira de trabalho assinada; 3 a cada 4 trabalhadores por conta própria (autônomos) não tem CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

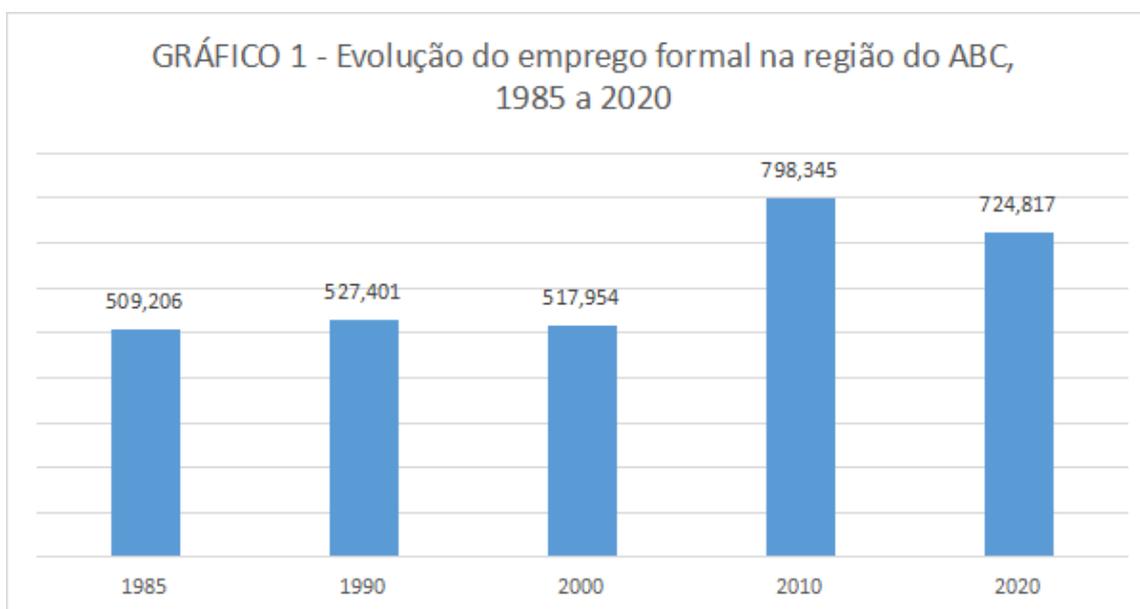
O rendimento médio real de quem está trabalhando também registrou queda de R\$ 2.817,00 para R\$ 2.613,00 (-7,2%). Isso ocorre porque os novos empregos gerados têm remunerações menores e nem todas as negociações coletivas de trabalho estão conseguindo repor a inflação integralmente. Soma-se a essa queda das remunerações, a redução do poder de compra em uma conjuntura com inflação em alta.

Desse modo, o total de pessoas subutilizadas da força de trabalho (pessoas desempregadas, mais as pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, mais as pessoas na força de trabalho potencial/desalentadas) soma 25,4 milhões de pessoas sem emprego ou com um trabalho muito precário, ou seja, 1 a cada 4 trabalhadores e trabalhadoras se encontram nesse grupo.

A PNADC/IBGE não permite desagregação para os municípios da região do ABC, devido a limites da amostra estatística. No entanto, os dados disponíveis para a RMSP, do primeiro trimestre de 2020, portanto, anterior à pandemia, possibilitam algumas avaliações sobre o emprego na região. Nesse período, enquanto a taxa de desemprego nacional estava em 12,4%, a do estado de SP estava em 12,3% e a RMSP contava com uma taxa de desemprego de 13,5%.

Em relação ao mercado formal de trabalho, analisando uma série histórica de 1985 a 2020, a partir de dados da RAIS, podemos observar, conforme gráfico 1, que a região do ABC teve uma expansão do emprego, particularmente na primeira década desse século e, apesar do recuo na década seguinte, ainda soma um número de trabalhadores superior ao registrado em 1985, quando tinha 509,2 mil trabalhadores formais.

O número de empregos formais na região chegou em 2010 a 798,3 milhões de vínculos formais de trabalho e, em 2020 registrou 724,8 mil empregos - importante destacar que essa perda de empregos já vinha ocorrendo mesmo antes da pandemia do coronavírus. Essa queda no emprego formal de 2010 para 2020, somente não atingiu Santo André e Rio Grande da Serra, os demais municípios registraram redução, com destaque para Diadema (-26%) e São Bernardo do Campo (-13%).



Fonte: RAIS/MTP, 2022. Elaboração própria.

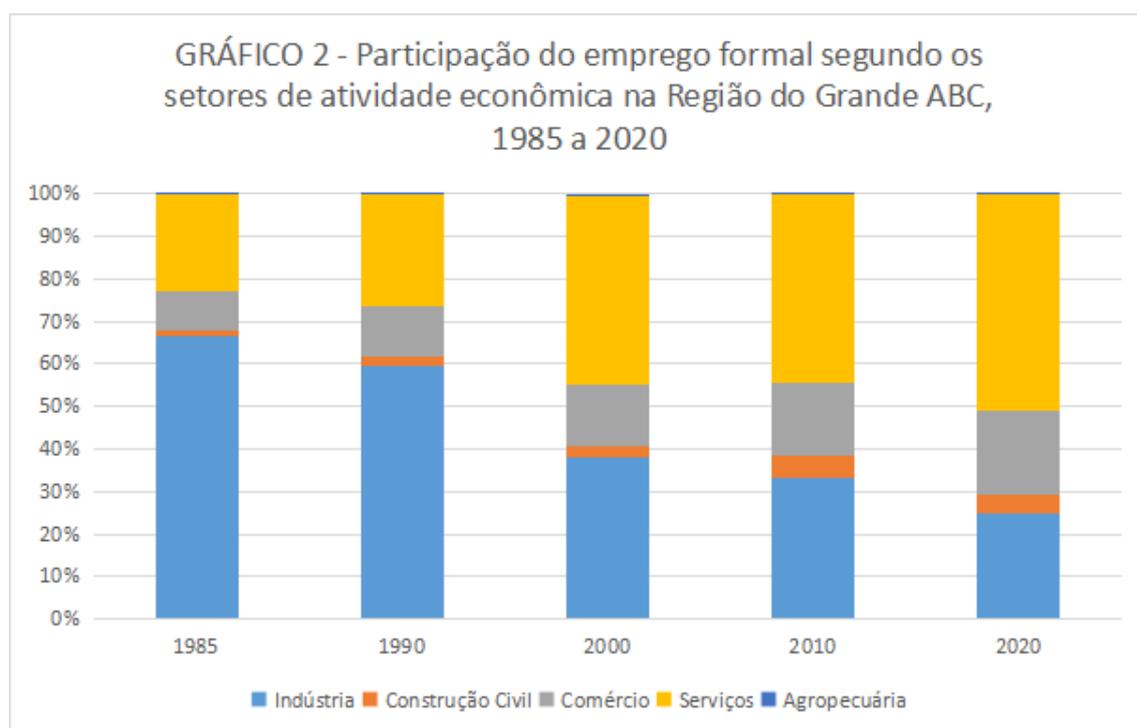
TABELA 8 - Evolução do emprego formal na região do ABC, 1985 a 2020

Município	1985	1990	2000	2010	2020
-----------	------	------	------	------	------

Diadema	78.021	86.309	73.225	112.601	83.743
Mauá	26.261	29.720	32.494	68.419	64.519
Ribeirão Pires	13.488	17.021	13.473	22.969	20.704
Rio Grande da Serra	1.596	1.797	2.016	3.510	3.508
Santo André	122.895	137.535	115.552	193.991	201.916
São Bernardo do Campo	203.593	188.918	188.910	282.678	246.846
São Caetano do Sul	63.352	66.101	92.284	114.177	103.581
Total	509.206	527.401	517.954	798.345	724.817

Fonte: RAIS/MTP, 2022. Elaboração própria.

Ainda em relação ao emprego, apesar do aumento do número de empregos ao final do período analisado, há diferenças significativas em relação ao tipo de emprego em uma análise setorial. Enquanto o emprego formal na indústria caiu 46,68%, os demais segmentos como construção civil, comércio e serviços registraram um crescimento muito expressivo. O gráfico 2 é bastante ilustrativo dessa mudança na composição setorial do emprego na região do ABC.



Fonte: RAIS/MTP, 2022. Elaboração própria.

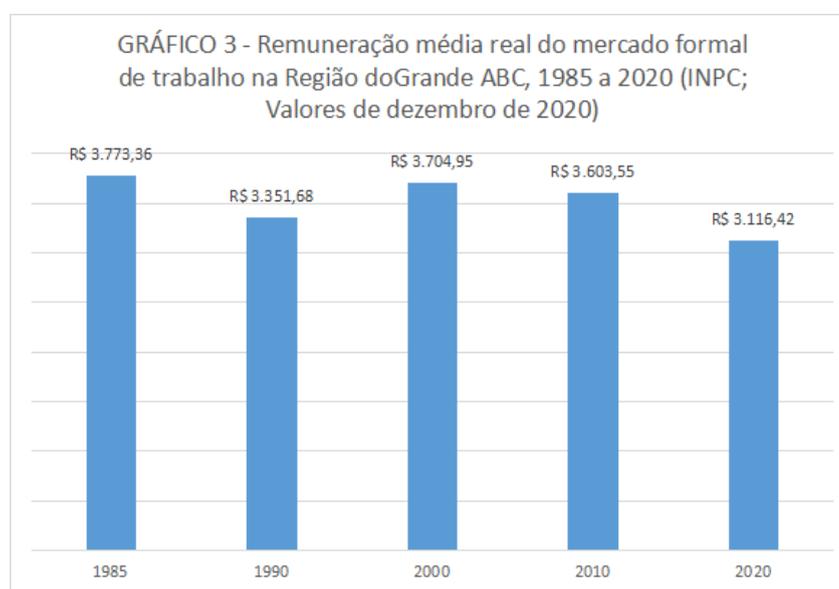
TABELA 9 - Participação do emprego formal segundo os setores de atividade econômica na Região do Grande ABC, 1985 a 2020

IBGE Gr Setor	1985	1990	2000	2010	2020	Varição 2020/1985
Indústria	337.640	294.767	196.508	266.608	180.037	(46,68)
Construção Civil	6.363	10.945	13.852	40.609	30.709	382,62
Comércio	48.230	57.881	74.169	134.858	143.431	197,39
Serviços	114.873	131.214	230.663	356.042	370.368	222,42
Agropecuária	414	478	2.758	228	272	(34,30)
Total	507.520	495.285	517.950	798.345	724.817	42,82

Fonte: RAIS/MTP, 2022. Elaboração própria.

Além das mudanças no emprego formal ao longo desses 35 anos analisados acima, a remuneração média também sofreu queda. Ao longo do período analisado, a remuneração média, em valores reais, registrou forte queda na década de 90, teve uma recuperação no início do presente século, para depois registrar novamente queda.

Em 1985 a remuneração média, em valores reais, era de R \$3.773,36 e chegou em 2020 a R\$ 3.116,42, um queda de 17,41%. Entre 2010 e 2020 a queda é de 13,52%. Todos os municípios registraram queda mas, há diferenças de magnitude quando comparados com 1985 ou quando comparados à 2010, resultado dos processos específicos em cada território ao longo dessa série histórica.



Fonte: RAIS/MTP, 2022. Elaboração própria.

Em relação à força de trabalho distribuída segundo ocupações, há uma participação relevante de trabalhadores com ocupações técnicas, seja de profissões com formação de ensino técnico como de ensino superior, que somam 23% do total de ocupações. Depois, segue-se uma distribuição em três grandes grupos: trabalhadores

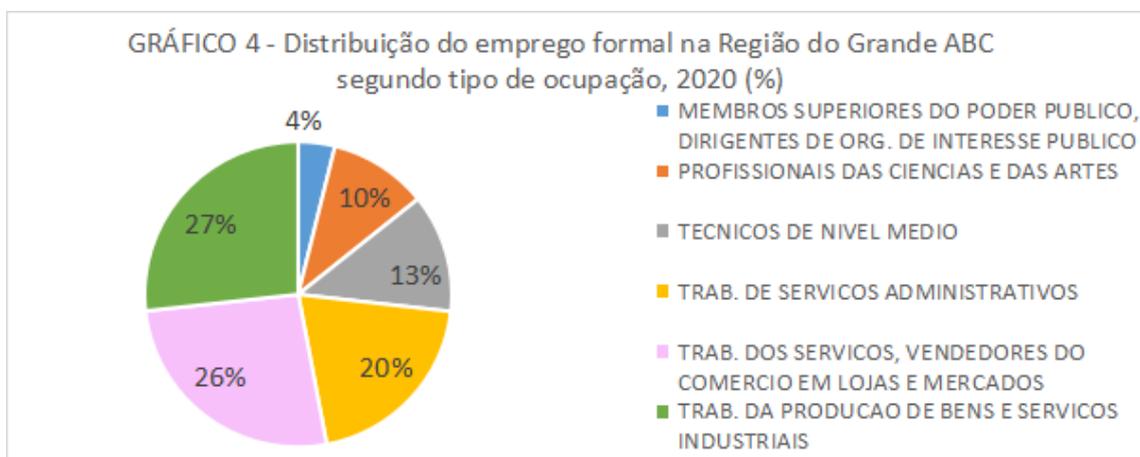
em ocupações de bens e serviços industriais (27%), trabalhadores em ocupações no setor de serviços (26%), seguidos por trabalhadores em áreas administrativas (20%).

Em relação aos atributos pessoais, destacamos abaixo os dados relacionados a sexo de nascimento e à distribuição por faixa etária. Outros temas não estão disponíveis

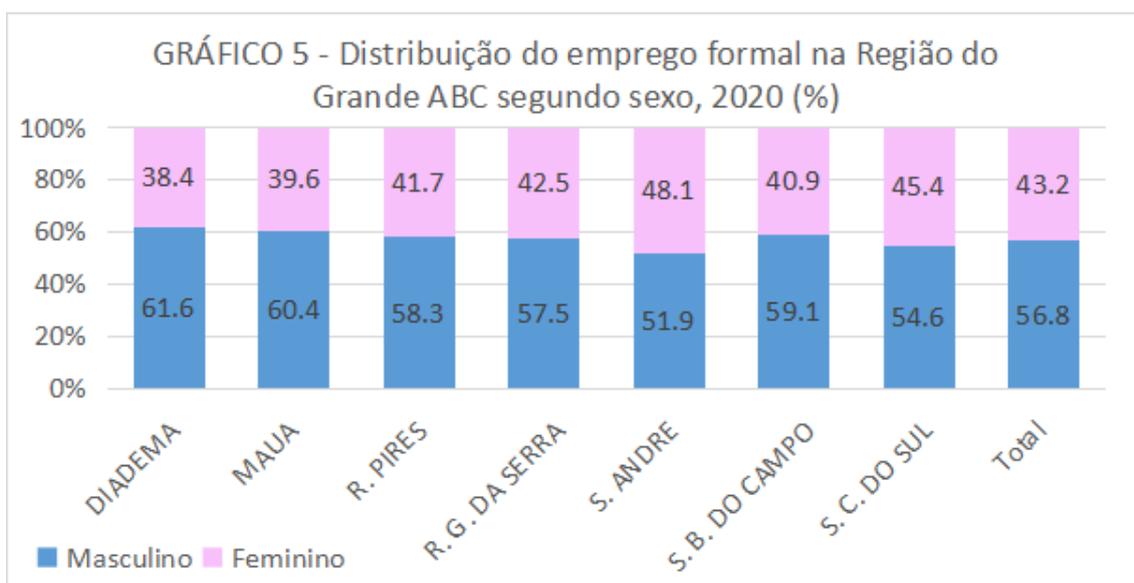
publicamente na RAIS, como cor/raça, ou não são informações coletadas, como identidade de gênero e orientação sexual.

Em relação ao sexo de nascimento, com opções apenas de masculino e feminino, podemos observar que a presença de mulheres no mercado formal de trabalho, de 43,2%, é inferior à sua participação na população em geral da região do ABC, como visto na seção acima, com dados relacionados à demografia. Em relação à distribuição etária, é relevante destacar que a força de trabalho entre 15 e 29 anos de idade representa cerca de 27% do total.

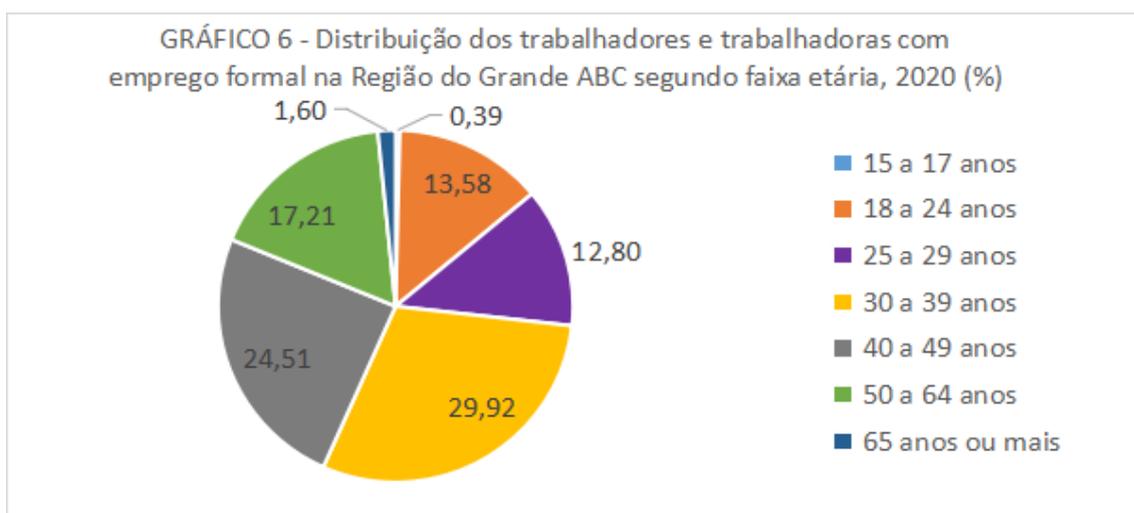
Esse breve panorama sobre o mercado de trabalho brasileiro e sobre o mercado de trabalho formal regional aponta os desafios da Economia Solidária para acolher esse grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras que buscam oportunidades de trabalho e renda com ocupações que garantam dignidade e uma nova perspectiva de vida, mas solidária, justa e igualitária. Não apenas como uma saída temporária, mas como uma possibilidade de pensar um novo modo de vida, de relação com o mundo.



Fonte: RAIS/MTP, 2022. Elaboração própria.



Fonte: RAIS/MTP, 2022. Elaboração própria.



Fonte: RAIS/MTP, 2022. Elaboração própria.

Notas metodológicas

A metodologia do projeto é baseada nos princípios da Economia Solidária, no cooperativismo e no associativismo, garantindo o protagonismo dos empreendimentos participantes, bem como de todos aqueles que atuam com Economia Solidária na região do Grande ABC. A elaboração do Diagnóstico da Economia Solidária da Região do Grande ABC também prezou pelo diálogo na elaboração dos instrumentos e da consulta a outras experiências que investigaram esse campo de atuação.

Como forma de garantir esse protagonismo, a gestão do projeto adotou um fluxo de diálogo com: sociedade civil organizada; empreendimentos; gestores, além do próprio Consórcio intermunicipal. Para tanto foi criado um conselho gestor formado por representante dos empreendimentos através do Fórum Regional de Economia Solidária do Grande ABC e representantes dos gestores da região, através de reuniões mensais, a Unisol Brasil apresenta a proposta de trabalho e no debate coletivo são feitos ajustes, de modo que o planejamento, monitoramento e avaliação do projeto sejam coletivos.

A contratação de prestadores de serviços e materiais necessários para execução do projeto se realiza conforme manuais de contratação da Unisol Brasil, respeitando os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contidos nos artigos 37 da Constituição federal, e ainda, sendo regidos pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e pelos demais normativos aplicáveis e condições previstas neste Edital.

As diretrizes técnicas para execução do projeto, levantamento de informações, elaboração do diagnóstico e dos demais produtos previstos, bem como as formações que serão realizadas na próxima etapa, descritas no plano de trabalho, e buscam seguir as proposições elencadas no Plano Regional de Economia Solidária do Grande ABC, bem como o estatuto do Consórcio, tendo como diretriz os conceitos relacionados à política de Economia Solidária, cooperativismo e associativismo, como o próprio conceito de Economia Solidária, autogestão, cooperação, arranjo produtivo local solidário, consumo solidário e inclusão social, empreendimentos econômicos solidários, desenvolvimento sustentável, com a viabilidade econômica destes, entre outros.

Os conceitos utilizados como base para o desenvolvimento do projeto, conforme apresentado para o Conselho gestor do projeto são:

- **Empreendimento Econômico Solidário – EES:** É todo empreendimento que reúne trabalhadores e trabalhadoras, ou populações, em busca da Geração de Trabalho e

Renda, promovendo a integração entre famílias e comunidade e é organizado por meio de iniciativas coletivas. São também considerados EES os empreendimentos que atendem aos princípios da autogestão, que praticam a divisão equitativa dos resultados e estejam inseridos em processos de desenvolvimento sustentáveis e solidários, organizados em redes de ECOSOL.

Por decisão do Conselho Gestor do Projeto, também foram incluídos os EES individuais que podem vir a compor grupos, associações, cooperativas e redes da economias solidária.

- **Rede de ECOSOL:** São articulações formais ou não formais entre EES e suas organizações de apoio para, de forma conjunta, promover atividades para fortalecimento e desenvolvimento de suas atividades econômicas, promovendo a comercialização de produtos e serviços e o consumo coletivo. As redes de ECOSOL conectam os elos das cadeias produtivas ou empreendimentos de um mesmo segmento ou de uma mesma localidade, promovendo a articulação entre eles.

- **Plano de negócio:** É um instrumento de planejamento que descreve os caminhos a serem percorridos para que os objetivos e metas de lucratividade e de crescimento do empreendimento sejam alcançados, superando suas fragilidades para tornar-se viável e lucrativo.

O plano de trabalho foi apresentado e finalizado com o conselho de gestão, com o detalhamento dos custos para execução, planilha física-orçamentaria, detalhamento da estratégia para cumprimento das ações e capacitações, indicando os responsáveis técnicos e seus respectivos currículos.

A elaboração dos questionários para mapeamento e diagnóstico socioeconômico dos EES da Região do ABC, levou em conta a necessidade de informações que o Consórcio Intermunicipal necessita para elaboração de ações de Economia Solidária na região e que colabore com as necessidades dos empreendimentos solidários e gestores municipais que atuam na área.

O questionário conta com temas relacionados ao perfil dos ESS, principais questões relacionadas ao setor de atividade de atuação, as principais dificuldades enfrentadas tanto em relação à conjuntura quanto em relação às políticas de fomento à Economia Solidária, entre outros temas relevantes para o diagnóstico e para o apoio à formulação de políticas públicas regionais.

Foi preciso fazer ajustes ao previsto inicialmente, pois os EES inseridos no CADSOL em grande parte não existem mais ou o contato telefônico foi perdido. Por se tratar em sua maioria de empreendimentos individuais, a falta de contato telefônico impediu, na maior parte das vezes, de saber se esse empreendimento de fato, ainda existe. De

todo modo, mesmo para esses EES com contato telefônico inexistente, buscamos encontrá-los através de buscadores existentes na internet, ou junto a pessoas que atuam com a Economia Solidária da região. Além desse fato, o CADSOL está inoperante, o que impossibilitou a estratégia de buscar EES cadastrados nesse banco de dados ou mesmo, buscar novos EES para incluí-los nesse cadastro.

Desse modo, organizamos dois instrumentos de pesquisa, com informações de perfil dos EES e dos entrevistados e entrevistadas:

(1) **Perfil dos Empreendimentos da Economia Solidária na região do ABC:** questionário que mescla questões objetivas, de múltipla escolha, com informações do perfil do empreendimento, e questões abertas que buscam captar a avaliação dos entrevistados sobre alguns temas relacionados à Economia Solidária. Esse questionário complementa o mapeamento dos EES e teve como referência o questionário utilizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária para investigação dos empreendimentos em todo o território nacional, o que possibilita incluir o acúmulo desse espaço de monitoramento e formulação de políticas para a Economia Solidária, além de possibilitar algumas comparações com o diagnóstico nacional. O questionário também buscou levantar as informações pertinentes ao registro no CADSOL.

A versão final do questionário somou 57 questões, divididas em:

- Identificação do empreendimento
- Perfil do empreendimento

- Investimentos e acesso a crédito

- Aquisição de insumos, equipamentos e produção

- Comercialização

- Participação em redes e articulações da Economia Solidária

- Acesso à política pública

- Participação social e práticas ambientais

(2) **Perfil dos associados e associadas dos Empreendimentos da Economia Solidária da Região do ABC:** questionário com questões objetivas, de múltipla escolha, para levantar informações sobre os atributos pessoais dos entrevistados e entrevistadas, de

modo a constituir um perfil das pessoas que estão à frente dos EES na região do ABC. Esse perfil incluiu também uma investigação da condição socioeconômica dessas pessoas.

O objetivo inicial era aplicar ao menos 3 questionários para associados e associadas em cada EES, buscando garantir a diversidade de gênero, etária e cor/raça. No entanto, com a decisão de incluir empreendimentos individuais, não foi possível manter esse objetivo. Além do mais, em alguns casos, foram indicadas pessoas que responderam o questionário para mais de um EES, o que impossibilitava a aplicação dos questionários relacionados ao perfil do associado (a).

Os instrumentos de pesquisa foram aplicados por agentes de mobilização treinados para essa tarefa, que contaram com uma coordenação e supervisão para a pesquisa de campo. A aplicação do questionário foi realizada, sempre que possível e em observação às normas de segurança relacionadas à COVID-19, de forma presencial. Quando não foi possível realizá-las de forma presencial, a aplicação do questionário foi realizada via telefone ou através de plataforma virtual para reuniões, a depender das possibilidades do entrevistado.

Foram apresentadas 2 propostas de questionário, uma mais longa e outra mais curta para o conselho gestor do projeto decidir qual era a mais adequada. A decisão foi pelo instrumento mais curto. Também foram incorporados a esse questionário as sugestões realizadas pelo Conselho Gestor.

Uma das tarefas previstas no projeto era identificar, no mínimo, 20 potenciais empreendimentos que não estivessem cadastrados no CADSOL. No entanto, com a reavaliação dessa estratégia, diante da descontinuidade do CADSOL, essa ação ficou prejudicada. De todo modo, o mapeamento apresentado à frente, informa se o EES é ou não registrado no CADSOL. Também foi levantado no questionário de perfil do EES todas as informações necessárias para o registro no CADSOL, caso seja uma decisão futura realizar essa ação.

Os dados foram sistematizados e apresentados nesse diagnóstico, mas também foram apresentados em formato aberto e editável. O relatório é composto por gráficos, análises e o banco de dados que permite a pesquisa por empreendimento, por setor e município.

De modo a promover a capacitação dos EES, conforme previsto no projeto, investigamos durante as entrevistas as necessidades de formação das organizações, conforme apresentado à frente.

O conjunto de informações coletados e sistematizados também possibilita apoiar os EES para a construção de redes de comercialização e para a constituição de Redes de Cooperação Solidária (Rede).

A Economia Solidária da Região do ABC

As políticas públicas para a Economia Solidária na região do ABC

O mundo do trabalho no Brasil vai muito além das relações assalariadas de mercado, que, apesar de ser a forma típica e característica do modo de regulação capitalista, tem reduzido sua participação, dando lugar a um conjunto variado de posições na ocupação, em geral, com menor proteção trabalhista e previdenciária. Toda uma gama de outras atividades econômicas que não envolvem diretamente uma relação contratual de compra e venda de força de trabalho são observadas nas diversas dimensões da sociabilidade humana. Fatores estruturais como o enfraquecimento do peso do emprego industrial no total de ocupação na economia e a precarização dos postos de trabalho ao longo dos últimos anos evidenciaram ainda mais essa realidade heterogênea das formas de ocupação laboral.

Conforme dados do próprio Consorcio Intermunicipal Grande ABC, apesar de sua vocação e representatividade econômica, a região do Grande ABC é historicamente polo econômico do país com a geração de renda e empresas principalmente no setor industrial automotivo. A economia na região, nos últimos anos, sofreu considerada queda de arrecadação e de empregos formais. É o que mostram os dados do IPEA para o desemprego e mercado de trabalho. De acordo com o instituto, o mercado de trabalho continua em estado agravado, com alta concentração de desocupados. Em 2015, foi registrado que 17,4% dos desocupados estavam em busca de emprego e esse número aumentou para 24,8% no ano de 2019.

Essas relações de trabalho se manifestam por naturezas distintas. Elas podem simplesmente corresponder à informalidade na atividade econômica, que tem suas raízes no processo contraditório e inacabado de desenvolvimento vivido por todos os países latino- americanos, cada um com suas características, o que faz com que um enorme contingente populacional busque diariamente estratégias individuais ou familiares precárias de inserção no circuito global de circulação de valor. Há uma carga imensa de estudos que avaliam a questão da informalidade na América Latina (e no Brasil especificamente) sob diferentes pontos de vista, inclusive com a chancela de instituições internacionais de peso, como a

Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e a Organização Internacional do Trabalho – OIT (Galiza, Gonzalez e Silva, 2011).

Outra possibilidade é quando grupos de indivíduos se organizam de forma associativa, sem uma relação direta de compra e venda de força de trabalho entre eles, para desempenhar diferentes atividades de teor econômico, sejam elas voltadas

à produção propriamente dita e à prestação de serviços, sejam elas voltadas a atividades como a constituição de fundos para finanças solidárias locais, trocas de produtos e serviços de interesse comum, compras conjuntas, utilização coletiva de bens ou espaços de produção, assessoramento e assistência técnica, serviços de comercialização, entre outras. Todas essas possibilidades no campo da ação coletiva se inserem na concepção de uma economia plural, onde múltiplas formas de regulação convivem concomitantemente, às vezes de maneira contraditória e conflituosa, outras de maneira complementar.

No contexto da realidade brasileira, ao longo da década de 1990, já como resultado da redemocratização e com o retorno da garantia de livre associação no país, muitos grupos populares (urbanos e rurais) que apresentavam entre seus pontos organizativos o cooperativismo e o associativismo passaram a ganhar mais notoriedade no cenário político regional e nacional. Como forma de unificar o discurso em torno dessa pauta, um conjunto significativo de intelectuais e representantes de movimentos sociais passou a adotar o termo “Economia Solidária” como um conceito que aglutina uma miríade de iniciativas econômicas populares seja no campo, seja na cidade, que possuíam o trabalho coletivo e a “autogestão” como elementos centrais de identidade comum, isto é, “uma unidade em meio à diversidade”. As iniciativas marcadas por essas características foram então denominadas genericamente pelos próprios atores envolvidos nesse debate como “empreendimentos econômicos solidários” (EES).

A difusão das experiências de Economia Solidária e sua apropriação conceitual por grupos populares, movimentos sociais e partidos políticos não podem ser analisadas sem sua devida inserção no contexto das profundas transformações econômicas que reconfiguraram o quadro social brasileiro (esse, por sinal, inserido num quadro de transformações mais amplas em âmbito global) nos anos 1990. O processo de reestruturação produtiva, resultante de uma crise do modelo de regulação fordista, afetou fortemente a configuração do mercado de trabalho no país. Como alternativa ao modelo fordista de organização

industrial, que não contemplava mais as necessidades globais de acumulação, ganhou maior evidência o paradigma da “acumulação flexível”, que logo se expandiu nas escolas modernas de administração e engenharia em todo o planeta.

Para Lima (2004, p. 48), o fenômeno da acumulação flexível implicou a reestruturação organizacional das empresas a partir de profundas inovações tecnológicas decorrentes da chamada “revolução informacional”, com a eliminação de barreiras geográficas à produção, a formação de empresas em rede, a terceirização de atividades, a desregulamentação de mercados, a flexibilização das relações de trabalho com a eliminação de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, a partir da segunda metade do século XX. No Brasil os efeitos desse reenquadramento dos

modelos de regulação do capitalismo foram rapidamente sentidos, com forte impacto para o conjunto dos trabalhadores, como dito anteriormente: fechamento de fábricas em vários setores da economia, queda da participação industrial no produto nacional, elevação dos índices de desemprego, aumento da precarização do trabalho, pressões para desregulamentação do mercado de trabalho, enfraquecimento do sindicalismo, entre outros.

Além das mudanças no padrão de regulação do trabalho, o Brasil convive com um cenário econômico adverso há 7 anos: a recessão econômica em 2015 e 2016; o baixo crescimento de 2017 a 2019, incapaz de recuperar a economia para os níveis pré-recessão; nova recessão em 2020, resultado de um conjunto de fatores desencadeados pela pandemia da Covid-19; e uma recuperação em 2021 que tem limites para provocar uma reação consistente do mercado de trabalho brasileiro.

Tais fatores, por outro lado, abriram espaços para o debate em diversos grupos da sociedade civil organizada (incluindo movimentos sociais e sindicais urbanos e rurais), bem como de gestores públicos para se repensar estratégias que elevassem a capacidade de geração de postos de trabalho e de proteção social. Foi nesse contexto que, entre outras estratégias específicas de atuação política, diferentes bandeiras de lutas, de ideologias não necessariamente coincidentes, convergiram para uma pauta de apoio às formas associativas de trabalho e organização comunitária. Apesar de não representar algo novo na História a mobilização popular em torno do apoio à formação de grupos produtivos e associativos, de caráter supra familiar, recebeu uma nova “roupagem” política, denominada por seus próprios atores envolvidos de “Economia Solidária”. Enquanto conceito, a Economia

Solidária despontou como um elemento definidor de alternativas para a organização associativa do trabalho e suas relações de produção (dada a hegemonia do trabalho assalariado no capitalismo) em busca de novas estratégias de inclusão social. O debate em torno de sua compreensão e seu papel na sociedade contemporânea ganhou destaque não apenas no Brasil, mas em praticamente todos os países da América Latina e na Europa.

De maneira geral, a Economia Solidária pode ser vislumbrada como o conjunto das atividades, sob diversos formatos organizacionais, que contribuem para a democratização econômica a partir do engajamento de grupos de indivíduos. Sua ideia traz consigo princípios que perpassam em diferentes graus a busca pela satisfação das necessidades, a igualdade de oportunidades, a preservação do meio ambiente e a luta por justiça social e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. Segundo Rêgo (2014, p. 36), as experiências que compõem o universo da Economia Solidária abrangem um amplo espectro de objetivos e aspirações, podendo envolver desde a “perspectiva de busca de alternativa de emprego através da autogestão”, passando por “uma perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do

capitalismo”, até uma “utopia experimental de novas formas de sociabilidade e vivência compartilhada de valores”.

Para Singer (2002), a Economia Solidária surgiu como resposta, por parte de diferentes grupos sociais, às contradições do sistema capitalista e às imperfeições das relações de mercado, onde uma parcela da população excluída do mercado de trabalho “formalizado” busca sua sobrevivência coletivamente. São múltiplas as iniciativas que a caracterizam, tais como as cooperativas, com seus coletivos de trabalhadores organizados com base na democracia nas tomadas de decisões e organizadas em diferentes setores da economia, além de outras formas de associativismo ou grupos informais de organização socioprodutiva, caracterizando um verdadeiro “polimorfismo” organizacional. Esses grupos, organizados nas mais distintas atividades econômicas, são conhecidos comumente no Brasil como empreendimentos de Economia Solidária, que constituem sua célula básica de representação na dinâmica econômica real.

O termo “empreendimento” remete, segundo Coraggio (2007), à obtenção e organização de recursos com a finalidade de atingir um determinado resultado. No entanto, o caráter coletivo e as motivações diferenciadas, que não se constituem apenas pela busca por atividades lucrativas, permitem visualizar os EES para além de um “empreendedorismo

de pequeno porte”, definido por Sachs (2002). De modo geral, os princípios básicos de distinção dessas iniciativas, apontadas pela maioria dos autores, são: posse coletiva dos meios de produção pelas próprias pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática por participação direta ou, no caso dos empreendimentos maiores, por representação; repartição da receita líquida entre os associados; e destinação do excedente anual (denominado sobras) por critérios acertados entre todos os cooperadores (Singer, 2000).

Na visão de Gaiger (2001; 2003), tais iniciativas econômicas abrangem diferentes formas de empreendimentos: associações agrícolas e unidades agroindustriais, fábricas de pequeno porte, centrais de reciclagem de resíduos sólidos, agências prestadoras de uma variada gama de serviços (limpeza, manutenção de equipamentos, construção civil etc.), entre outras. Elas são marcadas por duas lógicas distintas – empresarial e solidária. No tocante ao caráter empresarial dessas iniciativas econômicas, pode-se dizer que elas enfrentam os mesmos desafios que uma microempresa comum, por apresentarem estruturas produtivas análogas e se ressentirem de problemas semelhantes, tais como: “padrão tecnológico modesto, atuação em pequena escala, carência de recursos para modernização, atrelamento a empresas maiores e outros agentes econômicos etc.”. Por outro lado, o caráter solidário é citado como o principal fator de diferenciação desses empreendimentos em relação às demais empresas capitalistas, que se baseiam na posse privada dos meios

de produção (bens de capital) e organização assalariada do trabalho.

Com isso, a cooperação na esfera do trabalho, uma vez internalizada como prática cotidiana, pode propiciar fatores adicionais de eficiência em favor do empreendimento, contribuindo diretamente para sua viabilidade. Ademais, os efeitos positivos do trabalho cooperativo são reforçados quando ocorre a incorporação de saberes profissionalizados e sua transferência interna para os demais membros do grupo. No entanto, essa “simbiose” possível entre solidarismo e empreendedorismo econômico é comprometida quando se observa que, em regra geral, os setores das atividades nos quais se situam os empreendimentos são demandantes de força de trabalho minimamente qualificada, pouco especializada e, por conseguinte, pouco valorizada. Nesse sentido, o autor entende que o êxito dessas experiências depende da capacidade de complementaridade e articulação de suas lógicas intrínsecas tanto no sentido empresarial – o qual envolve a busca de resultados positivos por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos,

humanos e materiais – quanto no sentido solidário, através da cooperação entre os associados e a utilização coletiva dos recursos disponíveis em benefício de todo o grupo (Gaiger, 2001, p. 197).

Essa simbiose geradora de relações mais igualitárias em uma unidade produtiva também é ressaltada por Kraychete (2015, p. 190), ao afirmar que em um empreendimento associativo, instalações, máquinas e equipamentos pertencem ao conjunto dos associados, bem como os resultados do trabalho. Os ganhos econômicos são distribuídos ou utilizados conforme as regras definidas pelos seus participantes. Para que a atividade funcione, é preciso que cada um dos trabalhadores assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades. As condições de viabilidade de um empreendimento associativo, portanto, têm por substrato a reprodução de uma determinada relação social de produção, marcada pela condição de não mercadoria da força de trabalho e pela apropriação do resultado do trabalho pelos trabalhadores associados, conforme as regras por eles definidas.

Radomsky (2006, p. 63) também destacou essas especificidades presentes na racionalidade constituidora dessas iniciativas de Economia Solidária, que possuem a peculiaridade de conjugarem princípios usualmente chamados de “tradicionalistas” – tais como “o reforço dos laços de reciprocidade e proximidade nas comunidades”, sejam elas rurais ou urbanas – com “relações tipicamente capitalistas nos mercados de trabalho e de produtos”. Dessa relação decorre uma forma particular de ação de indivíduos e de famílias que assegura a sua reprodução econômica, mas que tem como objetivo também a manutenção, ainda que diferenciada, de suas relações de sociabilidade local.

Para Demoustier (2006, p. 104), um empreendimento do campo da Economia Solidária não se reduz a uma soma de empreendedores individuais. Seus integrantes

constroem sinergias, à medida que conjugam suas motivações e seus recursos, que permitem uma acumulação de competências internas (por meio do aprendizado mútuo) e externas (por meio da constituição de diferentes tipos de articulações), que vão gerar a “combinação produtiva” necessária e essencial para a viabilidade do projeto. Com isso, o princípio da “dupla qualidade” de seus membros (de serem ao mesmo tempo sócios e trabalhadores ou usuários do empreendimento) insere-se como a base do agrupamento de um empreendimento coletivo, “pois ele vincula o poder de decisão não à propriedade do capital, e sim à participação na realização da atividade”. Por outro lado, a autora ressalta que os

empreendimentos coletivos (dada a coabitação de atores de origens, motivações e identidades diversas) enfrentam o desafio de combinar e articular difíceis lógicas econômicas, sociais, culturais e políticas, que resultam em uma difícil missão de “conciliar a autonomia individual e o engajamento coletivo” em torno de “identidades sociais” e compromissos comuns.

O reconhecimento da Economia Solidária enquanto estratégia para a geração de trabalho e renda é um passo fundamental para a criação de mecanismos para a valorização de seu potencial produtivo para contribuir com a retomada econômica do Grande ABC a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável.

Para tanto, entendemos que é “fundamental fortalecer e fomentar iniciativas associativas, com foco na geração de trabalho e renda, que estimulem o envolvimento comunitário, a consciência coletiva e ambiental, efetivadas nas práticas produtivas, de comercialização e consumo, viabilizar práticas de desenvolvimento econômico baseadas em princípios de solidariedade, como maneira de promover a transformação sociocultural em prol de uma sociedade mais consciente, justa e igualitária, na Região do Grande ABC.”

Conhecer e entender a Economia Solidária na região do Grande ABC é imprescindível para a elaboração de estratégias e implantação de políticas públicas para o fortalecimento e

o fomento de empreendimentos solidários da região, fazendo-se necessária a identificação e

o diagnóstico dos Empreendimentos Econômicos Solidários existentes na região bem como suas potencialidades e o desenvolvimento de novos empreendimentos, possibilitando, desta forma, estruturar e articular os empreendimentos a partir de suas áreas de atuação buscando organizar a produção, comercialização e consumo em redes e cadeias produtivas (Arranjo Produtivo Local Solidário – APLS).

A Economia Solidária pode ser entendida como um conjunto de atividades econômicas, de produção de bens e serviços, de distribuição, consumo e finanças, que são organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras, na forma coletiva e auto gestonária. Neste sentido, existe desde que os trabalhadores

buscaram formas de resistir ao modo de produção capitalista. Segundo o economista Paul Singer, surge pouco depois do

capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. (SINGER – 2013, P. 24¹).

No Grande ABC, as iniciativas de Economia Solidária despertaram a atenção dos estudiosos mais acentuadamente no início dos anos 2000, período em que destacamos a criação da Uniforja, cooperativa de produção industrial, do ramo da metalurgia, situada na cidade de Diadema, um verdadeiro complexo que compreende também a COOPERTRATT, cooperativa prestadora de serviços de tratamento térmico, a COOPERLAFE, cooperativa fabricante de anéis forjados e a COOPERFOR, cooperativa fabricante de forjados automotivos.

Também, nesta época, surge, a partir da Associação Padre Léo Commissari, em São Bernardo do Campo, uma Rede de Economia Solidária e Alternativa, a Rede Commissari, que cria um banco comunitário e uma moeda social, a Commissari.

Ainda em São Bernardo do Campo, praticamente na mesma época, foi criada a UNISOL Cooperativas, uma central de empreendimentos solidários e cooperativas, que hoje atua na construção de políticas de Economia Solidária, na representação e no fortalecimento dos empreendimentos filiados em âmbito nacional, para levar adiante um projeto de inclusão econômica e social.

Em Santo André, no ano de 2002, foi criada pelo Departamento de Geração de Emprego e Renda – DGER, uma incubadora de cooperativas, que se consolidou e tornou-se incubadora de empreendimentos da Economia Solidária, iniciativa que, ao final da primeira década do século XXI foi reproduzida nos municípios de Mauá e Diadema.

No âmbito do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, encontramos, no Planejamento Estratégico 2011-2020, o Programa de Desenvolvimento da Economia Solidária, que propôs a criação de um núcleo regional de incubação de cooperativas e Economia Solidária. No ano de 2016, no planejamento estratégico do GT de Trabalho, Renda e Economia Solidária, havia a proposta de realização de um diagnóstico da Economia Solidária na região, a realização de feiras de Economia Solidária de caráter regional e a criação de uma incubadora regional de Economia Solidária, tarefas a serem realizadas pelos gestores públicos integrantes do GT, em parceria com o Fórum Regional de Economia Solidária do Grande ABC. Como o objetivo

¹ Singer, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 5. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. 127p.

deste trabalho é realizar um diagnóstico da Economia Solidária na região,

tomamos como ponto de partida a situação encontrada no ano de 2015.

Naquele ano, como resultado da III Conferência Regional de Economia Solidária do Grande ABC e Baixada Santista, da qual participaram integrantes de empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos das políticas de trabalho e Economia Solidária e membros de entidades de apoio e fomento, o Fórum Regional de Economia Solidária elaborou o documento Plano Regional de Economia Solidária do Grande ABCDMRR – 2015/2019, no qual encontramos um panorama da Economia Solidária existente na região, abrangendo as ações e equipamentos do Poder Público, a legislação vigente e um levantamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários existentes à época.

Sobre o que havia nas cidades, o diagnóstico elaborado à época pelo Fórum apresenta as seguintes informações:

Diadema

No ano de 2015, no município de Diadema, o Plano de Economia Solidária informa que existiam as seguintes leis:

- a) Lei Complementar Nº 301 de 16 de novembro de 2009, que instituiu a Política de Economia Popular e Solidária do Município de Diadema, estabelecendo princípios fundamentais, objetivos e ações. Contudo, faltava regulamentação desta lei;
- b) Lei Complementar Nº 217 de 03 de junho de 2005, que Concede desconto do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) às cooperativas sediadas no município, que se obrigavam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro, nos termos da Lei Federal nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971 e dá outras providências.

No âmbito da prefeitura, havia a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, onde existia um departamento de geração de trabalho e renda, com uma incubadora pública de empreendimentos populares e solidários, que contava com os seguintes servidores envolvidos: um diretor de departamento, um chefe de serviços, um assessor, 05 servidores cedidos para atuar na Economia Solidária e 06 estagiários.

De acordo com o Plano, na cidade de Diadema não havia conselho municipal de Economia Solidária, nem fundo público para financiamento das ações e, como principais realizações da incubadora pública, citam o seguinte:

- a) Fornecer suporte, acompanhamento visando a adequada estruturação dos empreendimentos, ampliar a compreensão dos valores e processos da Ecosol;
- b) Desenvolvimento de projeto de Economia Solidária nas escolas municipais, com envolvimento de alunos, professores e pais no processo.

Destaca também que a Economia Solidária estará presente no novo Plano Municipal de Educação, como Programa de Economia Solidária nas escolas, no decênio de 2015 a 2025. Na cidade havia 15 empreendimentos de Economia Solidária identificados pela incubadora pública:

Nome do empreendimento	Área de atuação
1. Núcleo Catadores Taboão	Coleta Seletiva
2. COOPERLIMPA	Coleta Seletiva
3. Cooperativa Chico Mendes	Coleta Seletiva
4. Cooperativa Costure Bem	Costura
5. Associação Unichurras	Não explicitado
6. Terapias Naturais	Medicina alternativa
7. COOPCENT ABC	Coleta Seletiva
8. Associação dos Tapioqueiros	Alimentação
9. UNICONSTRUÇÃO	Construção Civil
10. Núcleo Nova Conquista	Coleta Seletiva
11. Associação de Artesãos	Artesanato
12. Núcleo de Catadores Vila Popular	Coleta Seletiva
13. Associação do Milho e Derivados	Alimentação
14. Associação Matéria Rima	Não explicitado
15. Projeto Okavango	Não explicitado

Além da legislação existente no ano de 2015, inserida no documento Plano Regional de Economia Solidária, elaborado pelo Fórum Regional de Economia Solidária do ABCDMRR, atualmente existe em Diadema a Lei 3.647, de 12 de abril de 2017 que instituiu o Dia da

Economia Solidária no município e a Lei 4.130, de 14 de outubro de 2021 que criou o Programa Municipal de Coleta Seletiva – Recicla Rede.

Na cidade existe o Departamento de Trabalho e Economia Solidária, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, que conta com o Centro Público de Economia Solidária e a Incubadora Pública de Economia Popular Solidária (IPEPS), onde atuam os seguintes funcionários: 1 diretor de departamento, 2 chefes de divisão, 1 chefe de serviço, 2 funcionários efetivos, 1 coordenadora pedagógica e 3 estagiários.

Em Diadema não existe conselho municipal, deveria existir um comitê gestor da política de Economia Solidária, porém o mesmo encontra-se inativo. A lei que criou a

política de Economia Solidária determina que seja criado um fundo municipal para o financiamento das ações, porém ainda não foi criado. No momento, existe um orçamento próprio do departamento e recursos oriundos de 2 emendas parlamentares, uma da ALESP e outra da Câmara Municipal.

No momento a equipe trabalha para inserção no PPA do Plano de Economia Solidária, com recursos para os próximos 4 anos. Trabalham ainda para a implantação de uma moeda social e criação de um banco comunitário e na implantação do Programa Coopera Diadema, por meio do qual os municípios poderão realizar o auto cadastramento para cursos de sensibilização, além da realização de feiras de Economia Solidária e eventos diversos.

Mauá

Sobre o município de Mauá, o Plano Regional informa que havia uma legislação vigente, composta dos seguintes itens:

- a) Decreto Nº 7.561 de 14 de março de 2011, que criou o Fórum Municipal de Economia Solidária do Município de Mauá;
- b) Lei 4.714 de 16 de novembro de 2011, que Instituiu a Política de Fomento à Economia Popular e Solidária na cidade;
- c) Decreto Nº 7.912 de 21 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária;
- d) Lei 4.914, de 18 de dezembro de 2013 que cria e regulamenta a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários;
- e) Lei Nº 4.902 de 22 de novembro de 2013, que dispõe sobre a criação da Semana Municipal de Economia Solidária e do Dia Municipal de Economia Solidária;
- f) Decreto Nº 7.912 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária.

No âmbito da prefeitura, havia uma coordenadoria de Economia Solidária, lotada na Secretaria de Trabalho e Renda, que contava com 1 servidora de carreira, 3 pessoas em cargo de comissão, 2 estagiárias e uma equipe contratada temporariamente, composta por 5 pessoas.

Na cidade de Mauá havia, em 2015, um conselho de Economia Solidária composto por representantes dos gestores públicos, representantes de empreendimentos econômicos solidários e representantes de entidades de apoio e fomento, com paridade na representação. Na cidade, como nas demais, não existe fundo público para financiamento das ações de Economia Solidária.

O Plano destaca como principais realizações da incubadora pública a promoção e fortalecimento da organização de participação social, a ampliação da Institucionalização da Política Pública de Economia Solidária e a promoção do Trabalho

Decente e desenvolvimento da Economia Solidária. Havia na cidade, em 2015, 18 empreendimentos econômicos solidários identificados pela equipe da secretaria. São eles:

Nome do empreendimento	Área de atuação
1. UNIWIDIA	Indústria de Base
2. COOPERCATA	Reciclagem
3. Grupo de Mulheres - Tricô	Costura
4. COOP Ponto e Renda	Costura
5. ESCEC	Jardinagem
6. AATRU	Alimentação
7. Grupo Imagina Ação	Contação de História
8. FEIRAMA/FAF	Artesanato
9. CTR FIX	Indústria de Base
10. COOPER MAUÁ ABC	Logística e Transporte
11. Ideia Natural	Alimentação
12. DIART	Artesanato
13. Rede de Alimentação	Alimentação
14. Grupo de Jardinagem	Jardinagem
15. Grupo de Construção Civil	Construção Civil
16. Governança Residencial	Serviços
17. Cia Anônima de Teatro	Arte popular
18. TRAMADEVI	Produção de bengala guia

Atualmente, além da legislação existente no ano de 2015 inserida no documento Plano Regional de Economia Solidária, elaborado pelo Fórum Regional de Economia Solidária do ABCDMRR, existe a Lei 5.503, de 13/08/2019 que cria o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária e, no momento, a equipe da Secretaria de Trabalho e Renda está trabalhando para criar as condições para aplicação efetiva desta lei.

Na secretaria de Trabalho e Renda existe uma diretoria de divisão de Economia Solidária, responsável pelo funcionamento do Centro Público de Economia Solidária, onde atuam os seguintes funcionários: 2 diretores de divisão, 1 chefe de núcleo, 1 Assistente de gabinete, 1 motorista, 1 chefe de equipamento, 3 funcionários operacionais.

Em Mauá existe um Conselho Municipal de Economia Solidária, composto por 12

(doze) representantes do Poder Público, 6 (seis) representantes das entidades de fomento e apoio e 6 (seis) representantes dos empreendimentos econômicos solidários.

Ribeirão Pires

Sobre a cidade de ribeirão Pires, o Plano de Economia Solidária não traz nenhuma informação sobre ações no âmbito da prefeitura, mas reconhece que na cidade existem 2 empreendimentos econômicos solidários, a saber:

Nome do empreendimento	Área de atuação
1. ABCDEX	Não explicitado
2. COOPERPIRES	Reciclagem

Rio Grande da Serra

Assim como na cidade de Ribeirão Pires, o Plano de Economia Solidária não traz nenhuma informação sobre ações da prefeitura no campo da Economia Solidária, apenas identifica 5 empreendimentos econômicos solidários, a saber:

Nome do empreendimento	Área de atuação
1. PROFAVI	Artesanato
2. Ação Social Cristo Rei	Artesanato
3. Fibras da Serra	Artesanato
4. Ateliê Lilás	Artesanato
5. Bufet Rosa Mundo	Alimentação

Santo André

Em 2015, a cidade de Santo André possuía as seguintes leis:

a) Lei Nº 8.519 de 18 de junho de 2003, que autoriza a celebração de convênios entre o Município e as Cooperativas em incubação;

b) Lei Nº 9.058 de 26 de junho de 2008 Institui o “Programa Economia Solidária”, estabelece princípios fundamentais e objetivos da Política Municipal de Trabalho e Economia Solidária no Município;

c) Decreto Nº 15.846 de 04 de dezembro de 2008 regulamenta a Lei nº 9.058,

de 26 de junho de 2008, que institui o Programa Economia Solidária e estabelece princípios fundamentais e objetivos da Política Municipal de Trabalho e Economia Solidária;

d) Lei Nº 9.467 de 11 de junho de 2013, que dispõe sobre a criação da Semana Municipal de Economia Solidária.

A Prefeitura de Santo André possui um Departamento de Economia Popular e Solidária, na Secretaria de Trabalho, Emprego e Economia Solidária e disponibiliza para as ações 07 gestores públicos no quadro de funcionários.

A cidade também possuía uma incubadora pública de Economia Solidária, um Centro Público de Economia Solidária, uma loja solidária coletiva, nas dependências do Centro Público. No entanto, não contava com conselho municipal de Economia Solidária, possuía

um comitê gestor da Política de Trabalho e Economia Solidária, que, segundo o Plano Regional, não estava em plena funcionalidade. A cidade não possuía fundo público para financiamento das ações de Economia Solidária.

Ainda segundo o Plano, a incubadora pública oferecia aos seguintes serviços aos empreendimentos incubados:

a) Assessoria técnica para a organização da produção e comercialização dos produtos e serviços, assim como para a elaboração de planos de trabalho;

b) Serviços temporários em áreas específicas, tais como: contabilidade, marketing, assistência jurídica, captação de recursos, gestão empresarial, planejamento estratégico, gestão ambiental, recursos humanos, técnicas de produção, contratos com financiadores, contratos com instituições de pesquisa científica e mercadológica;

c) Cursos de capacitação, formação e treinamento para integrantes dos empreendimentos de Economia Solidária;

d) Incubação na Incubadora Pública de Economia Popular e Solidária – IPEPS;

e) Apoio para a comercialização de produtos de empreendimentos.

À época, havia na cidade de Santo André 25 empreendimentos de Economia Solidária identificados pela incubadora pública. Eram eles:

Nome do Empreendimento	Área de atuação
1. Teia Saúde Mental	Diversos produtos
2. MCG Eventos	Alimentação
3. Zô doces e Salgados	Alimentação
4. Teorema Artes	Artesanato
5. Agricultores Urbanos	Agricultura

6. Antonio Costa de Souza	Artesanato
7. Mãos que bordam	Artesanato
8. Elias Pimenta	Artesanato
9. Iraci Ferrari	Artesanato
10. Mara Alonso de Oliveira	Artesanato
11. Maria aparecida Manzini da Cruz	Artesanato
12. Maria Pereira Bento	Artesanato
13. Fiz porque Quis	Artesanato
14. Rosana Pires de Carvalho Czerniewicz	Artesanato
15. GRUMAR	Artesanato
16. Zoilo Luis Suarez Diaz	Artesanato
17. Erivalda Gomes da Silva	Costura
18. Cooperativas do Aterro	Reciclagem
19. Quituteiras do Cambuci	Alimentação
20. Dinâmica Visualk Design e Multimídia	Serviços
21. Stilus Work	Confecção
22. Vale Verde Fashion	Confecção e costura
23. COOPACESSO	Cultura
24. Sabor e Alegria	Alimentação
25. A CASA	Artesanato

Em Santo André, atualmente, existe o Departamento de Apoio ao Empreendedor, ligado à Secretaria de Desenvolvimento e Geração de Emprego. O Departamento possui uma gerência de Apoio ao Trabalhador e Renda, responsável pela organização das Feiras de Economia Popular.

O Departamento tem realizado um conjunto de iniciativas de apoio ao empreendedorismo. Como informou a diretora do departamento, Sra. Maria de Lourdes Lopes, *“temos sob nossa tutela hoje, 27 empreendedores divididos em dois seguimentos, sendo artesanato e alimentação, e temos para a prática da comercialização dois pontos de venda, uma feira de rua onde levamos todos do seguimento de alimentação e parte do artesãos, as terças e quintas na praça do Carmo, centro da cidade, e uma loja experimental em parceria com o Atrium Shopping onde estão presentes nossos artesãos”*.

Destaque para o Circuito Andreense de Empreendedorismo, programa que tem como objetivo levar informação e consultoria gratuita para empreendedores

interessados em melhorar o desempenho de seus negócios, que tem como atividades, por exemplo, oficinas de Formação do preço de venda e uma tenda em bairros do município para atender diretamente os empreendimentos.

A Cidade conta ainda, no Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda com uma Incubadora Popular de Economia Solidária (Ipeps), que tem por objetivo a promoção da Economia Popular e Solidária como estratégia de desenvolvimento socioeconômico sustentável de comunidades e segmentos de trabalhadores e trabalhadoras, prioritariamente aqueles e aquelas em situação de vulnerabilidade social¹.

São Bernardo do Campo

No ano de 2015, havia na cidade de São Bernardo do Campo apenas uma lei, a Nº 6.045 de 31 de maio de 2010, que instituiu a política de fomento à Economia Solidária.

No âmbito da Prefeitura, em São Bernardo do Campo, a Economia Solidária era um Programa (Programa Geração de Trabalho e Renda – ECOSOL) do Departamento de Empreendedorismo, Trabalho e Renda da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo.

Neste programa trabalhavam o diretor e a assistente de direção do departamento e outras 4 pessoas, sendo 01 funcionária de carreira, 02 comissionadas, 01 contratada em regime temporário.

A cidade não possuía Centro Público de Economia Solidária oficializado, mas possuía um espaço, o Espaço Solidário, onde ficava concentrada a gestão do Programa, assim como o atendimento a pessoas e grupos. No mesmo espaço, havia uma loja solidária e coletiva, onde os produtos dos empreendimentos econômicos solidários eram comercializados e havia também uma cozinha para produção de alimentos, que era utilizada por vários empreendimentos.

Para os cursos de qualificação profissional e oficinas de formação em Economia Solidária, gestão dos empreendimentos e outras temáticas eram utilizadas as salas da Central de Trabalho e Renda.

Na cidade não havia fundo público para financiamento das ações, nem conselho municipal de Economia Solidária. As ações eram realizadas, segundo o Plano, em parceria com o Fórum Municipal de Economia Solidária.

Em São Bernardo do Campo, havia a SBCSOL – Incubadora de Empreendimentos Solidários de São Bernardo do Campo, parceria da Prefeitura com a Universidade Metodista e financiamento da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas,

¹ Acessado em maio de 2022. Disponível em: <https://web.santoandre.sp.gov.br/portal/secretarias-paginas/73/departamentos/>

universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. Atendeu 17 empreendimentos dos segmentos reciclagem, agricultura urbana, artesanato, costura, alimentação, indústria, cultura, turismo, além de 03 Redes de Comercialização (alimentação, artesanato e têxtil). Este convênio terminou em maio de 2015.

A incubadora pública ofertava os seguintes serviços aos empreendimentos incubados:

- a) Assessoria em comercialização e marketing;
- b) Aquisição de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), uniformes e equipamentos de informática para associações de catadores; aquisição de EPIs e uniformes para participantes das hortas urbanas; aquisição de equipamentos para implantação de cozinha para produção de alimentos pelos EES no Espaço Solidário; aquisição de equipamentos para Nutrarte (Núcleo de Trabalho e Arte – Saúde Mental); aquisição de equipamentos de informática e móveis para Espaço Solidário; aquisição de equipamento (barco) para Capatazia de Pescadores – Projeto Billings Tour;
- c) Assessoria para criação, desenvolvimento e confecção de material de divulgação para os EES e Espaço Solidário;
- d) Realização de Convênio entre a prefeitura e a Universidade Metodista para dar continuidade as atividades da SBCSOL, particularmente, com o projeto Carrinho Solidário, que comercializava alimentos para funcionários do Paço Municipal de SBC;
- e) Pontos fixos para comercialização como o Espaço Solidário, a rodoviária, as dependências da Secretaria de Educação;
- f) Participação dos empreendimentos econômicos solidários em feiras e eventos.

À época, havia na cidade de São Bernardo do Campo 24 empreendimentos de Economia Solidária identificados pela incubadora SBCSOL, a saber:

Nome do Empreendimento	Área de atuação
1. Seis Grupos	Artesanato
2. Dois Grupos	Costura
3. Grupo Artes Plásticas	Artesanato
4. Grupo Móveis	Móveis
5. Grupo Alimentação	Alimentação
6. Grupo Catadores	Reciclagem
7. Grupo Catadores	Reciclagem
8. Grupo Alimentação	Alimentação
9. Grupo Costura	Costura
10. Grupo Móveis	Móveis

11. Grupo Sabão Ecológico	Reciclagem
12. Grupo Construção Civil	Construção Civil
13. COOTRASER	Reciclagem
14. COOPUAFAM	Agricultura
15. RELUZ	Reciclagem
16. PLASTCOPER	Indústria de Base
17. Associação Raio de Luz	Reciclagem
18. COOPROFIS	Construção Civil
19. COOTEMASB	Transporte Escolar
20. UNIMÁQUINAS	Indústria de Base
21. Associação Arte que Faz	Artesanato
22. COOPERSELETA	Reciclagem
23. Charlotte Arte em Costura	Confecção e Costura
24. Grupo de Teatro Família Fernandes	Cultura

Atualmente a cidade possui a Sala do Empreendedor, com serviços de abertura, alteração e encerramento do MEI (Micro Empreendedor Individual), segunda via de débitos, declaração anual para imposto de renda, cursos, palestras, rodadas de negócios e eventos e orientação técnica sobre plano de negócios e gestão. Em relação às atividades com caráter formativo, a prefeitura tem disponibilizado oficinas de inovação, marketing, ideias de negócio, formação de preços de vendas e “descomplique pronto pra crescer”. Assim como em outras cidades da região, as ações são voltadas para o empreendedorismo em geral, não tem uma ação específica para a Economia Solidária².

São Caetano do Sul

O Plano Regional de Economia Solidária, embora tenha caráter regional, não cita nenhum dado sobre a existência de empreendimentos de Economia Solidária no município de São Caetano do Sul, nem sobre a existência, ou não, de políticas públicas ou legislação municipal com esta finalidade.

Atualmente, a prefeitura realiza atividades de formação, como cursos de oratória e de produção de hambúrguer artesanal.³

² Acessado em maio de 2022. Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sdect/sala-do-empendedor>

³ Acessado em maio de 2022. Disponível em: <https://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/post/fundo-social->

Mapeamento da Economia Solidária na Região do ABC

Nessa seção, apresentamos o mapeamento da Economia Solidária da Região do ABC. O mapeamento foi elaborado, como dito acima, partindo das listas obtidas no CADSOL, da lista de filiadas à UNISOL na região, da lista disponibilizada pelo Fórum Regional de Economia Solidária do Grande ABCDMRR, das listagens enviadas pelo municípios, das visitas às feiras de Economia Solidária da região do ABC e das indicações realizadas durante as entrevistas, de EES que os entrevistados conheciam. O contato foi realizado via email e/ou mensagem padronizada pelo whatsapp, apresentando a pesquisa, executores e responsáveis, com indicação de onde sanar possíveis dúvidas.

Conforme encaminhamento do Conselho Gestor do Projeto, os municípios iriam indicar os EES para compor o universo da pesquisa, conforme os seguintes critérios:

- Proporcionalidade considerando o tamanho populacional das cidades da região do ABC;
- Proporcionalidade considerando os EES cadastrados no CADSOL em cada cidade da região do ABC;
- Diversidade de atividades econômicas dos EES;
- Tamanho do EES, priorizando aqueles com maior número de associados/filiados, de modo a cobrir um universo maior de pessoas;
- Tempo de atividade dos EES;

Considerando o tamanho da população em cada município, foram definidas as metas para cada localidade. Na tabela abaixo, destacamos os números de EES existentes no CADSOL, as metas por município e o efetivamente realizado, para se ter uma ideia do resultado da pesquisa.

TABELA 10 - EES cadastrados no CADSOL, Meta de entrevistas e resultados por município

Município	Registrados no Cadsol	META			Indicados pelos municípios	Realizado	
		ESS Consolidados	Novos EES	Total		Nº	%
							17,1
Diadema	51	8	4	12	11	12	4
Mauá	19	9	1	10	8	10	14,3
Ribeirão Pires	10	3	1	4	3	2	2,9
Rio Grande da Serra	7	2	1	3	2	3	4,3
Santo André	43	13	3	16	0	29	41,4
São Bernardo do Campo	88	16	7	23	16	13	18,6
São Caetano	13	3	3	6	3	1	1,4
Total	231	54	20	74	43	70	100

Fonte: Plano de Trabalho; CADSOL - Consulta Geral de Empreendimentos; Pesquisa “Diagnóstico da Economia Solidária da Região do ABC”, 2022.

Como dito acima, apesar das inúmeras tentativas de alcançar um número maior de entrevistas, de uma busca ativa por EES, de propor alternativas de horários e dias, e do deslocamento do entrevistador até o local mais adequado para a pessoa que seria entrevistada, tivemos dificuldade na efetivação das entrevistas, em alguns casos, com a recusa do EES em participar.

Outra dificuldade é que do objetivo de 74 EES previstos no Plano de Trabalho os municípios conseguiram indicar 43 EES. É relevante dizer que as listas com contatos telefônicos/endereços dos EES estavam desatualizadas, e diante da dispersão e informalidade dos empreendimentos, da inexistência de registros em redes sociais, foi impossível realizar uma busca ativa mais assertiva. Importante também destacar que o CADSOL possuía um conjunto significativo de EES que não se enquadravam nos requisitos de empreendimentos solidários, individuais ou coletivos.

Por fim, e ainda mais agravante, ao que parece, a desestruturação das políticas da Economia Solidária em âmbito federal e a crise econômica que se arrasta há alguns anos, aprofundada com a pandemia da covid-19, atingiu de forma profunda a Economia Solidária. Sem uma ação coordenada para ajudá-la a atravessar esse momento, ao invés da ampliação da Economia Solidária como forma de geração de renda para brasileiros e brasileiras, vimos um retrocesso e um movimento de rotatividade, de fechamento de antigos e abertura de novos EES.

De todo modo, a partir da busca ativa da equipe da UNISOL Brasil, as entrevistas totalizaram 70 EES dentre 118 empreendimentos com os quais entramos em contato, de um universo de 153 EES mapeados. Dos 153, um é a própria UNISOL Brasil, 13 EES não existem mais ou estão inativos, 26 EES não atenderem nossos contatos realizados em mais de uma oportunidade, outros 43 EES não conseguimos um contato telefônico ou endereço. Desses EES que não conseguimos o contato telefônico, muitos

possivelmente não existem mais.

Abaixo, listamos os EES entrevistados, organizados segundo atividade econômica, de modo que seja possível iniciar uma análise de fomento de intercâmbios, de trocas de experiências, de mobilizações para constituição de Redes e para encadeamentos produtivos e de comercialização. Esses arranjos podem ser organizados setorialmente, de forma complementar entre segmentos produtivos, em etapas específicas como compra de insumos ou comercialização.

Os setores de atividade destacados abaixo e a quantidade EES envolvidos são:

- Agricultura: 03
- Alimentação e bebida: 17
- Artesanato: 18
- Artigos infantis: 02
- Assessórios e bijuterias: 03
- Confecção, costura e bolsas: 11
- Educação, cultura, oficinas e afins: 05
- Fabricação de moveis e marcenaria em geral: 03
- Jardinagem, plantas e flores: 03
- Indústria: 05
- Cosméticos: 02
- Reciclagem: 05
- Serviços de Assessoria: 05
- Serviços de publicação e impressão: 04
- Transporte: 02

QUADRO 1 - Empreendimentos da Economia Solidária da Região do ABC e principal atividade econômica

Empreendimento	Nome Fantasia	Município
Agricultura		
1. Espaço Colmeia	Espaço Colmeia	Diadema
2. Horta Panc Urbana	Horta Panc Urbana	São Bernardo do Campo
3. Sítio Nosuga	Sítio Nosuga	São Bernardo do Campo
Alimentação e bebida		
1. Belisc Quitutes e afins	Belisc Quitutes e afins	Santo André
2. Cambusales - produtos à base de cambuci	Cambusales	Ribeirão Pires
Coletivo de alimentação Mulheres Negras/MCG Eventos e Buffet	Coletivo de alimentação Mulheres Negras/MCG Eventos e Buffet	Santo André
4. Companhia do Trigo	Companhia do Trigo	São Bernardo do

		Campo
5. DACASINHA CULINÁRIA CASEIRA	NHA CULINÁRIA CASEIRA	Santo André
6. Don Doce	Don Doce	Santo André
7. Edson Luiz Comercio de Bebidas	Edson Luiz Comercio de Bebidas	Diadema
8. Empadinha Rosa	Empadinha Rosa	Santo André
9. Espaço Colmeia	Espaço Colmeia	Diadema
10. Farnel Food	Farnel Food	Santo André
11. Karina Garcia Confeitaria	Karina Garcia Confeitaria	Santo André
12. Pão da Rita	Pão da Rita	Santo André
13. Rainha da Tapioca	Rainha da Tapioca	São Bernardo do Campo
14. Rede Bom Paladar	Rede Bom Paladar	Mauá
15. RIPPER - PÃES E BOLOS	RIPPER - PÃES E BOLOS	Santo André
16. Teia de Trabalho	Teia de Trabalho	Santo André
Viva Bem Alimentos Orgânicos e Naturais Ltda.	Viva Bem Alimentos Orgânicos e Naturais Ltda.	São Caetano do Sul
Artesanato		
1. Artes da Fibra - artesanato em taboa	Artes da Fibra	Ribeirão Pires
2. Atelier Residência Arte Pau-D'arco	Atelier Residência Arte Pau- D'arco	Santo André
3. Bordando Sonhos Artesanato	Bordando Sonhos Artesanato	Santo André
4. C.U.P.I.N.S. - Silcscreen e chilogravura	C.U.P.I.N.S.	Santo André
5. Costurando renda	Costurando renda	Santo André
6. DIART	DIART	Mauá
7. Emerson Blass	Emerson Blass	Santo André
8. Espaço Colmeia	Espaço Colmeia	Diadema
9. Fibras da Serra	Fibras da Serra	Rio Grande da Serra
10. Jannaina Crochê	Jannaina Crochê	Mauá
11. Lindalva Art	Lindalva Art	Mauá
12. Lu Artesanatos	Lu Artesanatos	Santo André
13. Maria Criativa - Artes em crochê	Maria Criativa - Artes em crochê	Santo André
14. Matilde Machado Leite - Feirama	Matilde Machado Leite - Feirama	Mauá
15. Milla Artes Feltro e Tecidos	Milla Artes Feltro e Tecidos	Santo André
16. Rede Balsear	Rede Balsear	São Bernardo do Campo
Rede de artesanato de São Bernardo do Campo	Rede de artesanato de São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo
18. Shalom Art's em Madeira	Shalom Art's em Madeira	Mauá
Artigos infantis		
1. Doces sonhos	Doces sonhos	Santo André
2. Josy Fazendo Art	Josy Fazendo Art	Santo André
Assessórios e bijuterias		
1. Arte de Rua	Arte de Rua	Mauá

2. Coletivo de Afroempreendedorismo	Coletivo de Afroempreendedorismo	Diadema
3. Estilo e Raça	Estilo e Raça	Rio grande da serra
Confecção, Costura, bolsas		
1. Zuca Artes	Zuca Artes	Santo André
2. Costurando renda	Costurando renda	Santo André
3. Panos e Linhas	Panos e Linhas	Santo André
4. Pétalas Costura e Arte	Pétalas Costura e Arte	Diadema
5. Arte da Costura (Charlotte)	Arte da Costura (Charlotte)	São Bernardo do Campo
6. Teia de Trabalho	Teia de Trabalho	Santo André
7. Coletivo de Afroempreendedorismo	Coletivo de Afroempreendedorismo	Diadema
8. Jannaina Crochê	Jannaina Crochê	Mauá
9. Maria Criativa - Artes em crochê	ativa - Artes em crochê	Santo André
10. Roxo e chita Vanda Terra	Roxo e chita Vanda Terra	São Bernardo do Campo
11. Jannaina Crochê	Jannaina Crochê	Mauá
Educação, cultura, oficinas e afins		
1. Atelier Residência Arte Pau-D'arco	idência Arte Pau- D'arco	Santo André
2. C.U.P.I.N.S. - Silcscreen e chilogravura	C.U.P.I.N.S.	Santo André
3. Cia Imagina-Ação	Cia Imagina-Ação	Mauá
4. Consumo Consciente ABC	Consumo Consciente ABC	São Bernardo do Campo
5. SustentABC	SustentABC	Santo André
Fabricação de moveis e marcenaria em geral		
1. Cooperativa Okawango - Fabricação de móveis	Cooperativa Okawango	Diadema
2. Refazer	Refazer	Santo André
3. Teia de Trabalho	Teia de Trabalho	Santo André
Jardinagem, plantas e flores		
1. Sítio Nosuga	Sítio Nosuga	São Bernardo do Campo
2. Orquiflora	Orquiflora	Santo André
3. Shalom Art's em Madeira	Shalom Art's em Madeira	Mauá
Indústria		
1. Cooperativa Industrial De Trabalhadores Em Tratamento Térmico E Transformação De Metais - Coopertratt	COOPERTRATT	Diadema
2. Cooperativa Industrial De Trabalhadores De Laminação De Anéis E Forjados Especiais	COOPERLAFE	Diadema
3. Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Forjaria	COOPERFOR	Diadema

4. Cooperativa de Produções de Painéis - Painei Tec	Painei Tec	Diadema
5. Cooperativa de Produções de Painéis - Painei Tec	Painei Tec	Diadema
Cosméticos		
1. Perfart	Perfart	Mauá
2. Coletivo de Afroempreendedorismo	Coletivo de Afroempreendedorismo	Diadema
Reciclagem		
operativa Central de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Grande ABC	COOPERATIVA CENTRAL ABC	Diadema
2. Cooperativa De Catadores Em Coleta E Triagem De Materiais Recicláveis	Cooperativa Reluz	São Bernardo do Campo
operativa de Reciclagem Cidade Limpa CooperLimpa Ambiental	CooperLimpa Ambiental	Diadema
4. Cooperativa Nova Conquista	Cooperativa Nova Conquista	Diadema
5. Cooperativa Selecta	Cooperativa Selecta	São Bernardo do Campo
Serviços de Assessoria: 05		
1. Colonia de Pescadores Z17 Orlando Feliciano	COLONIA DE PESCADORES Z-17	São Bernardo do Campo
2. Rede ABC	Rede ABC	Santo André
3. Serviços de bem estar		
4. Ação Social Cristo Rei	Ação Social Cristo Rei	Rio Grande da Serra
5. Coletivo de Afroempreendedorismo	Coletivo de Afroempreendedorismo	Diadema
Serviços de publicação e impressão: 04		
operativa Acesso Cultura Educacional Sustentável Solidária	COOPACESSO	Santo André
2. GGráfica	GGráfica	Santo André
3. Teia de Trabalho	Teia de Trabalho	Santo André
4. UAU Imagens	UAU Imagens	Santo André
Transporte: 03		
1. Cooper Mauá ABC - Cooperativa de Trabalho em Transportes ABC Mauá	Cooper Mauá ABC	Mauá
2. Cooperativa de Trabalho Dos Motofretistas do Estado de São Paulo Cooper Hood	Cooper Hood	São Bernardo do Campo
Utensílios domésticos: 02		

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil. Nota: EES que atuam em mais de uma atividade estão repetidos.

Abaixo, temos o conjunto de produtos e serviços que os EES entrevistados realizam. Como pode-se observar, é uma variedade bastante ampla de produtos e serviços, em uma diversidade também ampla de setores. As necessidades e oportunidades também são consideráveis, mas precisam de organização, assessoria

técnica, formação profissional e qualificação dos produtos, além de investimentos, como veremos a seguir, nos demais elementos coletados, relacionados ao perfil dos EES.

A tabela abaixo também permite analisar melhor as possibilidades de redes de cooperação.

TABELA 11 - Distribuição dos EES segundo oferta de produtos e serviços

Atividade	Produtos e serviços	Nº	%
Agricultura	Verduras, legumes, frutas, flores.	3	4,29
Alimentação e bebida	Cachaça, Licor, Suco, Bebidas (Vinhos) <ul style="list-style-type: none"> ● Bolos, doces, bolacha, trufa, pão de mel, <i>brownie</i>, pastel de leite ninho e cone trufado, sorvete, geleia (cambuci com gengibre, hortelã, abacaxi e pimenta, cachaça, uvaia, grumixama, jabuticaba), chocolataria, brigaderia, bolos ● Patê, antepasto de azeitona, antepasto de palmito, antepasto de pimentão vermelho, antepasto de pimentão amarelo, molho agridoce, molho de pimenta, molho reaper, antepasto de pinhão, caponata com casca de banana verde, compota, salgados fritos e assados, lanches naturais, empadinhas, farofa e temperos, pães, produtos alimentícios de agroecologia, tapiocas, quitutes e lanches em geral ● Gastronomia e serviços de <i>buffet</i>, mercearia/empório, restaurante, cafeteria, cursos, eventos e atendimentos. 	17	24,29
Artesanato	Artigos de artesanato, artigos de decoração, artesanato em madeira, mosaico, cestaria, jogo americano, <i>sousplat</i> , chaveiro, porta pano de prato, lixinho para carro, puxa saco, marca pagina, capa para celular, peso de porta, tapeçaria, pintura em tecidos, mosaicos, peças de	17	24,29
	cerâmica, placas e quadros decorativos, artigos domésticos, jogo de banheiro, passadeira, toalha de mesa, pano de prato, toalhas de mesa, capa de almofada.		
Artigos infantis	Bonecas de pano, ursos de pelúcia, artigo para bebê, prendedor de chupeta, fralda para bebê, fantoches, casa musical, quebra cabeça, jogo da velha, dominó, kits para história.	2	2,86
Assessórios e bijuterias	Acessórios de missangas e sementes, colares, colares de pedras, colares de arame pulseiras, bijouteria em geral, brincos, tiaras e tiaras bordadas, pulseiras, chaveiros, laços de fita, anéis de coco, pulseiras e pulseiras de macramê.	3	4,29

Confecção, costura e bolsas	Costura em geral, bolsas sustentáveis com material reutilizável, confecção de saias e turbantes,, estamparia, bolsas e carteiras, crochê e tricô em geral, vestuário, tapeçaria, pintura em tecidos, brechó, serviços de costura para o desenvolvimento de brindes e confecções de malharia promocional para empresas e demais clientes.	11	15,71
Educação, cultura, oficinas e afins	Contação de história e bonecos, exposição de materiais, jogos, oficinas, palestras e gincanas, educação ambiental e publicação de livros.	5	7,14
Fabricação de moveis e marcenaria em geral	Artes em madeiras, produção de sofás e móveis a partir de materiais recicláveis, bancos, mesas, marcenaria em geral.	3	4,29
Jardinagem, plantas e flores	Plantas ornamentais e produção de flores.	3	4,29
Indústria	Gabinetes, painéis, caixas, cubículos de média e alta tensão, com e gabinetes elétricos em geral peças forjadas de aço e forjados especiais.	5	7,14
Cosméticos	Perfumes artesanais e saboaria.	2	2,86
Reciclagem	Coleta, triagem, separação de materiais e enfardamento e a venda de materiais recicláveis, coleta de óleo e produção de sabão e derivados.	5	7,14
Serviços de Assessoria	Serviço de Assistência Social, suporte jurídico a pescadores, extensão rural, serviços de educação para transição agroecológica e apoio a comercialização de pequenos produtores.	5	7,14
Serviços de publicação e impressão	Edição e publicação de livros; publicação de revistas; realização de atividades culturais, serigrafia digital, silcscreen, chilogravura e sublimação.	4	5,71
Transporte	Serviços de transporte e de entrega rápida.	2	2,86
Utensílios domésticos	Utensílios para cozinha e mesa.	2	2,86
Total		70	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Perfil dos empreendimentos da economia solidária na Região do ABC

Já abordamos nas seções anteriores a metodologia adotada e também os resultados numéricos da aplicação dos questionários. Nessa seção, iremos apresentar a sistematização e análise dos questionários, compondo assim um perfil da Economia Solidária da região do ABC.

A principal forma de organização dos EES entrevistados é a de grupos informais, que somam 38 EES, representando 54% do universo entrevistado. Na sequências, temos 15 cooperativas (21,4%), 7 associações (10%) e 5 sociedades mercantis (7%). A informalidade da Economia Solidária também pode ser representada pela expressiva quantidade de empreendimentos que não possuem CNPJ (39, que representam 55,7%). Vale destacar que alguns grupos informais utilizam o registro de MEI (Micro Empreendedor Individual) de algum associado, não do EES, para realizar atividades que necessitam desse registro.

Essa informalidade também está ligada a outra característica do universo aqui pesquisado: uma participação relevante de EES individuais: 30 (42,9%). Ainda assim, a maior parte dos EES entrevistados são organizados em formatos coletivos: Redes de Cooperação Solidária (5; 7%); Cooperativa de Segundo Grau (1; 1,4%) e EES Coletivos (34; 48,6%).

Destaca-se também que, em relação a um dos critérios do início do projeto, de que a maior parte dos EES fossem antigos, registrados no CADSOL, encontramos uma realidade bastante distinta: apenas 15 EES (21,4%) declararam ter esse registro; outros 30 (42,9%) afirmaram não terem o cadastro e 20 (35,7%) não sabiam responder ou não conheciam esse cadastro, e portanto, não responderam.

TABELA 12 - Forma de organização do EES

Formas de Organização	Nº	%
Associação	7	10,00
Cooperativa	15	21,43
Grupo informal	38	54,29
Sociedade mercantil	5	7,14
Não respondeu	5	7,14
Total	70	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 13 - EES que possuem CNPJ

CNPJ	Nº	%
Sim	31	44,29
Não	39	55,71
Total	70	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 14 - Tipo de EES

Tipos	Nº	%
Coletivo	34	48,6
Individual	30	42,9
Rede de Cooperação Solidária	5	7,14
Cooperativa de segundo grau	1	1,4
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 15 - Situação do Empreendimento no CADSOL

Situação no CADSOL	Nº	%
Cadastrado	15	21,43
Não cadastrado	30	42,86
Não sabe dizer/Não respondeu	25	35,71
Total	70	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Em relação ao início das atividades dos EES, destaca-se a concentração nas últimas duas décadas, mas particularmente a partir de 2010 — de lá para cá tiveram início 61% dos EES entrevistados. Se considerarmos de 2015 para cá, temos 37% dos EES. Esse pode ser um indicador do tempo médio curto de vida dos EES, posto que poucos datam da década 90, por exemplo. Podemos avaliar que esse movimento ocorre por diversos motivos: a falta de continuidade das políticas públicas de apoio aos EES; o tempo maior de maturação dos pequenos negócios; a crise econômica em suas múltiplas dimensões; as dificuldades em compatibilizar a atuação nos EES e em outras atividades produtivas e de cuidados. Por outro lado, também, esse grande número de EES nesse período pode ser resultado das ações locais relacionadas ao Plano de Economia de Economia Solidária do Grande ABC 2015-2019, o que aumenta a

responsabilidade em dar continuidade às ações de promoção.

Infelizmente, não entrevistamos os EES que encerraram suas atividades para poder ter um quadro melhor de quais foram seus motivos, ainda assim, essa questão acende um alerta sobre a necessidade de apoiar de forma mais efetiva os EES mais novos para que tenham perenidade.

Em relação aos recursos necessários para o início das atividades, 49 dos EES (70%) utilizaram recursos dos próprios associados e associadas, 16 (22,9%) utilizaram recursos públicos não-reembolsáveis (fundo perdido), 12 EES (17%) tiveram acesso a doações de pessoas físicas ou empresas, 9 (12,9%) realizaram empréstimo (s) e/ou financiamento (s) e por fim, 7 EES (10%) receberam doações de organismos internacionais ou organizações não- governamentais. Desse modo, é relevante dizer que a maior parte dos EES é resultado do empenho financeiro dos próprios associados e associadas.

TABELA 16 - Distribuição dos EES segundo a faixa de início de atuação

Faixa	Nº	%
Até 1979	11,43	
De 1980 a 1989	1	1,4
De 1990 a 1999	6	8,6
De 2000 a 2009	1622,9	
De 2010 a 2014	1724,29	
De 2015 a 2019	2231,43	
De 2020 em diante	4	5,7
Não sabe/Não respondeu	3	4,3
Total	70100,0	

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 17 - Origem dos recursos para início das atividades dos EES

Itens	Nº	%
Dos (as) próprios (as) associados (as) - capitalização ou cotas	49	70,00
Recursos públicos não-reembolsáveis (fundo perdido)	16	22,86
Doações de pessoas físicas ou empresas	12	17,14
Empréstimo (s) e/ou financiamento (s)	9	12,86
Doação de organismos internacionais ou organizações não-governamentais	7	10,00

Não sabe/ Não respondeu	3	4,29
Não se aplica (não houve necessidade de recursos)	2	2,86
Total	70	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Excluindo-se os EES individuais, 16 empreendimentos, ou seja, 40% têm reuniões ou assembleias mensais, seguido por 5 EES com encontros semanais ou quinzenais. Desse modo, uma quantidade relevante de EES mantém uma frequência bastante positiva de encontros para deliberação sobre assuntos que atingem essa coletividade. Por outro lado, temos ainda 30% de EES que não realizam reuniões coletivas ou realizam com espaços de tempos muito longos entre um evento e outro.

A construção de um EES e sua longevidade depende em grande medida de sua gestão, e essa gestão é coletiva, deve trazer segurança aos associados e associadas, e promover os princípios da autogestão, cooperação e solidariedade. Os espaços de construção coletiva devem ser fortalecidos.

TABELA 17 - Periodicidade das assembleias e/ou reuniões de sócios (as) dos EES

Periodicidade	Nº	%
Mensal	16	40,00
Semanal ou quinzenal	5	12,50
Não realiza assembleia e/ou reunião coletiva	5	12,50
Anual ou mais de um ano	4	10,00
semestral	3	7,50
Sempre que necessário	3	7,50
Bimestral ou trimestral	2	5,00
Diariamente	1	2,50
Não respondeu	1	2,50
Total	40	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 17 - Instâncias de direção e coordenação existentes nos EES

Instâncias	Nº	%
Empreendimento Individual	21	30,00
Coordenação/Direção/Conselho Diretor	17	24,29
Assembléia de sócio(os) ou reunião do coletivo de sócios(as)	17	24,29
Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos	5	7,14
Conselho Administrativo ou similar	4	5,71
As decisões são tomadas de modo informal	1	1,43
Não respondeu	5	7,14
Total	70	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Na tabela abaixo, temos algumas fases do negócio, e questionamos os entrevistados sobre quais eram realizadas de forma coletiva. Importante lembrar que mesmo os EES coletivos podem realizar fases desses processos de forma individual, por outro lado, EES individuais que entrevistamos também realizam fases do processo de forma coletiva, seja uso da infraestrutura para feiras, seja na comercialização.

Em relação à produção, 48,6% dos EES declararam que realizam essa fase do processo de forma coletiva. Outros 54,3% destacaram a comercialização realizada de forma coletiva. A Realização dos serviços de modo coletivo foi indicado por 35,7%. A atividade que tem o maior percentual de realização de forma coletiva foi o uso da infraestrutura, com 65,7%. Apesar de registrar percentual de apenas 28,6%, chama atenção a aquisição coletiva de materiais e insumos para a realização das atividades.

Os percentuais destacados são relevantes e demonstram uma atuação coletiva importante. No entanto, há muito espaço para atuação coletiva em todas essas fases. Destacamos esses elementos porque avançar nesses processos coletivos resulta em ganhos de escala, redução de custos, possibilidade de atendimento a novos mercados, maior oferta de produtos e, por consequência, aumento de renda.

TABELA 18 - Atividades realizadas individual ou coletivamente nos EES

Itens	Coletiva		Individual		Não se aplica		Não Respondeu		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produção	34	48,57	32	45,71	4	5,71	0	0,00	70	100,00
Comercialização ou organização da comercialização	38	54,29	29	41,43	3	4,29	0	0,00	70	100,00
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	25	35,71	15	21,43	28	40,00	2	2,86	70	100,00

Troca de produtos ou serviços	16	22,86	12	17,14	40	57,14	2	2,86	70	100,00
Serviços financeiros (Poupança, crédito ou finanças solidárias)	16	22,86	10	14,29	43	61,43	1	1,43	70	100,00
Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas casas, fundo de pasto, etc.)	46	65,71	17	24,29	5	7,14	2	2,86	70	100,00
Aquisição (compra ou coleta) de insumos para as atividades	20	28,57	44	62,86	3	4,29	3	4,29	70	100,00
Captação de clientes para os (as) associados (as)	37	52,86	25	35,71	8	11,43	0	0,00	70	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

A Economia Solidária tem usado as redes sociais como um instrumento importante de divulgação de seus valores, de suas ações e também de seus produtos e serviços. Esse uso tem colaborado com a comercialização, ainda mais durante o período de isolamento social, necessário no período mais crítico da pandemia do coronavírus. Após essa fase aguda da pandemia, e dos aprendizados sobre o uso das mídias sociais como elemento para comercialização, esse espaço se consolidou para muitos EES. No entanto, não é de uso da totalidade dos EES: o Facebook é utilizado por 57% dos empreendimentos; o Instagram por 54%; páginas na internet por 21,4%; canais no YouTube por 4,3% e Twitter por um EES.

Alguns dos EES, em especial, os individuais, declararam que possuem mais não sabem utilizar as redes, que dependem da ajuda de uma outra pessoa.

TABELA 19 - Presença dos EES nas Redes sociais

Redes sociais	Nº	%
Facebook	40	57,1
Instagram	38	54,3
Página na internet	15	21,43
YouTube	3	4,3
Twitter	1	1,4
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Em relação à estrutura disponível para os EES, os itens com maior presença

foram acesso à internet (53; 75,7%), acesso a computador (49; 70%), sede própria (32; 45,7%),

veículo próprio (30; 42,9%) e serviços de contabilidade (20; 28,6%). Importante destacar que no caso dos EES individuais, o acesso à internet, computador, sede própria e veículo próprio são localizados em seu domicílio residencial, são de uso pessoal/familiar, compartilhados com a atividade produtiva.

Em relação aos itens de estrutura aos quais os EES tem acesso, chama atenção que apenas 20 (28,6%) tenham acesso a serviços de contabilidade e 11 (15,7%) tenham acesso a

algum tipo de serviço de assistência técnica. De fato, muitos EES são informais, mas dos 31 formais, significa dizer que parte relevante não tem serviços básicos de apoio à gestão, como serviços de contabilidade.

Ainda em relação à estrutura disponível nos EES, 50 declararam que os equipamentos e ferramentas necessários para execução do trabalho é de propriedade dos empreendimentos, o que representa 71,4%. Outros 24 EES (34,2%) declararam que os equipamentos e ferramentas são dos próprios associados e associadas. E ainda, temos 12 (17%) EES nos quais os equipamentos e ferramentas são cedidos ou emprestados.

TABELA 20 - Estrutura e serviços disponíveis para os EES

Itens	Nº	%
Acesso à internet	53	75,71
Acesso a computador	49	70,00
Sede própria	32	45,71
Veículo próprio	30	42,86
Serviços de contabilidade	20	28,57
Sede alugada	13	18,57
Serviços de assistência técnica	11	15,71
Não se aplica	6	8,57
Sede cedida	3	4,29
Não sabe/ Não respondeu	2	2,86
Trabalha em casa	1	1,43
Total	70	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 21 - Equipamentos e ferramentas utilizados na produção ou realização dos

serviços pelos EES

Itens	Nº	%
Próprios dos EES	50	71,43
Próprios dos associados (as)	24	34,29
Cedidos ou emprestados	12	17,14
Arrendados ou alugados pelo EES	2	2,86
Não necessita de equipamentos	2	2,86
Total	70	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Questionados sobre a participação em Fóruns, espaços de articulação ou representação da Economia Solidária, 31 EES (44,3%) declararam que participam de fóruns ou redes, outros 14 EES (20%) participam de conselhos de gestão ou de fóruns de participação em políticas públicas, outros 16 EES (22,9%) participam de outros fóruns, redes ou articulações relacionados a outros temas e que não são ligados a espaços de gestão pública. Outros 14 EES (20%) declararam que não participam de nenhum desses espaços.

Desse modo, ainda que nem todos os EES participem de fóruns e espaços de articulação da Economia Solidária ou de outros temas relevantes para o desenvolvimento econômico e social local onde estão inseridos, há uma importante participação dos empreendimentos em espaços de debates coletivos da região. Os principais espaços onde os EES entrevistados participam são:

- Casa da Economia Solidária de Diadema
- Colegiado fórum regional
- Conecta em Rede
- Conselho de Economia Solidária de Mauá - ECOSOL
- Conselho de Saúde
- Conselho de Saúde Mental
- Conselho Municipal da Economia Solidária de Mauá
- Conselho Municipal de Saúde de Santo André
- Conselhos de direitos humanos
- Economia popular e solidária Santo André
- Feira de Saberes/ Economia Solidária do ABCD
- FOPES (Fórum Paulista)
- Fórum Agenda Ambiental
- Fórum brasileiro de Economia Solidária
- Fórum da Economia Solidária de Mauá, que articula as ações da Feira
- Fórum de Economia Solidária do ABCDMRR

- Fórum Estadual São Paulo
- Fórum Paulista e Fórum Brasileira
- Fórum Popular de Saúde Mental de Diadema
- Fórum Popular de Saúde Mental do ABCDMR
- Fórum Regional de Economia Solidária do Grande ABC
- Fórum Social do município de Rio Grande da Serra.
- Incubadora da Prefeitura de Santo André
- Rede de Economia Solidária de Santo André
- Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do Estado de São Paulo - Associação

Inclui Mais

- Rede Ecosol do ABC
- Rede feminista de economia Economia Solidária do da ABC
- Rede Formações Solidárias
- Rede Semente do Vale
- UNISOL

TABELA 22 - Fóruns, espaços de articulação ou representação da Economia Solidária que o empreendimento participa

Itens	Nº	%
Fórum ou Rede de Economia Solidária	31	44,29
Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas públicas	14	20,00
Não participa de nenhum desses espaços.	14	20,00
Federações de cooperativas	3	4,29
União ou Associação de EES	3	4,29
Outros fóruns, redes ou articulações	16	22,86
Não sabe/ Não respondeu	2	2,86
Não se aplica	3	4,29
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Em relação à participação ou relação com movimentos sociais ou sindical, 19 EES (27%) destacaram que participam do movimento ambientalista/agroecologia; outros 16 EES (22,9%) participam do movimento de mulheres, 15 EES (21,4%) participam de movimentos dos direitos humanos. E ainda tem participação relevante dos EES em movimento cultural, popular/comunitário, sindical, étnico/racial, da luta antimanicomial e da luta pela terra. O que demonstra um grupo bastante engajado em promover mudanças profundas na sociedade, nas diversas

dimensões de desigualdades observadas no Brasil, não se limitando à busca pela inserção produtiva e geração de renda, mas, pela promoção de uma vida digna para todos e todas.

Outro exemplo dessa perspectiva são as ações sociais e comunitárias desenvolvidas pelos EES entrevistados, relacionadas à preservação do meio ambiente, ao acesso à cultura, à qualificação para o trabalho, ao acesso à educação e saúde, à redução da violência com formação sobre os direitos e equipamentos públicos de apoio à vítimas de violências, ações de segurança alimentar e assistência social e atividades de esporte e lazer.

TABELA 23 - Participação dos EES em movimentos sociais e sindical

Itens	Nº	%
Movimento ambientalista/agroecologia	19	27,14
Movimento de mulheres / gênero	16	22,86
Movimento de defesa dos Direitos Humanos	15	21,43
Movimento cultural	13	18,57
Movimento popular ou comunitário	13	18,57
Movimento sindical urbano ou rural	13	18,57
Movimento étnico/ racial	12	17,14
Luta antimanicomial	11	15,71
Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	10	14,29
Movimento religioso ou pastoral	7	10,00
Movimento de combate à fome	6	8,57
Movimento dos catadores	6	8,57
Movimento LGBTQIA+	6	8,57
Movimento de jovens/ juventude	5	7,14
Movimento de luta por moradia	5	7,14
Movimento de desempregados	1	1,43
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	1	1,43
Outro movimento	1	1,43
Não tem relação com nenhum movimento	18	25,71
Não sabe/ Não respondeu	4	5,71
Não se aplica	3	4,29
Total	70	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 24 - Desenvolve ação social ou comunitária

Itens	Nº	%
Meio ambiente	25	35,71
Cultura	21	30,00

Trabalho (qualificação para o trabalho)	18	25,71
Educação	16	22,86
Saúde	13	18,57
Redução da violência	10	14,29
Segurança alimentar	9	12,86
Assistência social	8	11,43
Esporte ou lazer	3	4,29
Moradia	1	1,43
Outra	3	4,29
Não sabe/ Não respondeu	5	7,14
Não se aplica	16	22,86
Não tem ações nesse sentido	1	
Total	70	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Características dos associados e associadas dos EES

Neste ponto apresentamos algumas características gerais dos associados e associadas que compõem os EES, a partir de uma avaliação geral dos entrevistados. Desse modo, os entrevistados estão olhando para a totalidade das pessoas que constroem o empreendimento para poder responder essas questões. No próximo capítulo, buscaremos analisar com mais detalhe o perfil socioeconômico dos associados e associadas da Economia

Solidária na região do ABC. Portanto, nesse item trataremos de alguns poucos itens, apenas para termos uma visão geral.

Em decorrência da participação significativa de EES individuais, temos, portanto, uma participação maior de EES com apenas 1 associado (25; 35,7%), lembrado que alguns EES individuais declararam ter no momento o auxílio de mais uma pessoa para execução das atividades ou serviços. Ainda assim, excluindo os 30 EES individuais, temos um universo de

40 EES coletivos ou RCB/Cooperativas de 2º Grau, desse universo, 52,5% têm até 10 associados(as). Os EES da região o ABC, em sua maioria, são portanto, de pequeno porte, se analisarmos pela perspectiva do número de associados.

TABELA 25 - Distribuição dos EES segundo faixa de número de associados

Faixa de número de associados	Nº	%
1 associado/individual	25	35,71
De 2 a 5 associados	21	30,00

De 6 a 10 associados	5	7,14
De 11 a 20 associados	7	10,00
De 21 a 50 associados	7	10,00
De 51 a 100 associados	2	2,86
Acima de 100 associados	1	1,43
Não respondeu	2	2,86
Total	70	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Em relação aos atributos pessoais dos associados investigados na pesquisa, foi destacado pelos entrevistados(as) que esses dados são aproximados, não há uma cultura de organizá-los. De todo modo, onde foi possível coletar a informação, ainda que em alguns casos, por aproximação, os homens representam 44,6% dos associados, as mulheres 35,3%, e as pessoas intersexo 0,4%. Em relação à juventude, a participação também é bastante reduzida, apenas 36 jovens, o que representa 4,3% dos associados e associadas.

A Economia Solidária pode e deve se constituir como espaço que acolhe todos os segmentos da sociedade considerando que permite a inclusão social e simbólica, superando as diversas e múltiplas dimensões da discriminação e preconceitos existentes na sociedade, deve promover o sentimento de pertencimento e engajamento em um processo coletivo de

produção. Também deve ser direcionada para a garantir a presença da diversidade da população brasileira, em condições de igualdade também na obtenção de renda.

TABELA 26 - Número de associados e associadas segundo atributos pessoais

Atributos pessoais associados	Nº	%
Homens	386	44,62
Mulheres	305	35,26
Intersexo	3	0,35
Jovens (até 29 anos)	36	4,16
Não identificado	135	15,61
Total	865	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Também interrogamos os EES sobre a participação de segmentos populacionais de categorias profissionais ou de segmento da população específicos. Como se vê abaixo, há uma participação relevante de artesãos, catadores de materiais recicláveis, artistas, agricultores familiares, trabalhadores autônomos e também trabalhadores desempregados ou que se encontram na condição de subocupado. Essas categorias têm em comum situações de vulnerabilidade social e trabalhista ampliadas, o que

redobra a necessidade da Economia Solidária atuar de modo a garantir uma atividade econômica que garanta vida digna para essas populações.

A Economia Solidária da região do ABC também possui grupos populacionais específicos: aposentados (as) ou pensionistas (24 EES); pessoas com deficiência física ou intelectual (13 EES); pessoas com transtornos mentais inclusive quando decorrentes do uso de álcool ou de outras drogas (11 EES); presidiários ou egressos do sistema prisional (10 EES). Como dito acima, a Economia Solidária é um espaço de inclusão social e econômica efetiva, superando a visão de outros espaços sociais nos quais esses grupos populacionais têm seus direitos reduzidos ou sofrem discriminações diversas e múltiplas para poderem realizar suas atividades produtivas.

TABELA 27 - Participação de associados (as) de categorias especiais

Itens	Nº	%
Artesãos	37	52,86
Outros trabalhadores autônomos por conta própria	33	47,14
Técnicos, profissionais de nível superior	29	41,43
Desempregados (desocupados)/subocupados	23	32,86
Catadores de material reciclável	20	28,57
Artistas	10	14,29
Agricultores familiares		912,86
Assentados da reforma agrária		11,43
Não se aplica ou não há predominância		1115,71
Total		70100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 28 - Participação de associados (as) de grupos populacionais específicos

Itens	Nº	%
Aposentados (as) ou pensionistas	24	34,29
Pessoas com deficiência física ou intelectual	13	18,57
Pessoas com transtornos mentais inclusive quando decorrentes do uso de álcool ou de outras drogas	11	15,71
Presidiários ou egressos do sistema prisional	10	14,29
Nenhum deles	36	51,43
Total	70	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Em relação à remuneração, 53 EES (75,7%) afirmaram que as atividades geram renda para os associados e associadas. No entanto, 14 (20%) dos EES não geram renda para seus associados, e nesse caso, temos pelos menos 3 EES individuais que não tem gerado renda devido a baixa no comércio, segundo os relatos, em decorrência da crise econômica/pandemia da covid-19.

De modo geral, a declaração dos entrevistados é que em 32 EES (45,7%) esse recurso é a principal fonte de renda dos associados e associadas. Voltaremos a esse tema da renda quando analisarmos o perfil individual dos associados (as). Mas, para 15 EES é preciso manter outra atividade econômica para completar os orçamentos familiares. E ainda, em 6 EES, destacaram a participação de associados e associadas aposentados (as) que precisam continuam atuando em atividades remuneradas, seja porque isso garante um sentido de pertencimento e de bem estar, seja porque os benefícios previdenciários são insuficientes para seus orçamentos familiares.

TABELA 29 - Empreendimento remunera associados?

Faixa de número de associados	Nº	%
Sim	53	75,71
Não	14	20,00
Não sabe/Não respondeu	3	4,29
Total	70	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 30 - Renda obtida pelos (as) associados (as) no empreendimento e outras fontes de rendimento

Faixa de número de associados	Nº	%
A fonte principal da renda dos associados	32	45,71
Complementação de recursos recebidos por doações ou programas governamentais	1	1,43
Complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões	6	8,57
Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas	15	21,43
Outro tipo	8	11,43
Não sabe/ Não respondeu	2	2,86
Não se aplica	6	8,57
Total	70	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Investimentos e acesso a crédito

O investimento é um elemento importante em todo empreendimento. Ele possibilita o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, ele permite a capacitação dos envolvidos na atividade econômica, permite a compra de novos equipamentos ou a ampliação da produção, permite a contratação de consultorias — todos elementos que agregam valor, melhoram condições de trabalho e reduzem custos. Sabemos que o último período, marcado pela pandemia, representou um conjunto adicional de dificuldades para os EES. Mas, justamente por esse motivo, houve a necessidade de um conjunto de investimentos em novos produtos, para adequar às mudanças no mercado de consumo diante das mudanças resultantes desse contexto, novas formas de comercialização, entre outros elementos.

Apesar das dificuldades econômicas que também acometeram os EES, um conjunto significativo realizou investimentos nesse período: 48 empreendimentos, representando 68,6% dos entrevistados. Esses investimentos foram realizados na aquisição ou renovação de equipamentos, infraestrutura física, abertura de lojas ou filiais, ampliação de estoques, capacitação da mão de obra e comunicação e divulgação dos produtos/serviços.

A maior frequência de origem dos recursos para realização desses investimentos é do próprio EES, o que ocorreu em 35 casos (50%).

Apesar de em menor quantidade, os investimentos com recursos oriundos de outras fontes, em geral, a fundo perdido ou com juros subsidiado, também são

bastante relevantes para os EES. Em relação aos investimentos realizados com recursos que vieram de outras fontes, os EES citaram:

- Abihpec - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos;
- Braskem - empresa de produtos petroquímicos;
- Banco de alimentos da cidade de Diadema;
- Banco do Povo Crédito Solidário;
- UNIPAR - indústria de produtos químicos;
- Empréstimo com familiares;
- Empréstimo de terceiros;
- Fundação Salvador Arena;
- Fundo Solidário da Rede Teia de trabalho;
- Governo do Estado de São Paulo;
- IMCD - indústria de produtos químicos;
- Incubadora pública da prefeitura de Santo André;
- Lei Aldir Blanc;
- Prefeitura de Diadema;
- Prefeitura de Ribeirão Pires;
- Prefeitura de Rio Grande da Serra;
- Recursos da logística reversa, com os quais realiza investimentos;
- União Europeia.

TABELA 31 - Áreas nos EES beneficiadas com investimentos nos últimos 12 meses

Itens	Nº	%
Equipamentos (aquisição, renovação).	38	54,29
Ampliação de estoque de matérias-primas	22	31,43
Comunicação / divulgação	13	18,57
Infraestrutura física (prédios, construções etc.).	13	18,57
Capacitação de mão-de-obra	10	14,29
Abertura de lojas/espacos de comercialização	3	4,29
Abertura de filiais	2	2,86
Outro	2	2,86
Não sabe/ Não respondeu	7	10,00
Não se aplica	15	21,43
Total	70	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 32 - Fontes de recursos para os investimentos nos últimos 12 meses

Itens	Nº	%
Dos (as) próprios (as) associados (as) - capitalização ou cotas	35	50,00
Doação de empresa privada	4	5,71
Recursos públicos não-reembolsáveis (fundo perdido)	4	5,71
Doações de pessoas físicas.	2	2,86
Banco do Povo ou similar	1	1,43
Banco público	1	1,43
Doação de organismos internacionais ou organizações não-governamentais	1	1,43
Banco privado	0	0,00
Cooperativa de crédito	0	0,00
Fundo solidário ou banco comunitário	0	0,00
ONG ou OSCIP	0	0,00
Outra	9	12,86
Não sabe/ Não respondeu	1	1,43
Não se aplica	16	22,86
Total	70	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Procuramos investigar também a busca dos EES por crédito ou financiamento nos últimos 12 meses, como dito acima, diante da mudança de cenário e da necessidade de investimentos ou mesmo de capital de giro para atravessar esse período, a necessidade de crédito na economia, de modo geral, aumentou. No entanto, do total de EES entrevistados, 58 (82,9%) não buscou crédito ou financiamento.

A maior frequência dos que não buscaram crédito ou financiamento (29 EES; 41,4%) disseram não ter havido necessidade. No entanto, 9 EE (13%) disseram ter medo ou receio de contrair dívida em um cenário de incertezas e ainda, 2 EES disseram que não dispunham da documentação necessária para conseguir o empréstimo.

Em relação aos 5 EES que buscaram crédito e não conseguiram, os motivos listados foram: falta de aval ou garantia; falta de linha de crédito específica para o tipo de financiamento/negócio; burocracia dos agentes financeiros; falta de documentação exigida pelo agente financeiro; falta de apoio para elaborar projeto; taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento; e por fim, a recessão econômica por conta da crise.

Entre os 4 EES que buscaram crédito e conseguiram, os recursos foram utilizados em custeio ou capital de giro (3 EES), investimento (1 EES).

TABELA 33 - Busca por crédito ou financiamento

Itens	Nº	%
Não buscou crédito ou financiamento	58	82,86
Buscou crédito ou financiamento, mas não obteve	5	7,14
Buscou e obteve crédito ou financiamento	4	5,71
Não sabe/ Não respondeu	3	4,29
Total nos últimos 12 meses	70	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 34 - Motivo do porquê não buscou crédito ou financiamento

Itens	Nº	%
Não houve necessidade	29	41,43
Medo ou receio de contrair dívidas	9	12,86
Os investimentos foram feitos com recursos próprios	9	12,86
Não sabe/ Não respondeu	6	8,57
O empreendimento obteve recursos de outras fontes não-reembolsáveis	2	2,86
Falta documentação	2	2,86
Não houve acordo sobre a necessidade e oportunidade	1	1,43
Total	58	82,9

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 35 - Motivo do porquê o EES não conseguiu crédito ou financiamento

Itens	Nº	%
Falta de aval ou garantia	3	60,00
Falta de linha de crédito	3	60,00
Burocracia dos agentes financeiros	2	40,00
O empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro	2	40,00
Falta de apoio para elaborar projeto	1	20,00
Receção econômica por conta da crise	1	20,00
Taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento	1	20,00
Total	5	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 36 - Finalidade do crédito ou financiamento obtido nos últimos 12 meses

Itens	Nº	%
Custeio ou capital de giro	3	75,00
Investimento	1	25,00
Total	4	100,000

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Características da produção e dos serviços ofertados

Nessa seção, procuramos destacar alguns itens que estabeleçam um panorama das principais características ligadas à realização da produção e dos serviços realizados pelos EES da região do ABC, de modo que possibilite pensar os desafios e oportunidades de apoio à constituição de ações para fortalecer os EES na região.

Uma primeira observação é que grande parte dos EES estão envolvidos em atividades produtivas, além da comercialização. Apenas 16 EES estão envolvidos em atividades econômicas essencialmente focadas nas áreas de serviços. As áreas produtivas, na maior parte das vezes, têm uma quantidade maior de fases, e por esse motivo, é mais complexa e requer maiores cuidados para garantir qualidade, melhorias no processo, redução de custos, formação de preços. Isso não quer dizer que as atividades de serviços não requeiram também cuidados nessas mesmas dimensões.

Abaixo, temos uma tabela que informa uma primeira característica relacionada à produção e execução dos serviços da Economia Solidária da região do ABC: a utilização de insumos ou matérias primas. Como se vê abaixo, a maior parte dos EES, 54, o que representa 77,14% dos entrevistados, adquirem os materiais utilizados de empresas privadas.

Outros 13 EES (18,6%) adquirem os produtos dos próprios associados e associadas e 7 EES (10%) compram os insumos e matéria prima de empreendimentos da Economia Solidária, fazendo com que o dinheiro gerado nesse espaço gere riqueza na própria Economia Solidária.

TABELA 37 - Origem da matéria-prima ou insumos utilizados na produção ou serviços dos EES

Itens	Nº	%
Empresa privada	54	77,14
Próprios associados (as)	13	18,57
Empreendimentos de Economia Solidária	7	10,00
Produtores (as) não-associados (as)	6	8,57
Órgãos públicos	4	5,71
Instituições filantrópicas ou instituições não-mercantis	3	4,29

Não se aplica	5	7,14
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Também indagamos os entrevistados que representam os EES quais os principais insumos utilizados em suas produções e serviços realizados. Como podemos observar abaixo, há três possibilidades que podem ser exploradas pelos empreendimentos: (1) a ampliação das compras de insumos e uso de serviços internamente, entre os EES da região do ABC; (2) compras coletivas de insumos, aproveitando o volume de produtos e buscando melhores preços; (3) desenvolvimento de novos produtos que atendam demandas dos EES localizados na região do ABC.

Vale destacar que esse quadro abaixo é uma primeira sondagem junto aos EES, mas que uma ação coordenada nesse sentido pode aprofundar esse levantamento e estabelecer novas possibilidades de conexões. Por exemplo, alguns dos itens que foram citados por apenas um dos EES, certamente, devem ser insumos em outros empreendimentos que não foram citados no momento da entrevista. Desse modo, essa lista pode ficar como uma listagem básica inicial para organizar uma ação de complementariedade das atividades produtivas e de serviços dos EES da região do ABC.

TABELA 38 - Insumos ou serviços utilizados pelos EES em suas atividades econômicas

Nº de ESS que utilizam esse insumo ou serviço	Tipo de insumo ou serviço
20	Lãs e linha (linhas, barbante, carretel)
17	Tecido
10	Farinhas (trigo, mandioca, soja, fécula de mandioca, fubá)
10	Leite e derivados de leite
7	Ovos
7	Proteínas (calabreza, frango, carne, bovina)
7	Tinta
6	Agulhas (costura, crochê e tricô)
6	Papeis
6	Transporte (uber, ônibus, carro alugado, combustível)
5	Adubo orgânico
5	Cola (branca e cola quente)
5	Embalagens
5	Gas de cozinha

4	Legumes
4	Madeira de reaproveitamento
4	Madeira/MDF
4	Miçangas
4	Torquez; régua; lápis; riscadeira
3	Aço
3	Açúcar
3	Algodão
3	Botão
3	Canetas, canetinhas, giz de cera
3	Chocolate
3	Condimentos (ervas)
3	Fermento
3	Fita
3	Parafusos e pregos
3	Pedrarias para bijuterias
3	Pincéis
3	Sementes
2	Alimentos de hortifrutti descartados e reaproveitados.
2	Arame
2	Balança
2	Calcário
2	Elástico
2	Feltro
2	Fibras para artesanato (taboa, bananeira)
2	Frios
2	Frutas
2	Hipoclorito de sódio
2	Material de cozinha
2	Mudas
2	Óleo vegetal
2	Plásticos e papeis para uso na cozinhas
2	Retalho de tecido
1	Adesivo
1	Agulha e linha de pesca
1	Álcool
1	Argamassa
1	Argila preparada e esmalte.
1	Aviamentos e material para acabamento.
1	Azulejo

1	Berço para silk
1	Camisetas
1	Carbonato de sódio
1	Chapa de aço carbono
1	Chinelos de borracha
1	Coco
1	Cordão encerado
1	Cortadores
1	Couro
1	Espuma
1	Essência importada
1	Etiqueta
1	Eva
1	Fita dupla face
1	Fixador importado
1	Ladrilhos
1	Livro
1	Logística reversa de uniformes
1	Lona vinílico
1	Materiais de escritório
1	Materiais de fixação e tecidos
1	Materiais recicláveis
1	Material de jardinagem
1	Moldes para EVA
1	Óleo de cozinha usado
1	Óleo diesel
1	Pães
1	Pastilha VMO
1	Polipropileno
1	Rejunte
1	Sacos plásticos
1	Soda cáustica
1	Toner para impressora; tintas para impressão

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Em relação às principais dificuldades para realizar a produção ou a execução dos serviços, há um conjunto bastante variado de problemas, como podemos observar na tabela abaixo. Mas os EES destacam com maior frequências 3 questões em especial: a dificuldade de captação de pedidos, mercado consumidor, destacado por 25 EES, que apesar de não ser um problema diretamente vinculado ao processo produtivo ou execução do serviço, resulta em paralisação da atividade ou baixa ocupação da capacidade de produção/serviço; na sequência, foi indicado por 15 EES a falta de tempo dos associados (as) para as atividades do empreendimento, devido à necessidade dos associados e associadas dividirem seu tempo com outras atividades que gerem renda e com atividades de cuidados, no caso das mulheres, e ainda, 15 EES indicaram a falta de formação profissional e em Economia Solidária.

Mas também foram destacados um conjunto de problemas como a divisão não equânime das tarefas entre associados, os problemas no processo produtivo, inclusive de maquinário, equipamentos e moldes, seja porque estão obsoletos e não há recursos para novos investimentos, seja porque a manutenção às vezes é difícil ou cara. Também destacaram a qualidade da produção ou atendimento, nesse caso, ligada a vários fatores, tanto produtivos, como relacionadas à falta de qualificação profissional, quanto à qualidade dos insumos.

Destacaram ainda a falta de mão de obra para dar conta do trabalho em momentos de alta da demanda, momentos em que a capacidade instalada de produção também é um problema, e nesse caso, soma-se os equipamentos obsoletos, já mencionados acima. Recentemente, há dificuldades relacionadas à alta dos custos dos insumos. Outros problemas relacionados aos insumos é a para EES que trabalham com materiais recicláveis, às vezes, podem ficar em falta para a produção, como por exemplo, óleo de cozinha usado. E ainda, problemas relacionados a dificuldades de promover os princípios do cooperativismo, o que resulta em conflitos internos, e a produção de forma individual, reduzindo sinergias da produção. Ainda foi citado como um problema pelas cooperativas de reciclagem a relação com o Poder Público, que poderia facilitar e ampliar a capacidade de atuação desses EES.

TABELA 39 - Principais dificuldades na produção ou na realização dos serviços dos EES da Região do ABC

Itens	Nº	%
Dificuldade de captação de pedidos; mercado consumidor	25	35,71
Falta de tempo dos associados (as) para as atividades do empreendimento	15	21,43
Falta formação profissional e em Economia Solidária	15	21,43
Divisão das tarefas entre associados/filiados	8	11,43

Problemas no processo produtivo, inclusive de maquinário, equipamentos e moldes	7	10,00
Qualidade da produção ou atendimento	6	8,57
Falta trabalhadores	3	4,29
Dificuldades para adquirir insumos (Compra; alta do custo; acesso	3	4,29
Capacidade instalada no limite	2	2,86
Captação de recursos	1	1,43
Conflitos internos	1	1,43
Grupo trabalha individualmente	1	1,43
Relação da cooperativa com o poder público (reciclagem)	1	1,43
Não tem dificuldades	1	1,43
Não sabe/ Não respondeu	9	12,86
Não se aplica	6	8,57
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Cerca de 34% dos EES não tiveram nenhum tipo de assessoria, assistência técnica ou capacitação, ou não souberam responder se houve esse tipo de apoio, nos últimos 12 meses. Dos 66% que tiveram esse tipo de atividade, a maior frequência foi de qualificação profissional, técnica e gerencial (27 EES; 38,6%), seguido por formação sociopolítica em temas relacionados à Economia Solidária (19 EES; 27,1%); e depois, com 15 EES cada (21,4%), assistências jurídica e técnica e/ou gerencial.

Também foram citados, com menor frequência, apoio em áreas como assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços, incubação, assessoria na constituição, formalização ou registro, diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica, elaboração de projetos e assessoria para Plano de negócios.

TABELA 40 - Assessoria, assistência ou capacitação que teve acesso nos últimos 12 meses

Itens	Nº	%
Qualificação profissional, técnica, gerencial	27	38,57
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, Economia Solidária)	19	27,14
Assistência jurídica	15	21,43
Assistência técnica e/ou gerencial	15	21,43
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	14	20,00
Incubação	10	14,29
Assessoria na constituição, formalização ou registro	7	10,00

Outra	6	8,57
Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica	5	7,14
Elaboração de projetos	5	7,14
Assessoria para Plano de negócios	1	1,43
Não teve	3	4,29
Não sabe/ Não respondeu	12	17,14
Não se aplica	9	12,86
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

As entidades que mais forneceram formação e assessoria para os EES foram as prefeituras locais responsáveis pelas atividades realizadas para 25 EES (35,7%), ONGs (Organizações Não Governamentais) ou OSIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) realizaram assessoria e formação para 13 EES (18,6%), outros empreendimentos da Economia Solidária e as entidades do Sistema S, particularmente, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas) realizaram cada um, atividades para 10 EES (10,3%).

As entidades citadas pelos EES, que realizaram essas atividades de formação e assessoria, foram:

- Amesol - Associação Feminista de Economia Solidária
- ACIARP - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Ribeirão Pires)
- AVA - Associação Vida Ativa
- Casa da Economia Solidária de Diadema
- Clínica de Empreendedorismo
- COOPCENT - Cooperativa Central de Catadores e Catadoras de Materiais Re
- IMCD - Indústria Química
- CRISA - Centro de Referência do Idoso de Santo André
- Empresa NewCont
- Fórum de ECOSOL do ABC
- SMABC - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
- ITCP USP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo
- Fundação Salvador Arena
- Fundação Volkswagen
- Aliança Empreendedora Asta
- Incubadora da Prefeitura de Santo André
- Instituto Redes
- Lig os Pontos (instituição ligada à Prefeitura de São Paulo)
- Prefeitura de Diadema (Banco de alimentos)

- Prefeitura de Mauá
- SBA
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas
- Secretaria de Segurança Alimentar
- Secretaria de Trabalho e Renda de Mauá
- Secretaria de Trabalho, Emprego e Economia Solidária de Santo André
- SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- Solvay - empresa química
- UNISOL Brasil
- UNISOL São Paulo
- Universidade Anhembi Morumbi
- Universidades da região.

TABELA 41 - Entidade que forneceu assessoria ou formação

Itens	Nº	%
Prefeitura	25	35,71
ONGs, OSCIPs	13	18,57
Outro empreendimento ou entidade de representação	10	14,29
Sistema "S" (Sebrae, SESCOOP, etc.)	10	14,29
Cooperativas de técnicos (as)	7	10,00
Igrejas, Pastorais etc. Associações e conselhos comunitários, etc.	7	10,00
Fornecedor ou comprador (parceria)	3	4,29
Universidades (incubadoras, Unitrabalho)	3	4,29
Governo Federal	1	1,43
Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação)	1	1,43
Governo Estadual	0	0,00
Outra	7	10,00
Não sabe/ Não respondeu	5	7,14
Não se aplica	15	21,43
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

No anexo 3, foi descrito de forma sucinta, o modo como é desenvolvida cada atividade dos EES entrevistados. Por ser muito específico e particular de cada empreendimento, não cabe uma sistematização nesse espaço, mas fica disponível a informação para futuros processos de organização entre esses EES.

Por fim, ainda em relação aos processos produtivos e à realização dos serviços, os EES foram indagados quanto ao destino dos resíduos relacionados às suas

atividades. A Economia Solidária também está em sintonia com a pauta ambiental, com a preservação dos recursos materiais, com o estabelecimento de uma nova lógica de consumo. Desse modo, esse tema é também bastante relevante quando pensamos no modo de produzir dos EES.

Do total de ESS, 40 afirmaram que realizam coleta seletiva, o que represente 57,1% do total de entrevistados - essa é, inclusive, o cerne da atividade dos EES que atual com material reciclável, como os catadores, mas também de outros dois empreendimentos, um

que produz moveis a partir de material reciclável e outro que produz bolsas, também a partir da reciclagem.

Outros 33 EES (47,1%) declararam que reaproveitam os resíduos no próprio empreendimento, utilizando nos diferentes produtos - essa fala foi muito presente nos EES de costura e de artesanato: a sobra de um produto pode ser utilizada em outro, por exemplo, retalhos de costura podem ser utilizados para cobrir botões, realizar pequenos acabamentos em bonecos, ou ainda servir de enchimento. Segundo as costureiras e artesãs (maioria composta por mulheres) os resíduos são praticamente inexistentes, limitando-se mais às embalagens dos produtos.

Para 26 EES o destino dos resíduos é o lixo comum e 1 EES tem despejo em esgoto sem tratamento. Talvez nesse caso, seria necessário avaliar as possibilidades de uso ou destinação mais adequada dos resíduos.

Os demais EES, em menor frequência, também fazem algum tipo de reuso ou tratamento aos resíduos antes do descarte.

TABELA 42 - Destinação dos resíduos do processo produtivo ou da prestação de serviços

Itens	Nº	%
Coleta seletiva	40	57,14
Reaproveitamento dos resíduos no empreendimento	33	47,14
Coleta de lixo normal	26	37,14
Doação para reaproveitamento	8	11,43
Venda dos resíduos	7	10,00
Realização de algum tipo de tratamento dos resíduos antes de eliminar	4	5,71
Estação de tratamento de efluentes	3	4,29
Acúmulo no local do empreendimento	1	1,43
Coleta de lixo especial (produtos hospitalares ou químicos)	1	1,43
Despejo em esgotos sem tratamento	1	1,43
Não sabe/ Não respondeu	1	1,43

Não se aplica	8	11,43
Total	70	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Características da comercialização

A comercialização dos produtos da Economia Solidária é frequentemente um gargalo enfrentado pelos EES. Dificuldades relacionadas à logística de entrega, para deslocar a produção até os locais de venda, de ter pontos de vendas com boa circulação de pessoas e que atendam os mercados consumidores adequados a seus produtos, questões relacionadas à divisão do tempo de produção com o tempo de comercialização, de definir preços adequados que sejam justos para os consumidores e que remunerem adequadamente os produtores, de ter uma identidade visual ou protocolo de atendimento que promova o produto ou serviço, entre outros. Buscamos nessa seção destacar alguns desses elementos para que sejam elaboradas medidas que promovam a comercialização dos EES, para que de fato, resulte em aumento da renda dos associados e associadas.

Um primeira questão destacada é em relação ao destino dos produtos dos EES. Dos

70 entrevistados, um deles produz apenas para autoconsumo, não comercializa seus produtos. Outros dois EES, além de vender, realizam troca de produtos com outros EES ou outros produtores. Mesmo entre os 65 EES que comercializam seus produtos, 11 também consomem parte da produção. Do total de entrevistados, 4 ainda estavam em fase de implantação, portanto, ainda não estavam realizando a comercialização.

Em relação ao mercado consumidor, 56 EES (80%) declararam que realizam vendas diretas ao consumidor final, mas 45 EES (64,3%) realizam vendas ao consumidor final sob encomenda. Esses são os dois principais mercados consumidores. O mercado de compras públicas foi declarado por apenas 7 EES (10%). Revendedores atacadistas e empresas privadas foram citados por 19 EES.

Os principais locais de comercialização são aqueles organizados para dar visibilidade à Economia Solidária: 41 dos EES (58,6%) declararam que comercializam seus produtos principalmente nas Feiras da Economia Solidária e/ou agroecologia e outros 27 (38,6%) em Feiras e exposições eventuais/especiais organizadas pelas prefeituras e/ou pelas organizações que fomentam a Economia Solidária na região. Outros 34 EES (48,6%) declararam que comercializam seus produtos pela internet (redes sociais, site ou plataforma de vendas) e 30 EES (42,9%) que a entrega é direta aos clientes.

Foram citados ainda como locais de comercialização os comércios da região, que vendem os produtos dos EES em consignação, lojas ou espaços próprios da Economia Solidária do ABC, espaços de venda coletivos (centrais de comercialização, CEASA), feiras livres e também um caso ambulante com licença da prefeitura.

TABELA 43 - Destino dos produtos e serviços

Itens	Nº	%
Venda	65	92,86
Autoconsumo	12	17,14
Troca	8	11,43
Não se aplica (EES em implantação)	4	5,71
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 44 - Mercado consumidor dos produtos dos EES

Itens	Nº	%
Venda direta ao consumidor final	56	80,00
Venda sob encomenda para consumir final	45	64,29
Venda para empresa(s) privada(s) de produção	12	17,14
Venda a outros empreendimentos de Economia Solidária	8	11,43
Venda para revendedores/atacadistas	8	11,43
Venda a órgão governamental	7	10,00
Troca com outros empreendimentos solidários	5	7,14
Não se aplica	2	2,86
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 45 - Local de comercialização dos produtos e serviços dos EES

Itens	Nº	%
Feiras da Economia Solidária e/ou agroecologia	41	58,57
Pela internet (redes sociais, site ou plataforma de vendas)	34	48,57
Entrega direta a clientes	30	42,86
Feiras e exposições eventuais/especiais	27	38,57
Comércios da região em consignação	13	18,57
Lojas ou espaços próprios	10	14,29
Espaços de venda coletivos (centrais de comercialização, CEASA)	9	12,86
Representantes de vendas	3	4,29
Feiras livres	1	1,43

Ambulante com licença da prefeitura	1	1,43
Outro	1	1,43
Não sabe/ Não respondeu	1	1,43
Não se aplica	3	4,29
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Há uma dispersão bastante grande dos EES em diversos problemas relacionados à comercialização. O mais citado, por 25 EES (35,7%) é a falta de capital de giro, que traz dificuldades para que as necessidades diárias das organizações, por exemplo, para manter estoques de produtos para a comercialização.

O outro problema com maior frequência citado por 16 EES (22,9%), dentre a grande lista de dificuldades, foi que o empreendimento sofre calotes constantes nos pagamentos, o que é bastante negativo para um pequeno negócio. E ainda, tem o problema dos clientes que pedem prazo, mas sem capital de giro, os EES têm dificuldade de parcelar ou adiar o recebimento. Depois, citado por 15 EES (21,4%) foi destacada a dificuldade de conseguir encontrar clientes em quantidades suficiente para viabilizar o negócio.

Na sequência temos dificuldades ligadas à estrutura e logística: custo do transporte, estradas precárias para escoar a produção (mesmo no maior centro urbano do Brasil!) e espaços inadequados para comercialização. Em uma das feiras que visitamos os EES destacaram que o local precisa de uma revitalização, que não é atrativo para os consumidores.

Os EES informais ou que não possuem registros sanitários específicos para determinados produtos também têm dificuldades para realizar vendas para empresas e compras públicas, ou ainda, pela internet em sites do tipo *market place*. Manter a regularidade no fornecimento, os prazos e a quantidade de produtos quando conseguem contratos mais regulares também é um desafio.

A questão do preço é outro elemento apontado pelos EES. Em alguns casos ele está subdimensionado, acarretando prejuízos para os produtores, em outros casos, o problema é que os consumidores acham o preço muito elevado, particularmente quando se trata de produtos artesanais.

Por fim, faltam pessoas que cuidem apenas dessa área nos EES, capacitadas para as vendas, além de ampliar a divulgação dos produtos e serviços da Economia Solidária.

TABELA 46 - Principais dificuldades na comercialização dos produtos e serviços

Itens	Nº	%
Falta de capital de giro	25	35,71

O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar	16	22,86
O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes	15	21,43
Dificuldade ou custo elevado de transporte	14	20,00
Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.) inadequada	13	18,57
A concorrência, os atravessadores, existência de monopólios	12	17,14
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	9	12,86
Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.)	8	11,43
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	8	11,43
Os preços praticados são inadequados	8	11,43
Não há associados disponíveis para cuidar da comercialização	7	10,00
Falta de registro sanitário ou alvará	6	8,57
Precariedade das estradas para escoamento da produção; dificuldades logísticas	5	7,14
Os compradores só compram em grande quantidade	4	5,71
Os produtos não são conhecidos	4	5,71
Os clientes acham caro	4	5,71
Falta capacitação para vendas	3	4,29
Profissionais de apoio para a área	2	2,86
Crise econômica	1	1,43
Outra dificuldade	2	2,86
Não tem dificuldade	1	1,43
Não sabe/ Não respondeu	4	5,71
Não se aplica	8	11,43
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Os EES também foram indagados quanto às ações realizadas para melhorar o atendimento aos consumidores. Indicaram que aplicam processos de controle de qualidade 45 EES (64,3%), outros 40 (57,1%) declararam que divulgam a preocupação ambiental na produção ou prestação de serviços, o que resulta em diferencial que aproxima consumidores. Outros 33 EES (47%) dão garantia de origem social, de produtos da Economia Solidária, que também aproxima pessoas que buscam uma nova relação com o consumo. Ainda nessa linha, 10 EES declararam que informam sobre seus produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos.

E ainda, os EES declararam que fornecem informações sobre a composição ou especificações dos produtos, praticam menores preços ou custos mais baixos em

relação ao mercado em geral, realizam formação para os (as) associados (as) em vendas e que procuram atender os cliente com qualidade.

TABELA 47 - Ações para melhorar atendimento ao consumidor realizado pelos EES

Itens	Nº	%
Aplica processos de controle de qualidade	45	64,29
Manifesta preocupação ambiental na produção ou prestação dos serviços	40	57,14
Dá garantia de origem social	33	47,14
Fornecer informações sobre a composição ou especificação	27	38,57
Pratica menores preços ou custos mais baixos em relação ao mercado	24	34,29
Formação para os (as) associados (as)	24	34,29
Oferta produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos	10	14,29
Atendimento ao cliente com qualidade	2	2,86
Outra	3	4,29
Não sabe/ Não respondeu	3	4,29
Não se aplica	3	4,29
Total	70	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Redes de Cooperação Solidária da região do ABC

As Redes de Cooperação Solidária são um salto qualitativo da Economia Solidária, um passo a mais na organização em cooperativas, associações e demais arranjos solidários. Trata-se de uma nova tecnologia social que amplia a organização territorial, produtiva, a comercialização e que repensa o consumo. As redes existem em diversos formatos e com diferentes níveis de institucionalidade. Segundo França Filho (2007) a organização em redes pode ser um instrumento muito valioso para organização de atividades socioeconômicas que articule o conjunto de sujeitos e entidades, e ainda, de consumidores.

A constituição de Redes de Cooperação Solidária cria sinergias e possibilidades positivas em decorrência da (MARTINHO, 2011; MEDEIROS, CUNHA, 2012):

- Ampliação do acesso a informações, pessoas, conhecimento e recursos;
- Conexões, advinda da articulação entre atores de diferentes organizações, áreas de atuação e regiões;
- Cooperação, ao atrair pessoas e organizações que atuam em parceria;
- Efeito multiplicador, com a possibilidade de organizações ampliarem a escala

e o impacto de suas ações e iniciativas;

- Eficiência, decorrente da possibilidade de mobilizar e gerenciar recursos através de melhores práticas debatidas a partir de um conjunto mais amplo de experiências;
- Visibilidade crescente, decorrente do trabalho articulado que confere maior força e relevância política aos temas da rede;
- Apoio e suporte, ao oferecer aos membros um espaço para compartilhamento e colaboração entre pares;
- Criação de valor conjunto, através do desenvolvimento de novas ideias e soluções pela interação de diferentes perspectivas e abordagens;
- Articulação com processos políticos para promover mudanças em políticas e práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável;
- Desenvolvimento de capacidades de pesquisa e comunicação, favorecendo a compreensão de questões temáticas ou regionais sobre desenvolvimento sustentável;
- Promoção de desenvolvimento local que aborda as problemáticas locais numa perspectiva integrada e articulado a apoios externos (públicos, privados ou da sociedade civil);
- Articulação de vários atores, individuais ou institucionais, trabalhando na constituição de redes e incitando a ampliação das participações políticas;
- Ampliação da escala de produção dos empreendimentos solidários e facilitação de encadeamentos produtivos;
- Promoção de apoio aos seus membros, disponibilizando serviços ou recursos que são úteis para desenvolverem suas próprias atividades, o apoio pode se dar mediante assistência técnica, assessoria, treinamento ou recursos financeiros;
- Formação de um sentido de comunidade;
- Facilitação, visto que ajudam os membros a atuarem e desenvolverem suas atividades de forma mais eficaz e eficiente; de forma similar aos facilitadores de grupo.

O Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019, considera que dentre as formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseadas no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade, estão as Redes de Cooperação Solidária organizadas em cadeias produtivas e arranjos econômicos locais ou setoriais. Desse modo:

Entende-se por redes de cooperação solidária as articulações formais ou não formais entre EES para, de forma conjunta, promover atividades com a finalidade de fortalecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas (isto é, organizar e

qualificar o processo de agregação de valor de um bem, produto ou serviço), e/ou para promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços, e/ou para fomentar o consumo coletivo de bens, produtos e serviços. Quando esta articulação de empreendimentos abrange diferentes elos de uma mesma cadeia produtiva, trata-se de uma cadeia produtiva solidária. Desse modo, a produção e a comercialização de produtos são realizadas entre empreendimentos econômicos solidários, mantendo-se, assim, os princípios de cooperação e solidariedade nas relações comerciais desde a produção de matérias-primas até o produto final (Plano Nacional da Economia Solidária, 2015-2019, p. 18).

No caso da participação em Redes, 21 EES (30%) participam de organizações relacionadas à comercialização, outros 5 EES participam de uma cooperativa central, 4 EES participam de redes de produção, 3 de Redes que promovem comércio justo e solidário e 2 EES que participam de Cadeias produtivas solidária e mais 2 EES de Redes de consumo.

É importante recuperar, como dito acima, que as Redes têm vários formatos, tempos de maturação e objetivos distintos. Algumas vezes elas são organizadas para organizar coletivamente um conjunto maior de fases das atividades econômicas dos EES, outras vezes, organizam coletivamente apenas uma fase. Em algumas experiências, tratam apenas de um espaço de troca de experiências e de um espaço comum de comercialização. De todo modo, o apoio a essas estruturas pode fazer com que otimizem as possibilidades de sinergias listadas acima.

TABELA 48 - Participação dos EES em Rede de Cooperação Solidária ou Cooperativa de 2º Grau

Itens	Nº	%
Rede de comercialização	21	30,00
Cooperativa central	5	7,14
Rede de produção	4	5,71
Rede ou organização de comércio justo e solidário	3	4,29
Cadeia produtiva solidária	2	2,86
Rede de Consumo	2	2,86
Central de comercialização	0	0,00
Complexo cooperativo	0	0,00
Rede de crédito ou finanças solidárias	0	0,00
Não sabe/ Não respondeu	10	14,29
Não se aplica	22	31,43
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

A seguir, temos um conjunto de três quadros com elementos que trazem algumas características das Redes de Cooperação Solidária entrevistadas ou das quais os EES entrevistados fazem parte. Lembrando que, inicialmente, o objetivo não era

investigar as redes na localidade, havia o objetivo de se levantar elementos sobre os EES para a constituição de redes. No entanto, em conversa com o Comitê Gestor do Projeto se avaliou a possibilidade de levantar elementos sobre as redes já constituídas, pois seria de grande valia aproveitar a oportunidade para coletar informações sobre esse processo na região.

Desse modo, como o questionário tinha também outros objetivos, não temos aqui uma análise exaustiva sobre as Redes de Cooperação Solidária da região do ABC, mas sim, elementos que ajudam a compor um significativo painel sobre essa estrutura de organização da Economia Solidária.

A primeira questão é que alguns EES afirmaram participar de alguma Rede, mas não sabiam o nome ou não sabiam seu objetivo, o que pode ser um sinal de que as atividades coletivas dessa estrutura precisam de maior organização, mobilização para envolver todos os “nós” da Rede.

Os EES listaram 19 Redes de Cooperação Solidária, são Redes como dito acima, de comercialização, produção e consumo. Algumas Redes são impulsionadas pelo poder público, outras são formalizadas em Cooperativas de 2º Grau. Algumas tem como objetivo divulgar

os empreendimentos, algo bastante destacado nas entrevistas como um problema para os EES, outras Redes integram a produção e a comercialização. Há exemplos de Redes que buscam promover oportunidade para grupos populacionais que sofrem discriminações econômicas e sociais, como o exemplo da Afroempreendedorismo, que promove atividades produtivas para grupos produtivos de mulheres negras, e a Rede Teia de Trabalho que promove acesso a trabalho e renda para população com doenças mentais, em vários núcleos distintos de atividades produtivas.

É importante destacar que algumas redes têm características às vezes, semelhantes à de uma entidade de base, se formos tomar como base a definição do Plano Nacional de Economia Solidária de 2015-2019. No entanto, o conceito de Rede não é rígido, pode e deve acomodar todas as experiências aqui relatadas. De toda forma, é importante que os gestores públicos locais procurem apoiar as iniciativas para que caminhem para experiências que aglutinem mais EES, que consigam dar o “segundo passo”, posto que é uma ação importante para produzir sinergias positivas para todos e todas que participam da Economia Solidária.

Martinho (2011) descreve que apesar dos elementos muito positivos da organização das Redes de Cooperação Solidária, também há obstáculos que precisam ser superados como a falta de foco e clareza sobre o propósito da própria rede; as dificuldades para promoverem o empoderamento de outras lideranças; a baixa memória institucional, decorrente da rotatividade de membros e participantes; as dificuldades de legitimidade da rede junto às instâncias formais; a falta de recursos

necessários para a sustentabilidade e investimentos relevantes da rede; a existência de desconfiças ou disputas internas; a falta de mecanismos adequados de governança; as dificuldades de monitorar e avaliar resultados; e dificuldades de realizar prestação de contas.

Na presente investigação, apenas duas Redes disseram não ter dificuldade alguma. No entanto, as demais relataram um conjunto de dificuldades, conforme quadro 3. Citado por 8 EES, as dificuldades de articulação da Rede, incluindo problemas como não estar em contato no dia a dia, engajamento, dificuldades de convivência, focar nos objetivos da Rede, falta de tempo para atuar na Rede. Também foi citado como dificuldade a falta de incentivos fiscais e do conhecimento do poder público sobre esse tipo de organização, a falta de profissionalização das redes e também a falta de crédito para obtenção de ferramentas para o desenvolvimento do trabalho.

Também foram citadas a falta de compreensão acerca do cooperativismo e da Economia Solidária, de que esse diferencial dinamiza e amplia os negócios proporcionando melhores resultados para todos. Foram lembradas as dificuldades relacionadas à estrutura física precária ou que estão precisando de manutenção e também, muitas vezes, a ausência de direitos trabalhistas. A ausência de suporte técnico, falta de conhecimento em precificação também foram citados como problemas.

Por outro lado, também destacaram um conjunto de benefícios na atuação em Rede: amplia a capacidade de comercialização; promove o apoio entre os empreendimentos; a rede amplia a capacidade de solidariedade, a cooperação e a possibilidade de trocas; amplia a geração de renda; maior capacidade de aprendizado, formação e desenvolvimento pessoal; melhorias na saúde e nas condições de trabalho; cria melhores condições para enfrentar as ameaças e dificuldades conjunturais e estruturais; soluções coletivas ampliam a capacidade de superar problemas; possibilita o compartilhamento de serviços comerciais, de gestão/administrativo; promove responsabilidades compartilhadas; possibilita uma ampliação das oportunidades com maior segurança; soluções coletivas ampliam a capacidade de superar problemas; facilita a logística/transporte de materiais; promove o compartilhamento da utilização do espaço físico; e por fim, a valorização das diferentes formas de trabalho.

QUADRO 2- Redes de Cooperação Solidária da Região do ABC

Tipo de Rede	Nome da Rede ou da Cooperativa de 2º Grau	Como surgiu e qual objetivo
Rede de comercialização	1. Rede Ecouni	A partir de projeto - projeto redes - objetivo divulgar empreendimentos

		solidários.
Rede de comercialização - Consumo	2. CSA Ecosofia (CSA é uma sigla para <i>Community Supported Agriculture</i>)	Resumidamente é quando consumidores elaboram um orçamento da produção agrícola e cotizam entre os sócios que se transformam em co-produtores financiando e dando capital de giro para a família agricultora. É um modelo muito difundido no Nordeste Norte-Americano que depois foi aplicado a empreendimentos antroposóficos que são de origem Franco-Germânico.
Rede de comercialização	3. Incubadora da Prefeitura de Santo André	Promover empreendimentos individuais através de oficinas e palestras de qualificação profissional; promover a comercialização em feiras.
Rede de comercialização	4. Amesol	Gerar renda para as mulheres empreendedoras que faziam parte do fórum estadual.
Rede de comercialização	5. Feirama	Parte da política pública de Economia Solidária do município de Mauá.
Rede de comercialização	6. Rede Teia de Trabalho	Projeto Teia é uma iniciativa do Núcleo de Projetos Especiais (NUPE) e do Time Enactus/UFABC. Com o objetivo de promover autonomia social e financeira para pessoas com problemas de saúde mental, criou uma cooperativa. O projeto funciona como uma Rede, porque tem vários núcleos distintos: alimentação, marcenaria, costura, jardinagem, serigrafia e artesanato.
Rede de comercialização	7. Rede Balsear	Grupo de mulheres artesãs que buscam preservar e promover as potencialidades do local onde vivem; localizada às margens da represa Billings, em São Bernardo do Campo, em suas peças de cerâmicas destacam

		elementos da mata atlântica natureza.
Rede de comercialização	8. Rede Conecta	O objetivo é contribuir com empreendedores/as que buscam formas coletivas de trabalho.
Rede de comercialização	9. ECOSOL	Incentiva a formação de Empreendimentos Econômicos, a partir dos princípios de solidariedade, uma política pública apartidária com foco em
		cooperação, autogestão e sustentabilidade. Tem ações de capacitação, aperfeiçoamento, auxíla na organização dos EES e com o espaço físico para comercialização.
Rede de comercialização	10. Conecta em Rede	É um projeto que tem como objetivo contribuir com trabalhadoras/es que buscam formas coletivas de geração de trabalho e renda, pautando os valores da Economia Solidaria.
Rede de comercialização	11. Rede Bom Paladar	Produção e comercialização coletiva de produtos alimentícios.
Rede de produção; Rede de comercialização	12. Rede Costurando o Futuro	Aumentar a produtividade de outros grupos.
Rede de produção; Rede de comercialização; Rede de Consumo	13. Associação Caminhos do Cambuci. UP Cambuci - União dos Produtores de Cambuci.	Caminhos do Cambuci surgiu unindo participantes do festival do Cambuci com o objetivo de auxiliar os moradores da vila de Paranapiacaba para que obtivessem renda. Com isso, foram convidados empreendimentos da região do ABC com o intuito de profissionalizar os empreendimentos locais. União dos Produtos de Cambuci surgiu a partir de produtores da Rota do Cambuci e, por divergência de

		<p>pensamento com o gestor responsável pela rota, criaram um novo coletivo para, enquanto associação, ir atrás de eventos.</p>
<p>Rede de produção; comercialização; consumo; Cadeia produtiva solidária; Cooperativa central;</p>	<p>14. Cooper Central VR</p>	<p>Surgiu a partir da necessidade de unificação das mais diversas cooperativas ao redor do mesmo objetivo: produção, comercialização e cooperação.</p>
<p>Rede de produção</p>	<p>15. Afroempreendedorismo de Diadema</p>	<p>Surgiu a partir da necessidade de tratar das questões do trabalho e renda da mulher negra com o fortalecimento dos processos de produção e comercialização de forma coletiva. Atualmente são 22 empreendedores que produzem produtos. como vestuário afro (vestimentas de matriz africana e de orixás), bonecas de pano personalizadas, abayomi e de orixás, acessórios sustentáveis (turbantes, colares e brincos), saboaria, essências, kokedama (técnica japonesa de arranjos de plantas), licores de frutas, doces e compotas, além de serviços como customização de roupas, atendimento terapêutico e cursos com as técnicas utilizadas pelo coletivo.</p>
<p>Cooperativa central</p>	<p>16. COOPCENT</p>	<p>A Coopcent ABC é uma cooperativa de segundo grau formada por grupos organizados de catadores e catadoras de materiais que realizam a coleta seletiva de materiais recicláveis em municípios do Grande ABC, fundada em 30 de janeiro de 2008. Sua história inicia-se na necessidade de venda conjunta entre os grupos do ABC. Os grupos descobriram na venda coletiva, a possibilidade de</p>

		negociar diretamente com a indústria por um valor maior, ao comercializar em grande quantidade.
Rede de comercialização	17. Cadeia produtiva solidária	Compromisso de participar às terças e quintas na feira de Economia Solidária.
Cooperativa central	18. Sistema UNIFORJA – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia	O Sistema UNIFORJA – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia, foi constituído em meados de 2000, depois da falência das empresas, os trabalhadores assumiram as instalações, formaram cooperativas e atualmente o sistema conta com 4 cooperativas singulares.

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

QUADRO 3 - Principais dificuldades para atuar em rede ou em uma cooperativa de segundo grau

Primeiro	Segundo	Terceiro
Dificuldades de articulação da Rede, incluindo problemas como não estar em contato no dia a dia, engajamento, dificuldades de convivência, focar nos objetivos da Rede, tempo para atuar na Rede (8)	Falta de incentivos fiscais e conhecimento por parte do poder público	Profissionalização da Rede e linha crédito para obtenção de ferramentas para o desenvolvimento do trabalho
Entrega de produtos a partir dos correios	Ausência de rotina do trabalho	Ausência de eventos organizados para comercialização em locais de maior circulação de pessoas (praça).
Falta de compreensão acerca do cooperativismo e da Economia Solidária, de que esse diferencial dinamiza e amplia os	Estrutura física precária ou precisando de manutenção (2)	Ausência de direitos trabalhistas.

negócios proporcionando melhores resultados para todos (3)		
Ausência de suporte técnico	Falta de compreensão acerca do cooperativismo e da Economia Solidária, de que esse diferencial dinamiza e amplia os negócios proporcionando melhores resultados para todos (2)	Falta de compreensão acerca do cooperativismo e da Economia Solidária, de que esse diferencial dinamiza e amplia os negócios proporcionando melhores resultados para todos
Relação com a prefeitura	Ausência de recursos, financiamento para atuação em Rede (2)	Ramificar novas redes e promover interação entre elas.
Falta de conhecimento em precificação	Participar de outras feiras	
Sem dificuldade (2)		

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

QUADRO 4 - Principais benefícios de atuar em rede ou em uma cooperativa de segundo grau

Primeiro	Segundo	Terceiro
Amplia a capacidade de comercialização (3)	Apoio de outros empreendimentos	A solidariedade, a cooperação e possibilidade de trocas na economia em uma rede é um patrimônio muito caro e valioso (3)
Amplia a geração de renda	Aprendizado e formação	Cursos de aperfeiçoamento
Desenvolvimento pessoal e melhorias na saúde	Cria melhores condições para enfrentar as ameaças e dificuldades conjunturais e estruturais	Diretrizes comuns
Muita atenção da prefeitura de Santo André	Espaço físico	Soluções coletivas ampliam a capacidade de superar problemas

O Principal benefício é a troca de experiência, colaboração, solidariedade e valorização dos empreendimentos (3)	Incentivo organizacional	
Poder compartilhar o serviço comercial e de gestão/administrativo (2)	Responsabilidades compartilhadas	
Possibilita uma ampliação das oportunidades	Segurança	
Soluções coletivas ampliam a capacidade de superar problemas (3)	Transporte de materiais	
Utilização do espaço físico (3)	Valorização do trabalho formal e informal	

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Avaliação das políticas públicas locais, participação em fóruns e demais espaços coletivos

Outro tema investigado na entrevista junto aos EES foi sobre as políticas públicas existentes na região do ABC, particularmente nos municípios onde os empreendimentos estão localizados. Indagados sobre o conhecimento acerca das políticas públicas existentes na região para a Economia Solidária, 25 EES (25,7%) disseram que têm bastante conhecimento, outros 29 EES (41,4%) disseram que conhecem um pouco sobre essas políticas e outros 15 EES (21,4%) dizem não conhecer, 1 EES não soube responder.

A distribuição dessas respostas é muito significativa, pois estamos falando do público-alvo das políticas de Economia Solidária, no entanto, mesmo entre esse público, um continente considerável sabe um pouco ou não sabe nada sobre essas ações. Isso enfraquece a potência da política pública e não atinge todo seu objetivo.

Também questionamos os EES se eles têm acesso a alguma política pública nos últimos 12 meses. Nesse caso, 37 EES (52,9%) disseram que buscaram e tiveram acesso. As principais políticas a que tiveram acesso se concentram em apoio à comercialização (29 EES), qualificação profissional (15 EES) e assistência técnica (10 EES). E em menor quantidade, mas também com muita relevância, temos 7 EES que tiveram acesso a políticas de apoio à produção, desenvolvimento de produtos e serviços, 5 EES que tiveram acesso à política de compras públicas, 1 EES que teve acesso ao programa Mais Alimento e 1 EES que teve acesso a política emergencial de

apoio à cultura devido à pandemia da covid-19 (Lei Aldir Blanc).

Outros 13 EES (18,6%) buscaram e não obtiveram acesso. Nesse caso, o relato foi de que o acesso não foi efetivado devido às políticas públicas na cidade serem insuficientes para a demanda local. Outro motivo é que o empreendimento não se enquadrava nos critérios de acesso. Também foi relatado ausência de resposta ou de que o empreendimento não tinha a documentação necessária.

Por fim, do total de entrevistados, 15 EES (21,4%) disseram que não buscaram por falta de interesse. Nesse caso, declararam que não foram em busca porque as políticas públicas da cidade não são adequadas para seu empreendimento, ou são insuficientes para a demanda local, que o EES era embrionário ou que o EES não tinha a documentação necessária. Ou seja, 10 EES não foram atrás das políticas públicas para Economia Solidária porque, de antemão, tinham uma avaliação de que seria difícil acessá-las. Apenas 4 EES de fato não buscaram porque não houve necessidade.

TABELA 49 - Conhecimento sobre as políticas públicas para a Economia Solidária na Região do ABC

Itens	Nº	%
Sim, bastante	25	35,71
Sim, um pouco	29	41,43
Não	15	21,43
Não Sabe/Não Respondeu	1	1,43
Total	70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 50 - Acesso dos EES à políticas públicas nos últimos 12 meses

Itens		Nº	%
Buscou e não obteve acesso	Vá para a questão 48	13	18,57
Buscou e obteve acesso	Vá para a questão 49	37	52,86
Não sabe/ Não respondeu		5	7,14
Não teve interesse em buscar o acesso às políticas públicas	Vá 15		21,43
para a questão 47			
Total		70	100,0

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 51 - Políticas públicas que os EES que buscaram, tiveram acesso nos últimos 12 meses

Itens	Nº	%
Apoio à comercialização	29	78,38
Qualificação profissional	15	40,54
Assistência técnica	10	27,03
Apoio à produção, desenvolvimento de produtos e serviços	7	18,92
Compras públicas	5	13,51
Acesso ao Mais Alimento	1	2,70
Políticas públicas emergenciais na Pandemia (Lei Aldir Blanc)	1	2,70
Não se aplica	2	5,41
Total	37	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 52 - EES que buscaram políticas públicas mas não conseguiram acesso

Itens	Nº	%
As políticas públicas na minha cidade são insuficientes para a demanda local	8	61,54
Esse empreendimento não se enquadra nos critérios de acesso	2	15,38
Ausência de resposta	1	7,69
O empreendimento não tem a documentação necessária	1	7,69
Não sabe/ Não respondeu	1	7,69
Total	13	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 53 - EES que não tiveram interesse nas políticas públicas da região do ABC

Itens	Nº	%
As políticas públicas na minha cidade não são adequadas para esse empreendimento	3	20,00
As políticas públicas na minha cidade são insuficientes para a demanda local	4	26,67
EES embrionário	1	6,67
Não houve necessidade	4	26,67
O empreendimento não tem a documentação necessária	2	13,33
Não sabe/ Não respondeu	2	13,33
Total	15	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Apesar de saber que parte dos EES não conhecem as políticas públicas da região do ABC, buscamos avaliar com eles quais as ações, medidas e políticas seriam necessárias para apoiar a Economia Solidária na região.

A primeira proposta é ter mais espaços públicos permanentes (lojas físicas, feiras) para comercialização. E nesse caso, o pedido é para que os espaços sejam convidativos, revitalizados, tenham segurança pública. Os pontos precisam ser permanentes ou pelo menos, um dia da semana em cada local porque trabalhar 2 ou 3 dias por semana não é suficiente para garantir uma renda mensal para os empreendedores. Dentro desse tema, também foi destacado a importância de os municípios colaborarem para divulgar os produtos e serviços dos empreendimentos e também as feiras da Economia Solidária.

Os EES também sugeriram maior apoio dos municípios para que possam participar de eventos e feiras da Economia Solidária, que colocaram com a divulgação e comercialização dos produtos. Também sugeriram ceder espaços para atividades produtivas de EES.

Os temas ligados à formação em Economia Solidária e formação profissional também foram destacados. Os dois se complementam: é fundamental que todos compreendam o que é produzir segundo os princípios da Economia Solidária e também promover processos formativos mais efetivos, que não se resumam a oficinas pontuais sobre um ou outro tema, ou ainda, que se limitem a temas motivacionais.

Os EES precisam também de apoio financeiro. Seja para melhoria dos espaços coletivos de produção e comercialização, do troca de equipamentos e maquinário, do desenvolvimento de produtos e processos produtivos, capital de giro, enfim, de crédito com desenho adequado aos pequenos negócios.

O acesso a assessoria para organização dos EES (administrativa, financeira, produtiva, marketing e comercialização) e políticas específicas para cada setor da

Economia Solidária na região (agricultura, metalúrgica, têxtil, artesanato, reciclagem etc). Nesse sentido os EES também destacaram a necessidade de ampliar os recursos públicos para apoiar a Economia Solidária na região do ABC, de modo a possibilitar que políticas públicas relacionadas à Economia Solidária sejam ampliadas e desenhadas de modo a garantir maior cobertura, eficiência, eficácia e efetividade.

TABELA 54 - Sugestões dos EES para as políticas públicas para a Economia Solidária

Propostas	Número de EES que sugeriram a proposta
Mais espaços públicos permanentes (lojas física, feiras) para comercialização	11
Formação em Economia Solidária	11
Divulgação dos EES, dos produtos e serviços e das feiras da Economia Solidária	9
Formação profissional	5
Assessoria para organização dos EES (administrativa, financeira, produtiva, marketing e comercialização)	4
Políticas específicas para cada setor da Economia Solidária na região (agricultura, metalúrgica, têxtil, artesanato, reciclagem etc)	4
Melhoria dos espaços de produção e comercialização	4
Ampliar os recursos públicos para apoiar a Economia Solidária; mais investimento	4
Acesso a crédito	4
Ceder espaços para atividades produtivas de EES	3
Apoiar a participação em eventos e feiras	2
Implementar efetivamente as políticas públicas relacionadas à Economia Solidária nos municípios da Região do ABC	3
Garantia de trabalho e renda, participação cidadã, inclusão social pela arte e cultura, que a rede de atenção psicossocial tenha um aporte maior de recursos para empreendimentos como o Espaço Colmeia.	1
Plataforma digital para comercialização de produtos e serviços da EES	1
Apoiar a abertura de novos espaços de atuação, de comercialização da Economia Solidária	1
Cumprimento da política nacional de resíduos sólidos	1
Política pública que vise a construção de instâncias de incubação de EES	1

Apoio a organização em Redes na região	1
Fortalecer as compras públicas da Economia Solidária	1
Centro Público de Economia Solidária	1
Assistência Técnica aos produtores rurais/urbanos	2
Incentivo fiscal no IPTU	1
Não Respondeu	11
Não sei	3

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Perfil dos associados e associadas da Economia Solidária na Região do ABC

Como dito nas notas metodológicas, o objetivo inicial era entrevistar 3 pessoas em cada EES, totalizando 222 questionários sobre o perfil dos associados e associadas da Economia Solidária na região do ABC, buscando uma diversidade de gênero, étnica e etária. No entanto, ocorreu um conjunto de questões que resultou em 53 questionários respondidos. Um primeiro ponto é que, em uma decisão coletiva do conselho gestor do projeto, foram incluídos os EES individuais, para que pudessem ser incluídos, futuramente, em redes, associações, projetos coletivos de organização. Além disso, os EES tiveram dificuldade em mobilizar mais de um integrante para responder as entrevistas. Por fim, os entrevistados preferiram responder o questionário coletivo, do empreendimento, mas optaram por não responder o questionário sobre o perfil socioeconômico do associado (a).

Desse modo, apresentaremos as informações sistematizadas, mas é preciso cautela na conclusão dos dados, considerando que se trata de universo limitado para representar a diversidade da população que constitui os EES na região do ABC. Abaixo, temos o quadro do número de entrevistados em cada EES - ao todo 41 EES participaram dessa fase.

TABELA 55 - Número de associados e associadas entrevistados em cada EES

Empreendimentos	Número de associados entrevistados
Cooperativa Selecta	3
Cambusales	2
COOPERTRATT - Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Tratamento Térmico e Transformação de Metais	2
Teia de Trabalho	2
Ação Social Cristo Rei	1
Arte de Rua	1
Atelier Residência Arte Pau-D'arco	1
C.U.P.I.N.S. - Silcscreen e chilogravura	1
Charlotte Arte em Costura	1
Cia Imagina-Ação	1
Coletivo de Afroempreendedorismo	1

Colônia de Pescadores Z17 "Orlando Feliciano"	1
Companhia do Trigo	1
Consumo Consciente ABC	1
COOPACESSO (Cooperativa de Trabalho Acesso Cultural Educacional Sustentável Solidário)	1
Cooper Mauá ABC - Cooperativa de Trabalho em Transportes ABC Mauá	1
Cooperativa de Produções de Painéis - Painel Tec	1
Cooperativa de Reciclagem Cidade Limpa CooperLimpa Ambiental	1
Cooperativa Nova Conquista	1
Cooperativa Okavango	1
Cooperlafe - Cooperativa Industrial de Trabalhadores de Laminação de Anéis e Forjados Especiais	1
Costurando renda	1
DIART	1
Doces sonhos	1
Don Doce	1
Empadinha Rosa	1
Fibras da Serra	1
Jannaina Crochê	1
Josy Fazendo Art	1
Lu Artesanatos	1
Milla Artes Feltro e Tecidos	1
Matilde Machado Leite - Feirama	1
Pão da Rita	1
Perfart	1
Pétalas Costura e Arte	1
Rainha da Tapioca	1
Rede Balsear	1
Rede de Artesanato de São Bernardo do Campo	1
RIPPER - PÃES E BOLOS	1
Shalom Art's em Madeira	1
Zuca Artes	1
Associação de Artes da Fibra	0
Belisc Quitutes e afins	0
Bordando Sonhos Artesanato	0
Coletivo de alimentação Mulheres Negras/MCG Eventos e Buffet	0

COOPCENT ABC Cooperativa Central de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Grande ABC	0
Cooperativa de Catadores em Coleta e Triagem de Materiais Recicláveis - RELUZ	0
Cooperativa de Trabalho Dos Motofretistas do Estado de São Paulo Cooper Hood	0
Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Forjaria	0
DACASINHA CULINÁRIA CASEIRA	0
Edson Luiz Comercio de Bebidas	0
Emerson Blass	0
Espaço Colmeia	0
Estilo e Raça	0
Farnel Food	0
GGráfica	0
Horta Panc Urbana	0
Karina Garcia Confeitaria	0
Lindalva Art	0
Maria Criativa - Artes em crochê	0
Orquiflora	0
Panos e Linhas	0
Rede ABC	0
Rede Bom Paladar	0
Refazer	0
Roxo e chita Vanda Terra	0
Sítio Nosuga	0
SustentABC	0
UAU Imagens	0
Viva Bem Alimentos Orgânicos e Naturais Ltda.	0
Empreendimento não identificado	7
Total	53

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Atributos pessoais

Em relação aos atributos pessoais, destacamos inicialmente o município e estado de origem dos entrevistados e entrevistadas. A maior parte, 36 (67,9%) nasceu no estado de SP, e desses, a maior parte (24 pessoas) nasceu nos municípios do ABC. Dentre os demais, 3 pessoas nasceram em Minas Gerais, 1 em Brasília, 1 no Paraná e os outros 9 nasceram em estados do Nordeste.

TABELA 56 - Estado e município de nascimento dos associados e associadas dos EES

Estado	Município	Nº	%
Bahia	Itiúba	1	1,9
	Salvador	1	1,9
	Santa Brígida	1	1,9
Brasília	Brasília	1	1,9
Ceará	Varzea Alegre	1	1,9
Minas Gerais	Grão Mogol	1	1,9
	Mariana	1	1,9
	Ubá	1	1,9
Paraná	Mariópolis	1	1,9
Paraíba	João Pessoa	1	1,9
Pernambuco	Caruaru	1	1,9
	Garanhuns	1	1,9
Piauí	Elesbão Veloso	1	1,9
Rio Grande do Norte	Tangará	1	1,9
São Paulo	Santo André	13	24,5
	São Bernardo do Campo	5	9,4
	São Paulo	6	11,3
	Diadema	3	5,7
	Andradina	1	1,9
	Rinópolis	1	1,9
	Salto de Pirapora	1	1,9
	Santo Anastácio	1	1,9
	São Caetano	2	3,8
	Mauá	1	1,9
	Ribeirão Preto	1	1,9
	Pindamonhangaba	1	1,9
Não respondeu		3	5,7
Total		53	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Em relação à faixa etária (Tabela 57), a concentração dos que foram entrevistados está entre os 40 a 59 anos, seguidos pela faixa de mais de 60 anos. Nas faixas abaixo de 18 anos, infelizmente, não teve nenhum entrevistado, além do fato de que a participação dessa faixa etária é baixa na Economia Solidária, as entrevistas de perfil ocorreram com as pessoas que estão à frente dos EES, e que também foram as responsáveis pelas entrevistas sobre os empreendimentos.

A distribuição dos entrevistados (as) em relação à cor/raça demonstra que 31 (58,5%) são brancos, 12 (22,6%) são pardos e 9 (17%) são pretos.

Em relação ao sexo de nascimento, houve uma resposta expressiva de mulheres 34 (64,1%) ao questionário — o que difere bastante do percentual indicado pelos responsáveis pelos EES, sobre a totalidade das pessoas que compõem os EES (Tabela 59).

Nas tabelas 60 e 61 temos a sistematização das perguntas sobre o gênero com o qual as pessoas entrevistadas se identificam e qual sua orientação sexual. Em relação à primeira questão, 35 pessoas responderam que se identificam com o gênero feminino (mulher cisgênero) e 18 pessoas com o gênero masculino.

Em relação à segunda questão, 34 pessoas se identificaram como heterossexual e 19 pessoas optaram por não responder ou declararam não saber. Essas perguntas estão relacionadas ao perfil demográfico e são necessárias e pertinentes. Esse segmento da

população tem vulnerabilidades e demandas sociais específicas que precisam ser abordadas nas políticas públicas e por esse motivo, devem constar nos questionários. Ainda há dificuldade na coleta, os entrevistados por vezes não entendem os termos ou se sentem constrangidos, mas é também educativo que os entrevistadores expliquem os objetivos do questionário e das questões.

Do total de entrevistados (as), três pessoas declararam ter deficiências: problemas na coluna, esquizofrenia e deficiência intelectual.

Em relação à escolaridade, 26 entrevistados (as) (49%) possuem ensino médio completo (ou o antigo 2º grau). Além disso, 11 (20,8%) pessoas declararam possuir o ensino superior completo e 5 (9%) possuem pós-graduação.

Por fim, para compor o quadro de atributos pessoais, as três religiões com maior participação entre o entrevistados (as) foram: 14 (26%) disseram que professam a fé católica; 11 (20,8%) são evangélicos pentecostais (Universal; Assembleia de Deus; Deus é Amor; Renascer etc); e 9 (17%) são evangélicos protestantes (Batista; Adventista; Presbiteriana; Luterana etc) (Tabela 64).

TABELA 57 - Faixa etária dos associados e associadas dos EES

Faixa etária	Nº	%
De 16 a 17 anos	0	0,00
De 18 a 24 anos	0	0,00
De 25 a 29 anos	1	1,89
De 30 a 39 anos	7	13,21
De 40 a 59 anos	27	50,94
Mais de 60 anos	18	33,96
Não sabe/Não respondeu	0	0,00
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 58 - Cor/Raça dos associados e associadas aos EES

Cor/Raça	Nº	%
Amarela	0	0,00
Branca	31	58,49
Indígena	0	0,00
Parda	12	22,64
Preta	9	16,98
Não sabe/Não respondeu	1	1,89
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 59 - Sexo de nascimento dos associados e associadas aos EES

Sexo de nascimento	Nº	%
Feminino	34	64,15
Masculino	19	35,85
Intersexo	0	0,00
Não sabe/Não respondeu	0	0,00
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 60 - Identidade de gênero com a qual os associados e associadas aos EEE se identificam

Identidade de gênero	Nº	%
Feminino (mulher cisgênero)	35	66,04
Masculino (homem cisgênero)	18	33,96
Homem transgênero	0	0,00
Mulher transgênero	0	0,00
Outro	0	0,00
Não sabe/Não respondeu	0	0,00
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 61 - Orientação dos associados e associadas aos EES

Orientação sexual	Nº	%
Heterossexual	34	64,15
Homossexual	0	0,00
Bissexual	0	0,00
Assexual	0	0,00
Outra	0	0,00
Não sabe/Não respondeu	19	35,85
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 62 - Pessoa com deficiência

Tem deficiência?	Nº	%
Sim	3	5,66
Não	50	94,34
Não respondeu	0	0,00
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 63 - Escolaridade dos associados e associadas aos EES

Escolaridade	Nº	%
Nunca frequentou escola		00,00
Fundamental incompleto (antigo 1º Grau)		47,55
Fundamental completo (antigo 1º Grau)		35,66
Ensino médio incompleto (antigo 2º Grau)		35,66
Ensino médio completo (antigo 2º Grau)		1833,96
Superior incompleto		815,09
Superior completo		1120,75

Pós graduação incompleta	00,00
Pós graduação completa	59,43
Não sabe/Não respondeu	11,89
Total	53100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 64 - Religião dos associados e associadas aos EES

Religião	Nº	%
Africana (candomblé; umbanda etc)	1	1,89
Agnóstico	2	3,77
Ateu	1	1,89
Católica	14	26,42
Espírita / kardecista	3	5,66
Evangélica Pentecostal (Universal; Assembleia de Deus; Deus é Amor; Renascer etc),	11	20,75
Evangélica Protestante (Batista; Adventista; Presbiteriana; Luterana etc)	9	16,98
Islâmica	0	0,00
Judaica	0	0,00
Oriental (budista; taoísta; seicho-no-iê)	0	0,00
Testemunha de Jeová	0	0,00
Não tem religião	7	13,21
Outra	3	5,66
Não sabe/Não respondeu	2	3,77
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Características dos domicílios e das famílias dos entrevistados

Em relação à situação conjugal, 24 entrevistados (45,3%) declararam que são casados(as) ou vivem relações maritais. Outros(as) 13 (24,5%) são solteiros (as), 9 (17%) separados e 7 (13%) viúvos (as). Do total de entrevistados, 38 declararam ter filhos, e em média, possuem 2,4 filhos cada família.

Do total de respostas, 25 entrevistados afirmaram que possuem um ou mais dependentes em suas residências, sejam filhos e filhas, idosos, ou outras pessoas que residem.

Em relação à posição que ocupam na família, 22 (41,5%) entrevistados (as) declararam que ocupam a posição de chefe de família, outras 14 (26,4%) ocupam a posição de cônjuge e 10 pessoas (18,9%) afirmaram que ocupam a corresponsabilidade pela chefia.

Em relação ao número de pessoas que vivem nos domicílios dos entrevistados, 14 (26,4%) declaram que moram com 3 pessoas (incluindo o próprio entrevistado), outras 11 (20,8%) declararam que vivem 2 pessoas no domicílio e 9 (17%) declararam que vivem 4 pessoas na residência.

TABELA 64 - Situação conjugal dos associados e associadas aos EES

Situação conjugal	Nº	%
Casado/união consensual (vive junto)	24	45,28
Solteiro	13	24,53
Separado/divorciado/desquitado	9	16,98
Viúvo	7	13,21
Não sabe/Não respondeu	0	0,00
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 65 - Filhos e filhas dos associados e associadas aos EES

Tem filhos ou filhas?	Nº	%
Sim	38	71,70
Não	13	24,53
Não sabe/Não respondeu	2	3,77
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 66 - Quantidade de pessoas dependentes dos associados ou associadas no domicílio

Quantidade de pessoas dependentes no domicílio	Nº	%
Nenhuma pessoas	14	26,42
Uma pessoa	14	26,42
Duas pessoas	8	15,09
Três pessoas	3	5,66
Não sabe/Não respondeu	14	26,42
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 67 - Pessoas no domicílio que dependam de cuidados (como crianças, idosos ou pessoas com deficiência) os associados e associadas dos EES

Pessoas no domicílio que dependem de cuidados	Nº	%
É o único responsável por cuidar	7	13,21
É corresponsável por cuidar	8	15,09
Não tem responsabilidade por cuidar	2	3,77
Não tem essa situação no domicílio	35	66,04
Não sabe/Não respondeu	1	1,89
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 68 - Posição que o associado ou associada ocupa no domicílio em que reside

Posição na família	Nº	%
Chefe de família	2241,51	
Co-responsável pela chefia	1018,87	
cônjuge	1426,42	
Filho (a) ou enteado (a) do (a) chefe	59,43	
Outro parente	23,77	
Pensionista	00,00	
Agregado	00,00	
Outro	00,00	
Não sabe/Não respondeu	00,00	
Total	53100,00	

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 69 - Quantidade de pessoas por domicílio onde reside os associados e associadas dos EES

Número de pessoas no domicílio	Nº	%
Domicílios com 3 pessoas	14	26,42
Domicílios com 2 pessoas	11	20,75
Domicílios com 4 pessoas	9	16,98
Domicílios com 1 pessoa	8	15,09
Domicílios com 5 pessoas	3	5,66
Domicílios com 6 pessoas	2	3,77
Domicílios com 7 pessoas ou mais	2	3,77
Não sabe/Não respondeu	4	7,55
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Em relação à qualidade da habitação, a maior parte dos entrevistados e entrevistadas declararam que o imóvel é próprio e quitado, pertencente à sua família (39 pessoas, o que representa 73,6% do universo dessa pesquisa). Em segundo lugar, 8 pessoas, ou 15%, declararam que vivem em imóveis alugados. Do total de entrevistados, praticamente a totalidade declarou que reside em habitações de alvenaria com acabamento (48 entrevistados dentre os 53).

Em relação aos serviços domiciliares básicos, serviço de água encanada, serviço de esgoto, iluminação na rua, rua asfaltada, coleta de lixo na porta, internet e energia elétrica regularizada, conforme a Tabela 72, o acesso é bastante grande entre os entrevistados, em linha com os dados apresentados na primeira seção desse diagnóstico. Ainda assim, apesar da ampla cobertura, o único serviço, de fato universal, é a coleta de lixo.

TABELA 70 - Tipo de domicílio onde residem os associados e associadas dos EES

Tipo de domicílio	Nº	%
Próprio quitado (de sua família)	39	73,58
Alugado	8	15,09
Próprio (de sua família), mas ainda não tinham acabado de pagar	3	5,66
Cedido / emprestado	3	5,66
Total	53	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 71 - Tipo de acabamento do domicílio onde residem os associados e associadas dos EES

Tipo de acabamento	Nº	%
Alvenaria acabada (construção com tijolos)	48	90,57
Alvenaria sem acabamento (construção com tijolos)	4	7,55
alvenaria acabada mas em péssimo estado de conservação; casa antiga	1	1,89
Total	53	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 72 - Acesso dos associados e associadas aos serviços domiciliares básicos

Serviços	Tem acesso	Não tem acesso	Não Se Aplica	Total	% de acesso aos serviços
Serviço de água encanada	50	3	0	53	94,34
Serviço de esgoto	49	4	0	53	92,45
Iluminação na rua	50	3	0	53	94,34
Rua asfaltada	46	6	1	53	86,79
Coleta de lixo na porta	53	0	0	53	100,00
Internet	46	5	1	53	86,79
Energia elétrica regularizada	52	1	0	53	98,11

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Rendimentos

Como dito acima, o fato de o universo de entrevistas não ter atingido o número de entrevistas desejadas, limita nossa análise. Desse modo, apenas podemos fazer a leitura da tabela, sem avançar em grandes conclusões sobre a renda dos participantes da Economia Solidária da região do Grande ABC.

Na Tabela 73 temos a soma dos rendimentos de todas as pessoas que contribuem para o orçamento familiar dos entrevistados (as). As principais frequências estão nas faixas entre R\$ 1.100,00 a R\$ 5.500,00. Mas é importante alertar que temos famílias sem renda e famílias com renda inferior a 1 salário-mínimo.

A Tabela 74 busca demonstrar quantas pessoas são necessárias para compor a renda das famílias. Em geral, as rendas maiores são compostas por mais de uma pessoa trabalhando, mas, algumas vezes, as menores rendas familiares também são compostas pelo trabalho de duas ou mais pessoas.

Observando a renda individual dos entrevistados (as) há uma dispersão maior entre as diferentes faixas de rendimentos. Há também maior quantidade de questionários sem respostas (Tabela 75). De todo modo, a maior frequência, com 9 associados (as), ficou na faixa em torno de 1 salário-mínimo (de R\$ 1.100,01 a R\$ 2.200,00).

Na tabela seguinte, quando questionados sobre o rendimento exclusivo obtido no empreendimento solidário, a frequência maior, com 10 associados e associadas, é uma faixa abaixo, entre R\$ 550,01 até R\$ 1.100,00.

Importante lembrar que para 27 associados e associadas (50,1%) do universo de entrevistados (as), a remuneração dos EES é a única fonte de renda. Para outros 14 associados (as) (26,4%) é a complementação de outros trabalhos remunerados ou outras fontes de renda, como benefícios previdenciários ou programas de

transferências de renda. E ainda, 10 entrevistados (as) declararam não ter renda advinda do EES.

TABELA 73 - Rendimento mensal total aproximado de todos os moradores do domicílio, incluindo a renda pessoal do associado (a) ao EES

Faixa de renda	Número	%
Não tem renda	1	1,89
Menos de R\$ 89,00	0	0,00
De R\$ 89,01 até R\$ 174,00	1	1,89
De R\$ 174,00 a R\$ 550,00	1	1,89
De R\$ 550,01 até R\$ 1.100,00	3	5,66
De R\$ 1.100,01 a R\$ 2.200,00	11	20,75
De R\$ 2.200,01 a R\$ 3.300,00	9	16,98
De 3.300,00 a R\$ 5.500,00	10	18,87
De R\$ 5.500,01 a R\$ 11.000,00	6	11,32
Mais de R\$ 11.000,01	2	3,77
Não sabe/não respondeu	9	16,98
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 74 - Número de pessoas que contribuem para a renda domiciliar

Faixa de renda	Número	%
Uma pessoa	16	30,19
Duas pessoas	16	30,19
Três pessoas	15	28,30
Quatro pessoas ou mais	3	5,66
Nenhuma	3	5,66
Não sabe/não respondeu	0	0,00
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 75 - Rendimento mensal individual de todos os trabalhos dos associados (as) ao EES

Faixa de renda	Número	%
Não tem renda	4	7,55
Menos de R\$ 89,00	3	5,66
De R\$ 89,01 até R\$ 174,00	0	0,00
De R\$ 174,00 a R\$ 550,00	4	7,55
De R\$ 550,01 até R\$ 1.100,00	3	5,66
De R\$ 1.100,01 a R\$ 2.200,00	9	16,98
De R\$ 2.200,01 a R\$ 3.300,00	5	9,43
De 3.300,00 a R\$ 5.500,00	3	5,66
De R\$ 5.500,01 a R\$ 11.000,00	2	3,77
Mais de R\$ 11.000,01	0	0,00
Não sabe/não respondeu	20	37,74
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 76 - Rendimento mensal individual do associado (a), oriundo do EES

Faixa de renda	Número	%
Não tem renda	6	11,32
Menos de R\$ 89,00	3	5,66
De R\$ 89,01 até R\$ 174,00	4	7,55
De R\$ 174,00 a R\$ 550,00	7	13,21
De R\$ 550,01 até R\$ 1.100,00	10	18,87
De R\$ 1.100,01 a R\$ 2.200,00	5	9,43
De R\$ 2.200,01 a R\$ 3.300,00	2	3,77
De 3.300,00 a R\$ 5.500,00	4	7,55
De R\$ 5.500,01 a R\$ 11.000,00	1	1,89
Mais de R\$ 11.000,01	0	0,00
Não sabe/não respondeu	11	20,75
Total	53	100,00

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 77 - A Renda obtida no empreendimento solidário é:

Situação	Nº	%
Minha única fonte de renda	27	50,94
Não tenho renda do empreendimento	10	18,87
Complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas	7	13,21
Complementação de rendimentos de aposentadorias ou pensões	5	9,43
Complementação de recursos recebidos por doações ou programas governamentais	2	3,77
Não sabe/ Não respondeu	2	3,77
Total	53	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Participação na Economia Solidária

Do total de entrevistados inacreditáveis 68% começaram a trabalhar antes da idade mínima permitida por lei (16 anos), sendo 4 casos com menos de 9 anos e 27 casos com idades entre 10 e 14 anos. O trabalho infantil resulta em aspectos negativos para a saúde física e psicológica das crianças, prejudica o processo de educação e deixa marcas irreparáveis para a vida toda. Essa entrada precoce no trabalho perpetua ciclos de pobreza e violência.

TABELA 78 - Idade de entrada no mercado de trabalho dos associados e associadas dos EES

Faixa etária	Nº	%
Até 9 anos	4	7,55
Entre 10 e 14 anos	27	50,94
Entre 15 e 16 anos	9	16,98
Entre 17 e 18 anos	9	16,98
Entre 19 e 24 anos	2	3,77
Após os 25 anos	2	3,77
Total	53	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

O ano de filiação dos associados (as) aos EES tem maior frequência entre o período de 2010 a 2019 (23 pessoas, 43,4%) e, na sequência, no período de 2020 em diante, com a filiação de 14 pessoas do total de entrevistados (26,4%). Esse número também coincide com o volume de criação de EES nessas faixas de anos, como visto na seção anterior.

A maior parte dos entrevistados tem como função nos EES atividades na produção (30 pessoas; 56,6%). Depois, declararam participação em atividades de gestão dos EES (11 pessoas; 20,8%). E ainda, 8 entrevistados declararam serem os responsáveis pela comercialização em seus empreendimentos e 8 pessoas declararam serem as proprietárias, nesse caso, possivelmente, por serem ligadas à EES individuais.

Em relação a quantidade de horas dedicadas ao EES, há duas faixas com maior concentração de pessoas: 40 horas semanais, com 15 pessoas (28,3%); e acima de 45 horas semanais, com 10 pessoas (18,9%) - nesse segunda faixa algumas pessoas declararam trabalhar 70 horas semanais.

TABELA 79 - Ano de associação ao EES

Ano	Nº	%
De 1990 a 1999	2	3,77
De 2000 a 2009	13	24,53
De 2010 a 2019	23	43,40
De 2020 em diante	14	26,42
Não sabe/Não respondeu	1	1,89
Total	53	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 80 - Ocupação/função dos associados ou associadas no EES

Ocupação/função	Nº	%
Produção	30	56,60
Coordenação/Presidente/ diretora	11	20,75
Comercialização	8	15,09
Proprietário	7	13,21
Administrativo/ Gestão	3	5,66
Não sabe/ Não respondeu	1	1,89
Total	53	100

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

TABELA 81 - Horas de trabalho dedicadas ao EES

Faixa de horas	Nº	%
Até 5 horas semanais	11,89	
De 6 até 10 horas semanais	47,55	
De 11 as 20 horas semanais	611,32	
de 21 a 30 horas semanais	611,32	
De 31 a 39 horas semanais	611,32	
40 horas semanais	1528,30	
44 horas semanais	35,66	
Acima de 45 horas semanais	1018,87	
Não sabe/Não respondeu	23,77	
Total	53100	

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

Por fim, perguntamos o que aproximou os associados e associadas da Economia Solidária. Os motivos, como podemos ver nessa lista abaixo é bastante variado, passa pela necessidade premente da vida material, de uma renda que garanta recursos para colocar comida na mesa, até como recurso para aliviar problemas relacionados à saúde mental. Seja como for, ao longo do relatório destacamos a capacidade da Economia Solidária não ser apenas uma opção de geração de trabalho e renda, mas de constituir novos laços de solidariedade, novas formas de relações sociais.

O que a/o fez participar da Economia Solidária?

- A necessidade de cuidar da filha que nasceu prematura. Como não encontrava assessórios para ela, resolveu produzir;
- Após a aposentadoria queria uma ocupação para ter prazer em trabalhar;
- Ausência de outras oportunidades;
- Busca de autonomia financeira;
- Combater os problemas gerados pelo capitalismo;
- Começou a fazer cursos de Economia Solidária e se interessou;
- Começou a gostar de costura depois que teve filhos e também por gostar de empreendedorismo;
- Como atividade terapêutica, para se ocupar e preencher a mente;
- Conheceu através de projetos da Economia Solidária;
- Convidada(o) por conhecidos, se interessou pelo tema da Economia Solidária;
- Oportunidade para melhorar a comercialização;
- Para regularizar a atividade o empreendimento;
- Pela necessidade financeira;

- Por afinidade e para gerar renda e poder cuidar da filha;
- Se aproximou da Economia Solidária através da participação em outro movimento social.

Considerações e recomendações

A Região do ABC tem uma contribuição relevante na história do país em diversas dimensões. A região tem um histórico de construção de políticas regionais que pensam o território, que atua sobre os dilemas, propondo soluções criativas em busca do desenvolvimento econômico e social.

Como observamos, a região do Grande ABC possui uma inserção socioeconômica de maior qualidade do que a registrada em outras localidades do país. No entanto, os dados também demonstram que ainda é necessário solucionar problemas de acesso e qualidade nas áreas da saúde, educação, habitação, renda e emprego. O polo industrial local sofre com o processo de desindustrialização, reduzindo a capacidade de geração de riqueza e de empregos de qualidade a partir desse setor - como requalificá-lo é uma questão urgente para região.

Em relação à questão demográfica também há uma transição em curso, há uma juventude que precisa de emprego, mas também há um envelhecimento da população, a qual a previdência social não alcança, ou quando alcança, o benefício não é suficiente para seu sustento. Por fim, apesar da região ser fortemente interligada cultural, economicamente e também geograficamente e do ponto de vista da infraestrutura viária, há desigualdades relevantes entre os municípios.

Nesse contexto, como a Economia Solidária pode promover oportunidades e desenvolvimento econômico, social com sustentabilidade ambiental?

No presente projeto busca-se pensar os dilemas da região e também utilizar a expertise em políticas públicas regionais para o *“desenvolvimento de trabalhos na área da Economia Solidária com comunidades e empreendimentos econômicos solidários”*. E desse modo, *“estruturar e articular o potencial da Economia Solidária na região do Grande ABC”*, como está descrito no próprio título de chamamento do edital do presente projeto.

Como apresentado na introdução deste diagnóstico, o objetivo geral do projeto é:

Fortalecer e fomentar iniciativas associativas, com foco na geração de trabalho e renda, que estimulem o envolvimento comunitário, a consciência coletiva e ambiental, efetivadas nas práticas produtivas, de comercialização e consumo, viabilizar práticas de desenvolvimento econômico baseadas em princípios de solidariedade, como maneira de promover a transformação sociocultural em prol de uma sociedade mais consciente, justa e igualitária, na Região do Grande ABC

(Edital de Chamamento Público Número 001/2021, Processo Nº 062/2020, p. 2).

O projeto conta ainda com objetivos específicos, que se desdobram da meta

geral:

(1) Identificar e diagnosticar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) existentes na região do ABCDMRR;

(2) Identificar e diagnosticar as potencialidades e desenvolvimento de novos EES na região do ABCDMRR;

(3) Estruturar e articular EES em suas áreas de atuação buscando organizar a produção, comercialização e consumo (Arranjo Produtivo Local Solidário – APLS).

O Diagnóstico da Economia Solidária na região do Grande ABC buscou realizar os objetivos específicos 1 e 2 do projeto do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Desse modo, procurou-se identificar os EES, levantando as principais características relacionadas às suas atividades econômicas, produtivas ou de serviços, à comercialização, à compra e uso de insumos, às estruturas necessárias para realização das atividades, as questões relacionadas à gestão e capacitação dos associados e associadas, entre outros. Também foram destacadas as potencialidades para a atuação dos EES na região do ABC. Para que essas potencialidades sejam otimizadas é preciso solucionar um conjunto de lacunas, para um salto qualitativo da atuação desses EES. O relatório apresenta as possibilidades de integração entre os EES e também as necessidades de políticas públicas de apoio para a Economia Solidária na região.

Nessa seção, buscaremos retomar alguns desses pontos, de modo sistematizado.

Em primeiro lugar, o cenário bastante negativo do mercado de trabalho indica a necessidade de as municipalidades apresentarem políticas mais robustas de apoio à Economia Solidária. Essas ações são oportunas nesse nível de governo e podem ter um impacto bastante positivo na geração de emprego e renda. Essas políticas de apoio à Economia Solidária não devem ser encaradas como uma saída temporária, ou ainda, como uma solução para obtenção de uma renda mínima, mas como uma possibilidade de pensar um trabalho que gere uma renda adequada para o trabalhador ou trabalhadora e com boas condições de trabalho e que possibilite uma perspectiva de desenvolvimento regional.

Desse modo, apoiar a organização das ações produtivas, apoio, assessoria técnica, formação profissional, acesso a crédito, promoção de redes de cooperação solidária e de encadeamentos produtivos, apoio à comercialização, entre outros, são medidas centrais para o sucesso da Economia Solidária. Todas essas fases precisam de apoio, não apenas a comercialização e a qualificação profissional, que em geral, são as medidas com mais ações realizadas pelos municípios atualmente.

Também é importante que os municípios apoiem atividades diversificadas. A Economia Solidária não pode se resumir a alimentação e artesanato - que são importantes, geram renda, têm grande participação de mulheres, precisam também de apoio para qualificar seus produtos e aumentar seu valor agregado, mas há outros segmentos que podem ser explorados pela Economia Solidária na região. Mesmo o segmento de alimentação pode se estruturar de forma mais permanente, aumentar valor agregado e o volume de vendas.

Como dito acima, outro desafio da Economia Solidária na região do Grande ABC é se apropriar da expertise de desenvolvimento regional, de constituição de APLs, das ações com sentido de complementariedade produtiva. E já temos algumas experiências bastante positivas nesse sentido, como a da Uniforja e a da COOPCENT ABC.

Esse processo promoveria a Economia Solidária da região a outro nível, com ganhos de escala e aumento de produtividade. Os EES da região do ABC, como visto acima, são de pequeno porte, segundo número de associados. A organização em redes colabora para dar maior capacidade de produção, de atendimento de pedidos com maior volume, de trocas de experiência e desenvolvimento de soluções produtivas, entre outros.

A organização em Rede pode colaborar também com a formalização dos EES e com o acesso a serviços que hoje é raro entre os EES, como o de contabilidade.

Na seção “mapeamento da Economia Solidária” elaboramos um agrupamento de setores de atividades que podem ser objeto de ações iniciais de mobilização para constituição de Redes. Importante lembrar que esses arranjos podem ocorrer em uma das fases das atividades econômica, podem ocorrer de forma integral (em todas as fases da atividade econômica), ou ainda, de forma complementar, mesmo com a participação daqueles que já estão organizados em Rede. Pode ainda, ser algo mais informal, de troca de experiências. O fundamental é que objetivo e o desenho da Rede deve ser debatido e decidido com os participantes, a partir do apoio dos órgãos gestores da região e de assessoria.

Um segmento de atividade que destacamos como relevante nesse momento é o da agricultura. O tema da segurança alimentar tem ganhado grandes proporções no último período. O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, elaborado pela Rede Pessan, mostra que 125,2 milhões de brasileiros e brasileiras (58,7%), ou seja, mais da metade da população convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave. Em relação à insegurança grave, são 33,1 milhões de pessoas que não têm o que comer.

As entrevistas aos EES que atuam nesse segmento são muito exitosas e estão em linha com as orientações mais virtuosas no que diz respeito à produção de alimentos: produção de alimentos na proximidade de centros urbanos, hortas urbanas, cadeias

curtas, produção livre de agrotóxicos e agroecológicas, produção colaborativa, comércio justo, redes de produção que envolvam os consumidores. Esse tipo de EES pode e deve ser promovido de modo exponencial nas cidades do Grande ABC.

Nas áreas urbanas, é relevante que tenham áreas disponíveis (não precisa ser uma área grande; essa ocupação pode, inclusive, revitalizar áreas abandonadas), capacitação, insumos, apoio logístico para comercialização quando necessário. Algumas experiências comunitárias podem ser desenvolvidas para autoconsumo, não necessariamente para comercialização, ou podem comercializar o excedente.

Nos municípios que possuem áreas rurais, também é necessário garantir que tenham acesso as políticas para agricultura familiar, particularmente, ATER (Assistência Técnica Rural), crédito em condições adequadas, seguro safra e apoio logístico de transporte. As três primeiras políticas eram ofertadas pelo governo federal, mas, tem sido cada vez mais difícil o acesso, desse modo, o município deve intermediar/apoiar o acesso. Os municípios da região também podem fortalecer esses pequenos agricultores com a aquisição de alimentos a partir dos programas de compras públicas.

Como sugestão para as ações de mobilização inicial para constituição de redes sugerimos os setores de atividade listados abaixo:

- Agricultura
- Alimentação e bebida
- Artesanato
- Artigos infantis
- Acessórios e bijuterias
- Confecção, costura e bolsas
- Educação, cultura, oficinas e afins
- Fabricação de moveis e marcenaria em geral

- Jardinagem, plantas e flores
- Indústria
- Cosméticos
- Reciclagem
- Serviços de Assessoria
- Serviços de publicação e impressão
- Transporte

Também indagamos os entrevistados que representam os EES quais os principais insumos utilizados em suas produções e serviços realizados. Sugerimos como possibilidades de atuação coletiva a serem exploradas pelos empreendimentos: (1) a ampliação das compras de insumos e uso de serviços internamente, entre os EES da região do ABC; (2) compras coletivas de insumos, aproveitando o volume de produtos e buscando melhores preços; (3) desenvolvimento de novos produtos que atendam demandas dos EES localizados na região do ABC.

Todo empreendimento tem um tempo de maturação. No caso de pequenos negócios e empreendimentos da Economia Solidária esse tempo de maturação pode ser maior. Os apoios técnicos e relacionados à gestão/administração e todos os demais citados acima, são fundamentais para garantir a perenidade do EES e evitar sua morte precoce. Além da garantia dos apoios necessários, os municípios podem organizar um acompanhamento periódico, um censo dos empreendimentos, de modo a checar o andamento da Economia Solidária local. O mapeamento que realizamos demonstrou que o grande lapso de tempo entre o levantamento de 2015 e o de agora, resultou em uma dificuldade muito grande de encontrar os EES e saber o que de fato aconteceu com o conjunto de empreendimentos que existia na região naquele momento.

Outro elemento recorrentemente citado nas entrevistas é a necessidade de reforçar frequentemente os princípios da Economia Solidária, da autogestão, cooperação e solidariedade - isso dá corpo à atuação dos EES, retoma os sentidos do agir coletivamente e dos ganhos sociais e econômicos. Também foi destacada a necessidade de reforçar os espaços de construção coletiva dos EES: reuniões periódicas com menor espaço de tempo, decisões tomadas em assembleias, coordenações coletivas para as decisões cotidianas; coordenações representativas com participação de vários segmentos (mulheres, jovens, negros e negras, população LGBTQIA+, PcD, entre outros segmentos). Os EES também precisam de formação para organizar a gestão administrativa, financeiro, estoques de insumos e de produtos e logística.

A participação de segmentos que sofrem discriminação, preconceito e desigualdades em nossa sociedade encontram na Economia Solidária um espaço que acolhe a todos, que permite a inclusão social e simbólica, o sentimento de

pertencimento e engajamento em um processo coletivo de produção. Mas essa inclusão também precisa estar presente nos espaços de decisão dos EES.

A participação da juventude na Economia Solidária da região é muito restrita. Como sabemos, o desemprego nessa faixa etária é muito superior à média geral. A Economia Solidária pode fazer a diferença nesse segmento. Seria importante organizar ações da Economia Solidária voltadas para esse público.

A renda da Economia Solidária é, em geral, insuficiente para garantir as necessidades dos orçamentos familiares, o que resulta na necessidade dos associados e associadas dividirem seu tempo nos empreendimentos com outras atividades remuneradas. É relevante organizar ações que promovam aumento do valor agregado aos produtos e serviços da Economia Solidária. Isso passa por assistência técnica, melhorias no processo produtivo, desenvolvimento de novos produtos, consultoria de design, acesso a equipamentos e maquinário, portanto, a crédito e a formação profissional. O desenvolvimento de novos produtos também pode mirar novos nichos de mercado, portanto, avaliações relacionadas à consultoria em marketing também podem colaborar com o aumento das vendas e, conseqüentemente, da renda.

Somado a isso, o apoio à comercialização é fundamental. Como dito ao longo do relatório: revitalizar os espaços das feiras, ampliar o número de feiras ou a periodicidade; realizar feiras em locais com maior circulação de pessoas; lojas físicas em pontos com grande circulação; divulgação de produtos; apoio para participação em eventos e feiras em outras localidades.

Os EES utilizam as redes sociais e o e-commerce de forma limitada. Uma das ações de apoio seria ampliar o uso dessas ferramentas, ainda que apenas para a divulgação dos produtos e serviços, como primeiro passo.

Em relação ao crédito, a reclamação frequente é que as linhas existentes não são adequadas aos empreendimentos da Economia Solidária. É importante pensar em taxa de juros adequadas, prazos, carência para início do pagamento e requisitos que não sejam proibitivos.

Por fim, um ponto que chamou a atenção foi que parte dos EES desconheciam as ações para Economia Solidária nos municípios, como dito acima, isso enfraquece a potência da política pública, que não atinge seu público-alvo. É preciso garantir o redesenho das políticas para a Economia Solidária a partir do presente diagnóstico, desenvolvendo as soluções mais adequadas para cada realidade, divulgando em diferentes meios de comunicação e, da forma mais abrangente possível, como se dão as formas de acesso aos programas.

No que diz respeito às elaborações dessas políticas públicas para a Economia Solidária, os municípios devem organizar espaços de consulta e construção coletiva que incorpore os sujeitos que atuam no tema em cada localidade. Essa participação colabora com a elaboração de políticas mais assertivas, promove transparência e

controle social, racionalizando o uso de recursos públicos.

Esperamos que esse conjunto de recomendações dê subsídios para a elaboração de novas e potentes propostas para a construção de políticas públicas para a Economia Solidária da região do ABC, que se constituam como referência nacional, assim como tantas outras políticas que saíram desse território.

Como último ponto, sistematizamos as demandas de formação, assessoria e consultoria que irão orientar a próxima fase do projeto e também podem orientar as ações dos municípios para o fornecimento de ações nesse campos.

TABELA 82 - Número de EES interessados em assessoria, consultoria e/ou formação por tema

Tipos de assessoria, consultoria ou formação	Nº de EES interessados
Plano de marketing	51
Plano de negócios	43
Assessoria contábil	34
Assessoria jurídica	31
Consultoria em design	31
Consultoria sobre compras públicas	25
Assessoria em vendas	1
Outros	3
Não apontou interesse em nenhuma assessoria, consultoria ou formação	9
Total de EES	70

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na Região do ABC, 2022, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil.

*Um dos EES diz ter interesse, mas que fará todos os cursos em outro espaço.

ANEXOS

1 - Forma como é realizada a produção e executados os serviços em cada EES

Nome do ESS	De forma resumida, explique como é feita a produção ou a realização dos serviços. Se for empreendimento coletivo, especifique o papel dos associados ou, no caso das Redes solidárias ou da Cooperativa de segundo grau, o papel de cada empreendimento filiado. Descreva quais as fase da produção e quais/quantas pessoas envolvidas em cada fase, caso ocorra divisão de tarefas entre os associados/filiados
Ação Social Cristo Rei	É preenchida uma ficha de adesão e a pessoa se torna uma associado. A ideia de um projeto é elaborada a partir de uma identificação de situação de necessidade e vulnerabilidade social, construindo um plano de trabalho, e é captado o recurso a partir do estado e de parcerias já pré-estabelecidas. Divulgação do projeto pelas redes sociais e pelo boca a boca do bairro/cidade. Contratação e treinamento dos profissionais a realizarem o projeto. Adaptação do espaço. Organização do calendário e acerto da documentação para matrícula. Início dos cursos, com cada professor possuindo autonomia na didática. Produção de relatórios.
Arte de Rua	Ida à lojas e compra no varejo. Produção manual em casa. Produtos trazidos até a praça e vendidos.
Associação de Artes da Fibra	Fase 1: colheita da taboa na margem dos rios em áreas de preservação, em taboeiro previamente escolhido; Fase 2: ida ao galpão cedido pelo Kaikan e secagem por 20 dias; Fase 3: abertura das fibras e tiragem das tiras; Fase 4: é feito um gabarito e se começa a trançar à mão.
Atelier Residência Arte Pau-D'arco	Na oficina os insumos são trabalhados de acordo com o que é encontrado. Os materiais de reuso e os novos são trabalhados e moldados com ferramentas de marcenaria e serralheria e são feitos individualmente brinquedos infantis, moveis, molduras para telas de pintura, artefatos e

	calderaria.
Belisc Quitutes e afins	Os associados definem, elaboram e produzem os quitutes
Bordando Sonhos Artesanato	Idealiza os produtos e fabrica em série.
C.U.P.I.N.S. - Silcscreen e chilogravura	Os associados elaboram a arte e imprimem
Cambusales	Colheita do cambuci. Lavagem. Higienização. Pré-congelamento. Pesagem e ensacamento. Congelamento. Compra das demais matérias-primas (uvaia, grumixama, jabuticaba). Trabalho com o fruto (ação de descascar, preparo da poupa, preparação dos produtos finais). Higienização das embalagens. Pasteurização dos produtos salgados. Lacração e etiquetação. Venda.
Charlotte Arte em Costura	Linha de produção, limpeza do material, corte, costura e acabamento
Cia Imagina-Ação	Ao fechar com uma escola, visita a escola e define o tema, o coletivo se reúne e define as histórias de acordo com a faixa etária, então começa a produção, que é feita em reuniões em coletivo.
Coletivo de Afroempreendedorismo	Não respondeu
Coletivo de alimentação Mulheres Negras/MCG Eventos e Buffet	Existe uma responsável para dialogar com cliente, outra faz cardápio e orçamentos, outra na contabilidade e cada uma tem sua fatia e no final se torna um só bolo.
Colônia de Pescadores Z17 "Orlando Feliciano"	Não respondeu
Companhia do Trigo	
Consumo Consciente ABC	A comercialização e distribuição é feita através de feiras e pela plataforma na internet. Pela plataforma na internet os pedidos são processados e enviados para os produtores, a logística funciona através da coleta dos produtos e envio para o ponto de distribuição; As cestas agroecológicas são entregues na casa do cliente; O desenvolvimento de projetos tecnológicos é feito através de assistência técnica e encaminhamento para incubadoras; os cursos são realizados nas hortas onde são prestados os serviços de

	assistência técnica.
COOPACESSO (Cooperativa de Trabalho Acesso Cultural Educacional Sustentável Solidário)	Todos os cooperados captam clientes. A produção dos livros envolve, normalmente, 3 ou 4 cooperados. 3 ou 4 pessoas fazem a revisão, 2 pessoas fazem o projeto gráfico, 1 pessoa faz o relacionamento com as gráficas, 1 pessoa recebe produtos e materiais. Participação coletiva em eventos culturais (feiras de livros).
COOPCENT ABC	Realizamos a educação ambiental, coleta seletiva em residências, condomínios, shoppings e empresas, triagem, prensagem e comercialização.
Cooper Maua ABC - Cooperativa de Trabalho em Transportes ABC Mauá	Produção: 47 empreendimentos associados ligados a Cooper Mauá ABC, cada um com um eixo diferente (aprox.100 pessoas), com rodas de conversa, capacitação, articulação entre os empreendimentos e reuniões online. Logística: Cooper Maua ABC em conjunto com a CooperLiga - entrega para 3.200 escolas (aprox. 120 pessoas - motorista + ajudante).
Cooperativa de Catadores em Coleta e Triagem de Materiais Recicláveis - RELUZ	O material passa pela esteira e forma uma bag
Cooperativa de Produções de Painéis - Painel Tec	Guilhotina, estamperia, dobradeira, serralheria, lixamento, jateamento, pintura com o pó, montagem.
Cooperativa de Reciclagem Cidade Limpa CooperLimpa Ambiental	Coleta através de catadores leva aos pontos específicos, o caminhão busca e entrega na central, o material passa pela esteira, é feita a triagem, é armazenado e depois faz o fardo e prensagem e vai para área de armazenamento novamente.
Cooperativa de Trabalho Dos Motofretistas do Estado de São Paulo Cooper Hood	Retirada de produtos nas lojas dos vendedores e entregas do mesmo para o cliente final consumidor.
Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Forjaria	A conforja faliu, e 4 cooperativas assumiram, uma morreu, as 3 que sobraram fundaram a UNIFORJA para gerenciar as 3, que faz a operação administrativa e relação comercial. A Uniforja é uma cooperativa de segundo grau.

Cooperativa Nova Conquista	O resíduo chega, é colocado numa bag , passa pela triagem e depois vai para prensa onde são produzidos os fardos que são escoados para as indústrias. A COOPCENT é uma cooperativa central que faz a comercialização dos fardos.
Cooperativa Okavango	O material reciclável chega e é desmontado, separado, as industrias doam a madeira, triado, descaracterizado, armazenado, são feitas as armações, os sofas são enchidos e encapados depois levado para as lojas que revendem.
Cooperativa Selecta	É um processo em linha de produção, os insumos são colocados em uma bateadeira desenvolvida pelos próprios cooperados, a materia-prima fica em tambores e tudo é feito com base em receitas.
Cooperlafe	A uniforja administra as estruturas dos prédios e mantem as dependências
COOPERTRATT	Uniforja faz o administrativo, a Coopertratt é da produção
Costurando renda	O grupo cria os modelos e produz
DACASINHA CULINÁRIA CASEIRA	compro a mercadoria e eu mesma executo a montagens dos salgados. Totalmente caseiro
DIART	O grupo faz uma escala de produção, cada dia um tipo de produto.
Doces sonhos	Risca os tecidos a partir de moldes; corta, costura, enchimento; faz as roupinhas também a partir de moldes, corta e costura; coloca cabelo; pinta o rosto
Don Doce	A produção é manual e artesanal.
Edson Luiz Comercio de Bebidas	Não respondeu
Emerson Blass	Desenvolveu técnica própria para quebra do ladrilho e materiais mais baratos.
Empadinha Rosa	o processo é na c'ozinha. Faz a massa, coloca recheio ,assa e embala
Espaço Colmeia	Cada trabalhador contribui com sua habilidade, já os funcionários da prefeitura facilitam os associados a se encaixar no processo produtivo do atelier, da cozinha e da horta. O processo é conduzido de forma totalmente artesanal.
Estilo e Raça	Comprar os.materias.separar organizar dia para a produção.
Farnel Food	Prepara os alimentos, frita e mistura

Fibras da Serra	O grupo cultiva bananeiras e utiliza a fibra nos trabalhos do empreendimento.
GGráfica	Compra do MDF serrado e formulação do adesivo. Impressão do adesivo. Laminação do adesivo. Colagem na placa. Aplicação da dupla face. Ensacamento e solapa. Venda.
Horta Panc Urbana	Não respondeu
Jannaina Crochê	Compra em lojas especializadas do material. Trabalho do material em casa e na feira. Venda na feira.
Josy Fazendo Art	A artesã utiliza modelos pré-existentes. Novos produtos são desenhados com temas atuais e produzidos pela própria empreendedora.
Karina Garcia Confeitaria	Prepara massas, processa ingredientes, assa e banha em chocolate.
Lindalva Art	Compra da matéria prima no varejo. Produção em casa. Transporte até a feira e venda no local direto ao consumidor final. Também é feita a produção no local da venda.
Lu Artesanatos	A partir dos moldes, passa os desenhos para o EVA, corta, cola e faz os acabamentos.
Maria Criativa - Artes em crochê	Aquisição no varejo do material para confecção de peças específicas. Elaboração manual da peça em casa e/ou na feira. Venda na feira.
Milla Artes Feltro e Tecidos	a parti de moldes, corta e costura à mão
Não tem - Matilde Machado Leite - Feira	A produção é feita nos horários vagos das atividades domésticas; produz aos poucos, sem uma jornada fixa. As vendas são realizadas de quarta a sábado na Feira.
Orquiflora	Os associados plantam as sementes e cultivam as mudas
Panos e Linhas	Os associados/as preparam os tecidos e costuram
Pão da Rita	o trabalho é na cozinha, os materiais são colocados na mesa e separados (fracionados) depis vem a sova e amassa. Devolve para o "bau" e deixa crescer. depois põe na forma e cresce em outra etapa.
Perfart	No laboratório, misturas. Não deu detalhes da fabricação.

Pétalas Costura e Arte	O empreendimento ainda está se organizando para trabalhar coletivamente, há um empasse entre a Casa de Economia Solidária de Diadema e o grupo Pétalas para a liberação das máquinas, principalmente com relação a manutenção. De um grupo de 15 cooperadas só restaram 3 cooperadas que sustentam uma ideia de trabalho coletivo. Atualmente cada cooperada trabalha de casa, com suas próprias ferramentas, e expõe seu artesanato em feiras organizadas pela Rede de Economia Solidária do ABC. O processo produtivo é de peças feitas em máquinas retas e muito trabalho apenas com as mãos.
Rainha da Tapioca	Primeiro começa com a hidratação da fécula da mandioca, quanto mais hidratada mais macia e mais saborosa. Depois de deixar a noite toda hidratando, tem que peneirar a fécula hidratada. Ela é levada para a banca para comercialização em caixa térmica com cubos de gelo.
Rede ABC	São realizados serviços de treinamento nos empreendimentos para que os mesmos busquem certificação em Sistemas de Participação e garantias - certificação de orgânicos - e apoio assessoria e consultoria na gestão de empreendimentos e projetos
Rede Balsear	A argila é preparada com água e depois é moldada e inserida no forno jung depois o acabamento é feito com esmalte, as vezes são inseridas materiais naturais como folhas e semente da mata atlântica nas peças.
Rede Bom Paladar	Isa ao mercado/feira/casas de embalagens. Produção em casa de forma individual e, poucas coisas, no espaço coletivo da cozinha. Montagem dos produtos e a distribuição para venda em diferentes locais. Com carrinho dentro da prefeitura.
Rede de Artesanato de São Bernardo do Campo	Cada associada(o) é um empreendimento individual e que compartilham espaços de comercialização em feiras e possuem um ponto fixo no shopping são bernardo para comercializar em conjunto. Cada membro da rede pode colocar até 25 peças no quiosque do shopping. Ademais a rede possui um caixa coletivo para usar uma única maquina de registro de cartões de crédito e débito. Existe também um conselho administrativo que controla toda a distribuição das receitas e padronização das atividades comerciais.

Refazer	Os associados preparam a madeira, criam e montam as peças.
RIPPER - PÃES E BOLOS	compro a matéria prima para a produção de pães e bolos
Roxo e chita Vanda Terra	É uma atividade caseira. Eu corto as peças individualmente, costuro, etiqueto, divulgo e vendo
Shalom Art's em Madeira	Ida ao ecoponto para retirada de madeira. Trabalho na madeira, por parte do próprio empreendedor, em sua casa. Transporte a partir de carro próprio. Venda individual em feira pública.
Sítio Nosuga	Não respondeu
SustentABC	Empresa ou escola entra em contato solicitando atividades. A partir disso, é formulada uma metodologia de ação, normalmente palestras. Depois, os materiais podem ser produzidos coletivamente no local ou enviados para produção prévia. Então, conclui-se na ida e realização do serviço.
Teia de Trabalho	Cada empreendimento cria e produz seus produtos.
UAU Imagens	Não respondeu
Viva Bem Alimentos Orgânicos e Naturais Ltda.	Busca e compra pela internet. Compra em lojas em todo o Brasil. O produto chega, e já é colocado direto em exposição.
Zuca Artes	Não respondeu

Fonte: Diagnóstico da Economia Solidária na região do ABC, Consórcio Intermunicipal e UNISOL Brasil, 2022.

2 - Demandas por formação, assessoria e consultoria dos EES entrevistados

Abaixo, apresentamos as informações relacionadas às demandas formativas, de assessoria e consultorias indicadas pelos Empreendimentos da Economia Solidária. No primeiro quadro, as demandas estão consolidadas, de modo a possibilitar a visualização do total da demanda. No quadro seguinte, destacamos quais as demandas de cada EES entrevistado.

Número de EES interessados em assessoria, consultoria e/ou formação por tema

Tipos de assessoria, consultoria ou formação	Nº de EES interessados	%
Plano de negócios	43	61,43
Plano de marketing	51	72,86
Assessoria contábil	34	48,57
Assessoria jurídica	31	44,29
Consultoria em design	31	44,29
Consultoria sobre compras públicas	25	35,71
Assessoria em vendas	1	1,43
Outros	3	4,29
Não apontou interesse em nenhuma assessoria, consultoria ou formação	9	12,86
Total de EES	70	100,00

Fonte: Pesquisa Perfil dos EES da REgião do ABC, 2022.

*Um dos EES diz ter interesse, mas que fará todos os cursos em outro espaço.

Empreendimentos entrevistados e demandas por formação

Legenda: Verde - indicou interesse pela formação/assessoria; NDI - Não Demonstrou Interesse

Nome do Empreendimento	Município	Plano de negócios		Assessoria contábil	Assessoria jurídica	Assessoria em design	Consultoria sobre compras públicas	Assessoria em vendas	Outros
		Plano de marketing							
1. Ação Social Cristo Rei	Rio Grande da Serra								
2. Arte de Rua	Mauá	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI
3. Associação de Artes da Fibra	Ribeirão Pires	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI
4. Atelier Residência Arte Pau-D'arco	Santo André								
5. Belisc Quitutes e afins	Santo André								
6. Bordando Sonhos Artesanato	Santo André								
7. C.U.P.I.N.S. - Silcscreen e chilogravura	Santo André								
8. Cambusales	Ribeirão Pires								
9. Charlotte Arte em Costura	São Bernardo do campo								
10. Cia Imagina-Ação	Mauá								
11. Coletivo de Afroempreendedorismo									
12. Coletivo de alimentação Mulheres Negras/MCG Eventos e Buffet	Santo André								
13. Colônia de Pescadores Z17 "Orlando Feliciano"	São Bernardo do Campo	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI
14. Companhia do Trigo	São Bernardo do Campo								
15. Consumo Consciente ABC	São Bernardo do Campo								
16. COOPACESSO (Cooperativa de Trabalho Acesso Cultural Educacional Sustentável Solidário)	Santo André								
17. COOPCENT ABC Cooperativa Central de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Grande ABC	Diadema								
18. Cooper Maua ABC - Cooperativa de Trabalho em Transportes ABC Mauá	Mauá								
19. Cooperativa de Catadores em Coleta e Triagem de Materiais Recicláveis - RELUZ	São Bernardo do Campo								
20. Cooperativa de Produções de Painéis - Painei Tec	Diadema								

Nome do Empreendimento	Município	Plano de negócios	Plano de marketing	Assessoria contábil	Assessoria jurídica	Assessoria	Consultoria em design	Consultoria sobre compras públicas	Assessoria em vendas	Outros
21. Cooperativa de Reciclagem Cidade Limpa CooperLimpa Ambiental	Diadema									
22. Cooperativa de Trabalho Dos Motofretistas do Estado de São Paulo Cooper Hood	São Bernardo do Campo									
23. Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Forjaria	Diadema									
24. Cooperativa Nova Conquista	Diadema	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI
25. Cooperativa Okavango	Diadema	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI
26. Cooperativa Selecta	São Bernardo do Campo									
27. Cooperlafe - Cooperativa Industrial de Trabalhadores de Laminação de Anéis e Forjados Especiais	Diadema									
28. COOPERTRATT - Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Tratamento Térmico e Transformação de Metais	Diadema									
29. Costurando renda	Santo André									
30. DACASINHA CULINÁRIA CASEIRA	Santo André									
31. DIART	Mauá									
32. Doces sonhos	Santo André									
33. Don Doce	Santo André									
34. Edson Luiz Comercio de Bebidas	Diadema									
35. Emerson Blass	Santo André									
36. Empadinha Rosa	Santo André	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI
37. Espaço Colmeia	Diadema									
38. Estilo e Raça	Rio grande da serra									
39. Farnel Food	Santo André									
40. Fibras da Serra	Rio Grande da Serra									
41. GGráfica	Santo André									
42. Horta Panc Urbana	São Bernardo do Campo									
43. Jannaina Crochê	Mauá									

Nome do Empreendimento	Município	Plano de negócios	Plano de marketing	Assessoria contábil	Insultoria em design	Consultoria sobre compras públicas	Assessoria em vendas	Outros
44. Josy Fazendo Art	Santo André							
45. Karina Garcia Confeitaria	Santo André							
46. Lindalva Art	Mauá							
47. Lu Artesanatos	Santo André							
48. Maria Criativa - Artes em crochê	Santo André							
49. Milla Artes Feltro e Tecidos	Santo André							
50. Não tem - Matilde Machado Leite - Feirama	Mauá	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI
51. Orquiflora	Santo André							
52. Panos e Linhas	Santo André							
53. Pão da Rita	Santo André	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI
54. Perfart	Mauá	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI	NDI
55. Pétales Costura e Arte	Diadema							
56. Rainha da Tapioca	São Bernardo do Campo							
57. Rede ABC	Santo André							
58. Rede Balsear	São Bernardo do Campo							
59. Rede Bom Paladar	Mauá							
60. Rede de Artesanato de S. Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo							
61. Refazer	Santo André							
62. RIPPER - PÃES E BOLOS	Santo André							
63. Roxo e chita Vanda Terra	São Bernardo do Campo							
64. Shalom Art's em Madeira	Mauá							
65. Sítio Nosuga	São Bernardo do Campo							
66. SustentABC	Santo André							
67. Teia de Trabalho	Santo André							
68. UAU Imagens	Santo André							
69. Viva Bem Alimentos Orgânicos e Naturais Ltda.	São Caetano do Sul							
70. Zuca Artes	Santo André							

Outras atividades realizadas no projeto

Oficinas de formação:

1 – Para integrantes dos empreendimentos

As oficinas de formação para os integrantes dos empreendimentos da Economia Solidária do Grande ABC foi realizada em cinco oficinas com quatro horas de duração cada, perfazendo um total de 20 horas e aconteceram nas seguintes cidades, nas datas registradas a seguir:

FORMAÇÕES REALIZADAS			
Cidade	Local	Data	Participantes
Santo André	Auditório do Consórcio Intermunicipal	10/10/2022	19
São Bernardo do Campo	Auditório do Consórcio Intermunicipal	17/10/2022	07
Mauá	Centro Público de Economia Solidária de Mauá	24/10/2022	19
Diadema	Casa da Economia Solidária	30/10/2022	11
Rio Grande da Serra	Escola Municipal Central	18/11/2022	10
Total de participantes			66

As oficinas de formação para os membros dos empreendimentos econômicos solidários tiveram como objetivo capacitar os integrantes dos empreendimentos para a compreensão de temas, conceitos e práticas relacionados à Economia Solidária, a importância da formalização dos empreendimentos, principalmente no tocante à seguridade social, e abordaram os seguintes temas:

- Conceito de Economia Solidária e Empreendimento Econômico Solidário
- Princípios do cooperativismo de trabalho

- Tipos de cooperativa e Formas jurídicas para a Economia Solidária
- Leis da Economia Solidária
- Conceito de Comércio Justo
- Princípios orientadores do Comércio Justo
- Conceito de autogestão e solidariedade
- Diferença entre lucro e sobra
- Formas de remuneração do trabalho em ECOSOL
- Importância do controle financeiro – fluxo de caixa
- Reconhecendo o mercado: fornecedor, consumidor e concorrente
- Importância e funcionamento das redes de comercialização solidárias
- Realizando Feiras de Economia Solidária
- Compras públicas
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- MROSC – **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil**

Metodologia:

A formação foi ministrada pelo assessor jurídico da Unisol Brasil, Dr. Eugênio Alves e contou com as seguintes técnicas:

- Exposição dialogada
- Apresentação de slides e vídeos
- Debate
- Exercícios
- Arguição sobre os processos de trabalho nos EES participantes

Desenvolvimento:

Antes da formação propriamente dita foi feito um processo de convocação dos membros dos empreendimentos, pelos meios de contato apurados na etapa de aplicação dos questionários para a elaboração do diagnóstico dos empreendimentos e por convocações feitas pelos gestores das políticas de economia solidária nos municípios que colaboraram com esta iniciativa, o que nos trouxe a seguinte situação: vários responsáveis por empreendimentos não responderam aos emails enviados com o convite para a reunião nem retornaram as mensagens enviadas pelo WhatsApp e alguns não atenderam as ligações telefônicas que fizemos e isto fez com que várias pessoas presentes às formações não estivessem no cadastro elaborado quando da aplicação dos questionários.

Durante a formação, os participantes, mesmo aqueles que tomaram contato com

o projeto pela primeira vez, interagiram com o palestrante e com os integrantes da equipe da Unisol Brasil, a saber, o coordenador e o agente de mobilização, fornecendo informações sobre a situação dos empreendimentos e se colocaram à disposição para responderem o questionário do diagnóstico posteriormente.

Ao final de cada um dos encontros de formação, apresentamos o Sr. Alúcio, da empresa Terra Brasilis, responsável pela elaboração dos planos de negócio para os empreendimentos, que apresentou a proposta de trabalho e a forma de agendamento dos encontros para elaboração dos planos de negócio.

Registro fotográfico



Oficina de Santo André



Oficina de São Bernardo do Campo



Oficina de Mauá



Oficina de Diadema



Oficina Rio Grande da Serra

Para os gestores de políticas públicas de Economia Solidária

A formação foi realizada em duas oficinas, com quatro horas de duração cada, perfazendo um total de 10 horas e aconteceram nas dependências do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, nas datas registradas a seguir:

FORMAÇÕES REALIZADAS			
Cidade	Local	Data	Participantes
Santo André	Auditório do Consórcio Intermunicipal	13/03/2023	07
Santo André	Auditório do Consórcio Intermunicipal	14/03/2023	14
Total de participações			21

As oficinas de formação para os gestores públicos de políticas de Economia Solidária tiveram como objetivo capacitar os gestores dos municípios para a compreensão de temas, conceitos e práticas relacionados à Economia Solidária e as possibilidades de aquisição de produtos e serviços da Economia Solidária nas compras públicas e abordaram os seguintes temas:

- Tipos de cooperativa e Formas jurídicas para a Economia Solidária
- Leis da Economia Solidária
- Conceito de Comércio Justo
- Importância e funcionamento das redes de comercialização solidárias
- Realizando Feiras de Economia Solidária
- Compras públicas
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- MROSC - **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil**
- Bancos comunitários
- Moeda social e desenvolvimento local

Metodologia:

A primeira oficina de formação foi ministrada pelo assessor jurídico da Unisol Brasil, Dr. Eugênio Alves e contou com as seguintes técnicas:

- Exposição dialogada
- Apresentação de slides e vídeos
- Debate

A segunda oficina de formação foi ministrada pelo senhor Hamilton Mendes Rodes e pela senhora Marcia Silveira Farah Reis, da Rede Paulista de Bancos Comunitários que organizaram uma roda de conversa com os participantes e proferiram uma palestra inicial seguida de amplo debate sobre o tema proposto.

Desenvolvimento:

Antes da formação propriamente dita foi feito um processo de convocação dos gestores públicos pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, que enviou mensagens de e-mail para todos os representantes dos municípios. O resultado, no entanto, ficou aquém do esperado, posto que a maioria dos gestores não compareceu às oficinas.

Durante a formação, os participantes interagiram satisfatoriamente com os palestrantes e com os integrantes da equipe da Unisol Brasil, a saber, o coordenador e o agente de mobilização, fornecendo informações sobre a situação das políticas públicas de Economia Solidária nos municípios e fazendo questionamentos sobre as possibilidades apresentadas e como fazer para que possam se tornar realidade.

Registro fotográfico



Dr. Eugênio Alves – Formador



Participantes

Formação de 14/03/2023



Proposta de atuação em redes

O plano de trabalho do projeto prevê a elaboração de proposta de rede de comercialização entre os empreendimentos e Mapeamento dos espaços de comercialização dos bens e serviços produzidos pelos empreendimentos econômicos solidários da região do Grande ABC.

Conceito:

Redes de Economia Solidária, segundo o livro *Desvendando a Economia Solidária*, são:

*iniciativas pautadas na luta pela cidadania e pela democracia que objetivam a transformação social, econômica e política, articulando os diversos setores da sociedade em uma rede, interligando os elos das cadeias produtivas, de mesmo segmento econômico ou não, de maneira a compartilhar ideias, trocas de experiências e saberes, bem como o exercício da cooperação e solidariedade entre os participantes.*⁴

Para a pesquisadora Solange Aparecida de Lima, as redes possibilitam a superação de problemas como a pouca durabilidade dos empreendimentos populares, pois aproveita o potencial organizativo de cada empreendimento e amplia sua capacidade em várias direções. Para ela, as redes têm a capacidade de socializar as experiências de sucesso por meio da vivência concreta dos empreendimentos que passam pelo processo.⁵

Redes do Grande ABC:

De acordo com o levantamento feito junto aos empreendimentos econômicos solidários do Grande ABC, de reuniões com o responsável pela elaboração dos planos de negócio para os empreendimentos cadastrados e com o agente de mobilização do projeto, no momento, detectamos a existência de alguns agrupamentos por ramo de atividade que formam pequenas redes de economia solidária, (quadro 1) porém,

⁴ Disponível no livro *Desvendando a Economia Solidária* de Jerônimo de Almeida Neto e Leonardo J.D. Campos, Editora COOPACESSO, 2015.

⁵ Lima, S. A (2018) *A Dimensão Subjetiva do Trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo.

quando aplicamos o conceito acima descrito, consideramos como tal uma rede de agricultura urbana, demonstrada mais abaixo, pois apresenta caráter regional e interação entre os empreendimentos, no processo produtivo e na comercialização. Na apresentação desta rede, descrevemos seu funcionamento atual e as necessidades para que dê um salto de qualidade na produção e na distribuição dos produtos da agricultura urbana regional, como a instalação de uma agroindústria para processamento dos alimentos, um centro de distribuição e um sistema logístico integrado, para comercialização. É igualmente considerada uma rede de economia solidária, a rede existente entre os grupos de catadores de material reciclável, reunidas na COOPCENT ABC, que atuam integradamente em 3 cidades da região, sob orientação e assessoria da cooperativa de segundo grau. Também consideramos possível a constituição de rede entre os empreendimentos que produzem alimentos, seja para fornecimento de refeições, ou doces e salgados para festas e eventos. Neste caso, porém, segundo os próprios/as empreendedores/as, seria preciso a instalação de pontos de captação de clientes e de comercialização coletivos. Também visualizamos a possibilidade de constituição de rede entre os empreendimentos que trabalham com artesanato em madeira e tecidos para a produção de móveis e objetos de decoração, por exemplo, o que demandaria uma integração dos grupos existentes em diferentes cidades, no entanto, para isto se viabilizar seria necessária uma maior integração das políticas públicas de economia solidária em toda a região do Grande ABC.

A Rede de Produção e Comercialização Consumo Consciente ABC

Segundo relato do produtor Victor Dimitrov, um dos organizadores da rede, atualmente, a Consumo Consciente ABC (CCABC) possui uma rede de distribuição e comercialização da produção agrícola das áreas urbanas e periurbanas do ABC, é composta também por fornecedores e distribuidores que trazem alimentos agroecológicos e orgânicos do interior paulista e de outros estados.

Ao todo, a rede conta com **20 produtores** agrícolas, artesanais e fornecedores distribuidores, incluindo assentamentos da reforma agrária de outros estados, e atende **143 famílias consumidoras** localizadas principalmente nas zonas centrais do ABC, centro expandido e zona leste da Cidade de São Paulo. Conta ainda com parceiros e parceiras para comercialização em feiras, formação em agroecologia e projetos de implantação de agricultura urbana.

Funcionamento da Rede Consumo Consciente ABC

A rede funciona em regime de colaboração com diversos outros empreendimentos ligados. Há uma tentativa de centralização, porém, devido à falta de

capital a operação e funcionamento é restrito e feito com processos às vezes provisórios e com durabilidade e consistência dependente.

A CCABC mantém um trabalho de controle social com os produtores da rede, checando sistematicamente o modo de produção e as ofertas dos produtores parceiros, existem produtores que já possuem certificação por auditoria, então apenas checamos as ofertas. Após pegar as ofertas, é lançado no site e disponibilizado para o público consumidor. As vendas são diárias, porém o prazo de entrega é de 2 dias corridos. O consumidor também pode optar por receber em casa ou retirar no ponto de distribuição, que atualmente é no Instituto Acqua, localizado na Avenida Lino Jardim, 905, bairro Bela Vista em Santo André. As entregas são feitas por entregadores autônomos ou por serviço de entrega de plataformas digitais, ou Uber, ou Lalamove que entrega apenas cargas. É possível saber mais sobre o controle social acessando o site na página (<https://www.ccabc.com.br/social>).

A CCABC também oferece outros serviços para consumidores e produtores, para consumidores é oferecido, além dos alimentos, um programa completo de educação ambiental mostrando a importância da agricultura no dia a dia e a valorização da agricultura para o combate às mudanças climáticas (www.ccabc.com.br/educacao). Para produtores, além do controle social, que é a orientação para a produção agroecológica, também oferece apoio tecnológico para a manufatura dos produtos, a CCABC desenvolve um programa junto aos produtores de beneficiamento da produção agrícola, com o objetivo de agregar valor e desenvolver tecnologias originais para aumentar a renda de agricultores e agricultoras (www.ccabc.com.br/beneficiamento).

Empreendimentos integrantes da rede Consumo Consciente ABC

Nome	Ramo	Descrição	Município	Observações
Horta da Zilda	Agrícola Primária	Produção de alimentos frescos	Santo André	
Horta do Paraná	Agrícola Primária	Produção de alimentos frescos	São Bernardo do Campo	Horta vinculada a AGDS (Associação Global de Desenvolvimento Sustentado), OSC que controla algumas hortas e que não permitiu o cadastro das hortas, articulação em negociação
Horta do Deico	Agrícola Primária	Produção de alimentos frescos	São Bernardo do Campo	
Horta PANC	Agrícola Primária	Produção de alimentos frescos	São Bernardo do Campo	Além da produção, conta com investidores anjos para manutenção da Rede

Apiário Flores da Serra	Agrícola Primária	Produção de produtos apícolas, alimentos artesanais, frescos e extrativismo	Santo André	Possui uma estação de processamento de mel e frutas da mata atlântica, desenvolvimento de receitas junto a Consumo Consciente ABC
Sítio Nosuga	Agrícola Primária	Produção de alimentos frescos	São Bernardo do Campo	Empreendimento ligado a rede balsear
Colônia de Pescadores Orlando Feliciano	Agrícola Primária	Produção de pescados	São Bernardo do Campo	Associação que reúne os pescadores das áreas de manancial do Grande ABC
Horta da Silvana	Agrícola Primária	Produção de alimentos frescos	São Bernardo do Campo	
Horta Comunitária dos Vianas	Agrícola Primária	Produção de alimentos frescos	São Bernardo do Campo	
Horta Orgânica Vida e Saúde	Agrícola Primária	Produção de alimentos frescos	São Bernardo do Campo	
Horta Orgânica Nutritiva	Agrícola Primária	Produção de alimentos frescos	São Bernardo do Campo	
Farnel Foods	Artesanal	Produção de alimentos artesanais	Santo André	Pequena manufatura de farinhas e farofas
Rede Balsear	Artesanal	Produção de cerâmica, alimentos frescos e beneficiamento de alimentos	São Bernardo do Campo	Possui pequena manufatura de cerâmica em alta temperatura, extração de alimentos da mata atlântica e manutenção de agricultores no Pós Balsa de São Bernardo
Lowcoccineros	Artesanal	Produção de alimentos prontos e bebidas	Santo André	
Kombuchati	Artesanal	Produção de alimentos fermentados e pastas	Santo André	Articulação com fabricantes de alimentos do MST do Sul do País
Atelier Pau D'arco	Artesanal	Produção de alimentos artesanais e inovações	Santo André	No atelier foram desenvolvidas algumas técnicas e tecnologias sociais para beneficiamento de alimentos

Instituto Acqua	Artesanal	Produção de adubos para hortas urbanas	Santo André	Projeto em desenvolvimento para captação de recursos para construção de uma usina de compostagem para abastecer as hortas da rede
Consumo Consciente ABC	Comercialização	Representação e comercialização de alimentos	Santo André	Portal de vendas de alimentos on-line da agricultura do ABC, articulação e desenvolvimento de produtos
Cooperativa Selecta	Industrial	Produção de produtos de limpeza e higiene	São Bernardo do Campo	
Cooperativa Okavango	Industrial	Instalação Industrial	Diadema	Importante articulação para instalação da agroindústria cooperativa de alimentos
Painel Tec	Industrial	Instalação Industrial	Diadema	Importante articulação para construção de instrumentos em aço para cooperativa de alimentos
Motocas do ABC	Logística	Serviço de entregas rápidas e logística	Diadema	Empreendimento em formação e desenvolvimento

Espaços de comercialização:

Para comercialização dos produtos da agricultura urbana, a Rede Consumo Consciente, como relata Victor Dimitrov, conta com algumas parcerias, como o **Instituto Acqua**, que promove em parceria com a CCABC a Feira Vegana do ABC e a Feira de Orgânicos, a primeira com periodicidade mensal e a segunda semanal, onde são reunidos os produtos da rede e comercializados para o público. Outra parceria importante é com o projeto **Agrofloresta Comunitária** que está sendo realizado nas margens do córrego Alzira Franco, no bairro Capuava em Santo André, onde está sendo implantada a primeira agrofloresta em área urbana, projeto este realizado pelo **Coletivo NASA** com apoio da Prefeitura de Santo André, onde também será realizado uma feira para abastecimento, em área de periferia, para o público. A CCABC também vem articulando feiras em outras áreas periféricas do ABC para popularizar a

alimentação orgânica e agroecológica.

Além das feiras, a CCABC também disponibiliza o serviço de entrega no domicílio das famílias consumidoras, semanalmente, são entregues entre 10 e 20 cestas de alimentos orgânicos, agroecológicos e artesanais. A comercialização é feita através do site www.ccabc.com.br onde os preços são controlados por pesquisas de mercado e atrelados ao valor do salário-mínimo vigente, atualmente, o valor médio da cesta para uma família com três pessoas sai por 30 reais, ou aproximadamente $\frac{1}{8}$ do salário-mínimo. O sistema de entrega é feito por entregadores autônomos e entregadores vinculados a plataformas de entrega estrangeiras.

Formalização da Rede de Agricultura do ABC

Com base nas oficinas realizadas pela UNISOL nas sete cidades, sobre aspectos jurídicos para formalização, os EES mapeados para a formação da rede se encontram na informalidade, ou então se encontram inscritos como MEI. Sendo assim, a proposta é formar uma associação que atenderá as necessidades de produção, distribuição e comercialização dos empreendimentos, utilizando o modelo da CCABC (descrito acima) como referência para consolidação da Rede de Agricultura do ABC, assim, a CCABC implantaria todos os seus processos em uma nova associação congregando os empreendimentos já associados a CCABC e construiria, ademais, um método para absorver outros e novos empreendimentos a nova rede. As principais estruturas seriam um centro de distribuição, uma agroindústria e um sistema logístico integrado.

O Centro de Distribuição

Composto por um estabelecimento imobiliário central onde serão reunidas as produções da Rede de Agricultura do ABC e de onde serão distribuídas para os consumidores finais, feiras e programas de aquisição de alimento PAA e PNAE, através de um sistema de circuito curto de comercialização seguindo os princípios da ecosol com plataforma digital de comercialização.

A Agroindústria

A implantação de um sistema agroindustrial manufatureiro da produção agrícola do ABC com processos de desidratação, fracionamento e fermentação www.ccabc.com.br/produtos-originais desenvolvidos pelos artesãos e estudantes do ABC.

Os processos podem ser feitos no mesmo estabelecimento imobiliário do centro de distribuição e entregues para serem comercializados no mercado da região do ABC.

No mapeamento feito pela UNISOL poderemos contar com três cooperativas para montagem das instalações: a Cooperativa PainelTec (modelagem de aço), Cooperativa Okavango (madeira) e UNIFORJA (forjaria), todas localizadas no município de Diadema. A agroindústria também trabalharia em regime cooperativo. A proposta de alimentação energética para a planta seria sustentável através de um sistema de arquimedes por empuxo desenvolvido pela Rosch Innovations Deutschland GmbH. Essa empresa não tem representação no Brasil e por isso seria necessário um contato inicial para trazer o sistema. O sistema é compacto, escalável e pode chegar até os 200 kW de potência sem emissões de carbono.

O Sistema Logístico Integrado

Tanto para o centro de distribuição, quanto para a agroindústria, seria necessário no mínimo 2 veículos utilitários elétricos ou híbrido com capacidade de no mínimo 1 tonelada que faria a coleta dos alimentos in natura nas unidades de produção agrícola e a incorporação da Cooperativa Motocas do ABC para realização das entregas em domicílio.

Considerações sobre as redes:

1. A elaboração e constituição de rede de economia solidária requer um processo de formação e conscientização a ser desencadeado entre os integrantes dos empreendimentos, para que consigam integrar as ações e a mobilização de recursos disponíveis. Sugerimos, como forma de desencadear este processo, a realização de um seminário sobre redes de economia solidária, não previsto no projeto, mas, possível de ser realizado, se planejado conjuntamente;

2. A criação de espaços e a instalação de equipamentos comuns, depende da elaboração de projetos de captação de recursos, não previstos no projeto de fortalecimento da economia solidária na região do Grande ABC, do qual faz parte este produto;

3. A integração das políticas públicas de economia solidária, necessária para a constituição das redes consideradas como possibilidade neste documento, requerem a existência de um grupo encarregado desta articulação no âmbito do Consórcio Intermunicipal, ao qual caberia a elaboração de projetos de captação de recursos.

4. A rede constituída pelos empreendimentos fornecedores de alimentação, doces e salgados, além de atender a iniciativa privada, poderia se tornar fornecedora para os eventos realizados pelas sete prefeituras da região e pelo próprio Consórcio Intermunicipal, onde a realização de eventos é uma constante.

Elaboração de diretrizes para site responsivo

O plano de trabalho do projeto previa a elaboração de diretrizes para construção de site responsivo e, para realizarmos esta atividade, adotamos os seguintes conceitos:

Site responsivo:

é um website cujo conteúdo se adapta ao formato de tela do dispositivo utilizado para a sua visualização. Seja no computador, no tablet ou no celular, o layout se ajusta para favorecer a experiência do usuário e torná-la mais agradável e atrativa, utilizando de uma única estrutura.

Diretriz:

são linhas que definem e regulam um traçado ou um caminho a seguir. Diretrizes são instruções ou indicações para se estabelecer um plano, uma ação, um negócio etc. As diretrizes contêm recomendações específicas que compreendem aspectos considerados críticos e de maior impacto e que ensejam a confecção de protocolos adaptados à realidade ou ao contexto em que são implementadas.

1. DIRETRIZES

1.1. Identificar uma pessoa ou equipe qualificada para a elaboração do site. O ideal é que seja feito por um programador(a) qualificado. Na ausência de tal profissional, recomenda-se a contratação de uma empresa especializada na confecção de websites;

1.2. Elaborar um manual de identidade visual corporativa para a loja, documento que explica a lógica dos elementos de divulgação (símbolo, logotipo etc.) a serem utilizados nos diferentes meios de comunicação estabelecendo as dimensões mínimas de reprodução para preservar a legibilidade em função de cada um dos diversos meios de reprodução gráfica, assim como nas diversas mídias disponíveis no mercado;

1.3. Criar a URL do site responsivo, que é o endereço eletrônico que permite que o seu site ou blog seja encontrado na rede. A sigla URL significa: Uniform Resource Locator, e pode ser traduzida para o português como: Localizador Uniforme de Recursos. Para obter um endereço eletrônico, é preciso adquirir um domínio, que no Brasil podem ser comprados em registro.br, também é preciso providenciar uma hospedagem para o site, que é o serviço de armazenamento de arquivos de um site em um servidor profissional, onde os arquivos hospedados passam a estar disponíveis na Internet, para que os visitantes possam acessá-los e realizar suas compras. Via de regra, junto com o serviço de hospedagem, se adquire também um endereço de e-mail para a loja virtual usando o domínio adquirido. Exemplo: lojavirtual@economiasolidariadoabc.com.br;

1.4. Definir a cargo de quem ficará a gerência do site responsivo, ou seja, identificar quem é que vai gerenciar o movimento do site, coordenando e controlando o comércio eletrônico, envolvendo os produtos do site, o sistema de cobrança on-line, a logística entre produtos e clientes. Esta pessoa deve ficar responsável por organizar a prospecção de novos produtos a serem disponibilizado na loja virtual e sua inserção no website. Na prática, também será responsável pela produção de textos, vídeos ou imagens que irão compor o site;

1.4.1. Constituir um comitê de gestão do site para supervisionar o funcionamento e mantê-lo atualizado;

1.4.2. O comitê de gestão deve adotar critérios para identificar se os empreendimentos de fato, fazem parte da economia solidária para inclusão no site do Consórcio Intermunicipal;

1.5. Definir uma política de trocas de produtos considerando que o Código de Defesa do Consumidor – CDC prevê que o consumidor pode desistir do contrato de compra no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura, ou do ato de recebimento do produto ou serviço, se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados. Esta também é tarefa para o gerente do site controlar;

1.6. Definir quais serão as formas de pagamento utilizadas no website, considerando que existem opções sem custos para os empreendimentos, como Pix com confirmação de pagamento via email ou WhatsApp, antes da entrega ou pagamento em dinheiro no ato da entrega e opções com custos como pagamento com cartão de crédito online, ou pagamento via boleto bancário no ato do pedido, ou o pagamento com cartão no ato da entrega, o que requer a contratação de uma maquininha de cartão;

1.7. Definir as opções de entrega de produtos (correios, motoboy, entrega direta pelo empreendimento etc.). Para estabelecer a forma de entrega, em fundamental que se defina, antes, a área de abrangência da atuação da loja e os valores praticados nesta área. Para entregas pelo correio, deve-se consultar o manual fornecido pela empresa, disponível no site dos correios, onde tem orientações sobre os tipos de postagem e o cálculo do valor do frete calculado pelo plugin (ferramenta conectada ao website);

1.8. Definir um sistema de gestão financeira para a loja virtual. O ideal é adquirir ou elaborar um sistema computadorizado que deve ser integrado ao website;

1.9. Definir quais serão as formas de contato dos clientes com a loja (WhatsApp, e-mail, telefone, redes sociais, fale conosco etc.) e quem será o responsável pelo atendimento.

1.10. Preparar fotos em boa resolução de todos os produtos a serem expostos, obedecendo ao manual de identidade visual da loja. A exposição dos produtos deve ser mantida sempre atualizada.

Crítérios para identificação dos Empreendimentos como integrantes da Economia Solidária

2.1 Sendo empreendimentos coletivos, é preciso observar os seguintes princípios e valores:

2.2 **Praticarem a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária.** Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares;

2.3 **Praticarem a autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. **Os empreendimentos da Economia Solidária precisam ter a posse dos meios de produção e comercialização de seus produtos;**

2.4 **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais. **Os empreendimentos coletivos devem dividir igualmente os ganhos obtidos com o trabalho coletivo, bem como arcar com os investimentos iniciais, quando possível ou necessário;**

2.5 **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. **É preciso observar se o**

empreendimento interage com a sociedade em que está inserido. No caso de empreendimentos individuais, é preciso observar se estes interagem com outros empreendimentos, agindo coletivamente;

2.6 Todo empreendimento econômico solidário deve **preservar o meio ambiente, evitar desperdícios no processo produtivo, praticar preços justos, participar de iniciativas coletivas, de políticas públicas e contribuir solidariamente com os outros empreendimentos.**

2.6.1 Sendo empreendimentos individuais, deve-se observar se:

2.6.2 A posse dos meios de produção é da mesma pessoa que produz e comercializa os produtos;

2.6.3 Os produtos comercializados são produzidos pela mesma pessoa que os comercializa;

2.6.4 O empreendedor (a) participa de alguma rede, interagindo com outros empreendimentos;

2.6.5 O empreendedor contribui para a preservação do meio ambiente, evitando desperdícios de material e descartando corretamente os resíduos do processo;

2.6.6 O empreendimento participa de feiras de Economia Popular e Solidária

2.6.7 O empreendimento compra de outros empreendimentos da Economia Solidária.

Originalmente, a Economia Solidária compreendia apenas empreendimentos coletivos, porém, com o tempo, foram incorporados os empreendimentos individuais e isto dificultou a concepção de um conceito capaz de abranger a totalidade desses empreendimentos.

Considerações finais

Um projeto como este se conclui, mas, as ações desencadeadas durante sua execução geram outras demandas que precisam ser atendidas após a conclusão do projeto. Assim, registramos aqui que ficam para ser realizadas ações como a inserção da página de divulgação dos produtos da Economia solidária do Grande ABC no site do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, o trabalho junto aos empreendimentos da Economia solidária para a constituição de redes de cooperação e comercialização dos produtos, que deve ser um esforço contínuo, sem o que, consideramos, os empreendimentos não alcançarão o desenvolvimento desejado.

O diagnóstico dos empreendimentos foi entregue ao Consórcio Intermunicipal Grande ABC e ficará aos cuidados de um comitê gestor constituído para esta finalidade. Compete ao comitê aprovar a inclusão de novos empreendimentos ao cadastro e na página de divulgação, mediante critérios estabelecidos pela equipe do projeto e o comitê dos gestores públicos.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Laços financeiros na luta contra a pobreza. São Paulo: Anablume, 2004.

ALVAREZ, M. D. G., MELO, M. A. C. Processos de planejamento e integração dos polos tecnológicos e de modernização. Recitec – Revista de Ciência e Tecnologia, Recife, v. 1, n. 1, p. 68-102, dez. 1997.

AMATTO NETO, J., OLAVE, M. E. L. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. Revista Gestão e Produção, São Carlos, v. 8, n. 3, 2001. BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Atlas, 2003. BORBA, A., SOUSA, C. J.,

BORTOLETTO, Laércio. Localização de empresas no Grande ABC: comparação dos fatores de localização e suas influências entre os períodos de 1990/96 e 2001/2002. 100f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Metodista de São Paulo.

CASAROTTO FILHO, N., PIRES, L. H. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. São Paulo: Atlas, 1999.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M. Globalização e inovação. Brasília: IBICT/MCT, 1999. DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S A. RodoAnel Governador Mário Covas. 2006. Disponível em: www.dersa.sp.gov.br. Acessado em: 12 jan. 2007,

CORAGGIO, J. L. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da Economia Solidária. In: KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

DEMOUSTIER, D. A economia social e solidária. São Paulo: Edições Loyola, 2006. FIGUEIREDO, J. C., PAULILLO, L. F. Uma abordagem institucional para redes organizacionais.

Revista de Economia e Administração (IBMEC), São Paulo, v. 4, n. 4, out./dez. 2005. GIL,

A. C. Por uma sociologia da cidade e da região. Caderno de Pesquisa.

FRANÇA FILHO, G. C. A. Teoria e prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 7 n. 1, p. 155-174, jan./jun. 2007.

GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul-dez. 2003.

GAIGER, L. I. G. Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, n. 13, 2001.

GALIZA, M.; CONZALEZ, R.; SILVA, S. P. Debatendo a dicotomia formal/informal: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho. João Pessoa: Editora Universitária, 2011. 40 Relatório de Pesquisa

GIL, A. C. Por uma sociologia da cidade e da região. Caderno de Pesquisa.

KLINK, J. J. A cidade região: regionalismo e reestruturação do Grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KLINK, J. J. A estruturação de um novo regionalismo. São Paulo, 2000. 313f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

KOONTZ, O'DONNELL, WEIHRICH. Administração, fundamentos da teoria e da ciência. São Paulo: Pioneira, 1986.

KRAYCHETE, G. Escala e sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários: uma ambiência necessária. Cadernos do Ceas, n. 235, 2015.

LIMA, J. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 56, p. 45-62, 2004.

MANCE, Euclides André. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARTINHO, Cássio . Algumas palavras sobre rede. In: SILVEIRA, Caio; REIS, Liliane. (Org.). Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

MARTINHO, Cassio. Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma

nova sociedade, Cássio Martinho...[et al.]. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

MARTINHO, Cássio. Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade, Cássio Martinho...[et al.]. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

MEDEIROS, Amanda Cristina; CUNHA, Eduardo Vivian. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a Prática dos Empreendimentos Econômicos Solidários na Região do Cariri Cearense. Revista Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí, ano 10, n. 21, set./dez., 2012 p. 61-87.

MORAES, J. C. Gestão regional compartilhada no Grande ABC Paulista: o papel da agência de desenvolvimento econômico. São Paulo, 2003. 167f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NASCIMENTO, A. R. Documentos para subsidiar o debate local e regional. Fórum Regional de inovação tecnológica, inclusão social e cooperações de rede. 2005. Disponível em: <http://home.uniemp.org.br/forunsregionais>. Acesso em: 24 mar. 2007.

PNADC/IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE - Trimestre terminado em Maio de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques>

PNADC/IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE - RMSP 1º trimestre de 2020. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>

PORTER, M. E. Competição – on competition: estratégias essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RADOMSKY, G. F. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

RAIS/MTP - Relação Anual de Informações Sociais do MTP. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>

SACHS, I. Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Brasília: UNDP/Sebrae, 2002.

SANTOS, W. Antecedentes do ABC paulista: 1550-1892. São Bernardo do Campo: Sece, 1992. SENAES/MPT. 1º Plano Nacional De Economia Solidária, 2015- 2019. Brasília, DF:

SENAES/MPT, 2015, 44p. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf

SILVA, F. P. S. Turismo em rede: uma teia de múltiplas relações. Salvador: Faculdade de Turismo da Bahia, 2000

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. Dimensões estruturais dos empreendimentos de Economia Solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. Revista de Economia do Nordeste, v. 43, n. 2, 2012.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. (Org.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

